

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALDENIR DIAS DOS SANTOS

Mulheres Moçambicanas: Resistência, Associativismo, Feminismo.

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2016

ALDENIR DIAS DOS SANTOS

Mulheres Moçambicanas: Resistência, Associativismo, Feminismo.

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, como exigência para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Terezinha Bernardo

SÃO PAULO

2016

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Dedico essa produção às mulheres negras do continente Africano e da diáspora, na pessoa da Carolina, uma moçambicana, empregada doméstica que provocou em mim, sentimentos de alegria, por conhecê-la e de revolta, por causa do racismo e da hierarquia social existente em seu país, o que me fez lembrar da minha história, e do meu país.

Dedico ao meu amor, por todo apoio incondicional, através das leituras, das conversas e do incentivo permanente.

Dedico aos meus filhos, por existirem, por serem presentes em minha vida.

Dedico à mamãe, que mesmo não entendendo direito o que estudo, vive dizendo para mim: “tenho muito orgulho de você, por ser o que você é, e por fazer o que você faz. Eu sei que esse estudo é muito importante prá nós, mulheres”.

Dedico às minhas irmãs e irmãos de sangue, que não tiveram as oportunidades que eu tive para seguir nos estudos.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao CNPq e à CAPES pela bolsa concedida e pela possibilidade do estágio de doutoramento sanduíche no exterior para a pesquisa de campo.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento inicial é para as mulheres da Machava, das cooperativas da União Geral das Cooperativas, que mesmo não me conhecendo, transformaram-se em minhas amigas e colaboradoras interlocutoras, que saudades eu tenho delas!

Agradeço imensamente quem primeiro me recebeu no país, o casal Pedro e Tereza Pota, sem eles, seria muito difícil essa pesquisa de campo.

Aos amigos e amigas, leitores desse trabalho, especialmente ao meu filho Pedro, pela contribuição com as normas da ABNT, obrigada!

Aos amigos e amigas de copos, daqui e de lá, pelos instantes de alegria.

Ao núcleo Relações Raciais: Memória, Identidade e Imaginário, que nos preenche de energia para continuarmos no trabalho da pesquisa.

Ao Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, à professores e professoras da instituição, especialmente à minha coorientadora Dra. Isabel Casimiro, que me recebeu na UEM e, em sua casa, obrigada pelo carinho e amizade.

À banca da qualificação, Dr. Acácio Sidinei de Almeida Santos e Dra. Rita Chaves, obrigada pela leitura cuidadosa e fundamentais correções e sugestões.

Ao Programa de Pos-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP, professores e professoras e funcionária, que possibilitaram o conhecimento e as orientações necessárias à produção dessa tese.

À minha orientadora Dra. Terezinha Bernardo, pela paciência e cuidado no trato das suas orientandas e orientandos, pois é o que precisamos nesse momento tão duro da academia.

Á todas as pessoas que tornaram possível essa difícil empreitada

Kanimambo!!!

(agradecimento em Changana)

RESUMO

O objetivo dessa tese é o de compreender a produção da vida material e da possível autonomia de mulheres no sul de Moçambique através do trabalho associativo nas cooperativas da União Geral das Cooperativas. A perspectiva é a de que as mulheres fazem parte da população mais vulnerável, por questões econômicas, políticas e culturais, por isso vivem em situação de quase nenhuma negociação com o seu cônjuge ou outros homens da sua família. Entende-se também que elas resistem de forma individual e coletiva, através de redes de solidariedade e organizações de mulheres. Compreende-se também que as experiências históricas de autonomia e empoderamento das mulheres em regiões Africanas, bem como a história econômica e política, recente do seu país, são fundamentais para compreensão de como vivem na Moçambique contemporânea. A pesquisa de campo foi realizada em um estágio sanduíche no exterior, por meio de entrevistas semiestruturadas, grupo focal, a observação participante direta e indireta, numa inspiração parcial do método da etnografia. A fundamentação teórica abrange estudos acadêmicos da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia, sendo que nesta área, o caminho foi muito mais pelas ferramentas da Economia, como também de um campo ainda em construção que é a Antropologia Feminista. O estudo concluiu que o trabalho associativo das mulheres gerou renda, que possibilitou formas de empoderamento para si e sua família, garantindo *certa* autonomia na gestão da sua vida. Como a maioria delas vive sem o marido, são elas mesmas quem assumem a responsabilidade na gestão das organizações e na gestão da casa, mesmo onde existe o cônjuge, ou seja, a sua liderança familiar independe da existência do homem na casa. A tese ainda se insere numa perspectiva dos estudos do feminismo interseccional, incorporando a diversidade do ser mulher.

Palavras-Chave: Mulheres Moçambicanas; Resistência; Associativismo; Feminismo; Estudos Africanos.

ABSTRACT

The goal of this thesis is to understand the production of material life and the possible autonomy of women in southern Mozambique through the associative work in cooperatives of the General Union of cooperatives. The perspective is that the women are part of the population that is more vulnerable to economic, political and cultural issues, therefore, live in a situation of almost no negotiation with their spouse or other men in their family. This also means that they resist individually and in a collective form, through networks of solidarity and women's organizations. It is understandable that the historical experiences of autonomy and empowerment of women in African regions, as well as the recent economic and political history, of their country, are key to understanding how it is to live in Mozambique today. The field research was carried out in a one-stage sandwich abroad, by means of semi-structured interviews, a focal point group, the direct and indirect participant observation, in a partial inspiration of the method of Ethnography. The theoretical foundation goes through the academic studies of sociology, political science and anthropology, and in this area, the way was more for the tools of the economy, as well as a field still under construction which is the Feminist Anthropology. The study concluded that the associative work of women generated income, which enabled forms of empowerment for themselves and their family, guaranteeing a certain autonomy in the management of their lives. As most of them live without their husband, they are themselves who take the responsibility in the management of organizations and in the management of the house, even where there is a spouse, i.e. their family leadership is independent of the existence of the man in the House. The thesis still inserts a perspective of intersectional feminism studies incorporating the diversity of being a woman.

Key Words: Mozambican Women; Resistance; Associations; Feminism; African Studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Encontro na cooperativa.	12
Figura 2 - Mulheres na sede da UGC, na Machava, durante o almoço após a atividade de avaliação do ano.	33
Figura 3 - Mapa Político atual da África.	41
Figura 4 - Mapa Político e Mapa Étnico do continente Africano.	43
Figura 5 - Localização de Moçambique no continente Africano.	44
Figura 6 - Localização das províncias em Moçambique.	45
Figura 7 - Demonstração das muitas utilidades da capulana, neste caso, descansar após alguns copos de cerveja.	59
Figura 8 - Rua em Maputo.	62
Figura 9 – Atividade da campanha internacional dos “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”.	108
Figura 10 - Dança com as mulheres da cooperativa.	111
Figura 11 - Mamã Etel, a primeira presidenta das cooperativas da UGC, da Machava.	112
Figura 12 - Assembleia ordinária mensal de final de ano.	115
Figura 13 – Almoço festivo de encerramento do ano e festa de despedida da pesquisadora.	117
Figura 14 - Mama Etel, durante a entrevista.	118
Figura 15 - Mama Etel em sua machamba onde produz beterraba (mostrando as lagartas), cenoura e couve.	119
Figura 16 - Mana Paula.	122
Figura 17 - Mamã Lina e mana Isabel.	124
Figura 18 - Mamã Conceição.	125
Figura 19 - Mana Hortência.	127
Figura 20 - Gilda em sua cooperativa com as amigas de trabalho.	129
Figura 21 – Divisão da renda mensal para as cooperadas e pequenos empréstimos.	132
Figura 22 – Demonstração de orgulho pelo trabalho na cooperativa.	135
Figura 23 - Maria Alice, ex cooperada.	139
Figura 24 – Leonor na plantação de couve.	147
Figura 25 - As cooperadas durante a atividade do grupo focal.	159
Figura 26 - As cooperativistas ouvindo a entrevista que Isabel e Lina tinham acabado de participar.	169
Figura 27 – Aprendendo a dançar marrabenta com as mulheres da cooperativa. A troca cultural aconteceu após o a assembleia de encerramento do ano com um almoço festivo, muita música e dança e a despedida dessa pesquisadora.	170

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E TEORIA: AS ESCOLHAS QUE MOTIVARAM E JUSTIFICAM O TEMA DA PESQUISA	13
ASSOCIATIVISMO: ASPECTOS DA SUA HISTÓRIA E CONCEITOS	22
OS ESTUDOS DE MULHERES E OS ESTUDOS AFRICANOS	25
FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
DO UNIVERSO DA PESQUISA	30
ATIVIDADES PRÉVIAS À PESQUISA DE CAMPO: PROVÍNCIA DE MAPUTO/MOÇAMBIQUE	30
IDA AO CAMPO DE PESQUISA (LEVANTAMENTO DE DADOS).....	32
ALGUMAS DIFICULDADES COM A PESQUISA DE CAMPO NA MACHAVA	35
APRESENTAÇÃO DA DIVISÃO DOS CAPÍTULOS	36
CAPÍTULO 1 – SOBRE OS LUGARES DA PESQUISA: DA GEOGRAFIA ÀS CONDIÇÕES DE VIDA NA PROVÍNCIA DE MAPUTO	38
1.1. O CONTINENTE AFRICANO.....	38
1.2. MOÇAMBIQUE E SUA LOCALIZAÇÃO.....	44
1.3. HISTÓRIA.....	45
1.4. SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE	52
1.5. O SUL DO PAÍS, PROVÍNCIA DE MAPUTO	56
1.5.1. Município de Maputo.....	57
1.5.2. Município da Matola.....	67
CAPÍTULO 2 – O MUNDO E AS MULHERES	70
2.1. SOCIEDADES DESIGUAIS	70
2.2. ASPECTOS DA HISTÓRIA DO FEMINISMO – RESISTÊNCIA DAS MULHERES	87
2.2.1. Mulheres e o Feminismo na África.....	93
2.2.2. Mulheres e o Feminismo em Moçambique.....	96
CAPÍTULO 3 – MULHERES DA UNIÃO GERAL DAS COOPERATIVAS NA MACHAVA: REPRODUZINDO E PRODUZINDO A VIDA.....	109
3.1. PREPARANDO O PRIMEIRO ENCONTRO.....	110
3.2. CONHECENDO AS MULHERES DA MACHAVA.....	115

3.3. O LEVANTAMENTO DE CAMPO: AS ENTREVISTAS.....	117
3.3.1 Sobre a criação das cooperativas e a geração de renda das mulheres.....	120
3.3.2. Sobre a autonomia das mulheres em relação à divisão sexual do trabalho, violência doméstica e sexualidade.....	138
3.3.3. Participação nos espaços políticos	155
3.3.4. Grupo Focal	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171

INTRODUÇÃO

Conhecer a África é, sem dúvida, abrir os olhos a matrizes que nos compõem, que interferem em nosso modo de ser, em nossa forma de estar no mundo.
(CHAVES, 2005, p. 13)



Figura 1 – Encontro na cooperativa.
Fonte: Autora, 2013

Os estudos Africanos destacam as várias Áfricas contidas no continente Africano, o que concordo plenamente, de modo que nas quatro vezes em que estive no continente Africano, cronologicamente, Senegal, Moçambique e África do Sul, por duas vezes, e Egito, encontrei sociedades completamente diferentes, no sentido principalmente cultural, apesar dos *grandes constantes* de Hampâte Bâ (2003).

Portanto, o presente trabalho busca conhecer aspectos do que chamo de África, o que chamo igualmente, de nossas matrizes, já que esse tem sido cada vez mais um dos objetivos pelo qual, tantos pesquisadores e pesquisadoras atravessam o Atlântico rumo ao encontro destas remanescentes origens. Origens essas que se apresentam nas cores (figura1), nos cheiros, nos sons, nos movimentos do corpo e da alma, bem como na produção da vida material e da emancipação social. Como dito, anteriormente, foi o que encontrei nas vezes em que estive no continente, especialmente em Moçambique.

Assim, este trabalho apresenta uma análise sobre mulheres em atividades econômicas coletivas na Província de Maputo, onde está a capital desse país. É uma pesquisa sobre as possibilidades do trabalho associativo para possível autonomia financeira das mulheres em relação à geração de renda, melhoria nas condições de vida da família, incluindo melhor negociação entre os cônjuges, bem como maior participação política na sociedade em que vivem.

O estudo parte do pressuposto de que as mulheres, pelo menos nas regiões ocidentais, sobre as quais pesquisei, fazem parte da população mais vulnerável, pois além do tempo utilizado para o trabalho fora e dentro de casa, elas também estão sujeitas a situações como a violência doméstica e os abusos sexuais. Além disso, recebem pouca assistência médica e falta acesso aos direitos reprodutivos e sexuais, sendo que na maioria das vezes não há nenhuma autoridade na negociação com seus cônjuges e/ou outros homens da família.

Por outro lado, esse estudo também parte da perspectiva de que as mulheres ao longo da sua história reagem e resistem, às vezes individualmente, mas, principalmente, de forma coletiva, por meio de ações locais, regional e global.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E TEORIA: AS ESCOLHAS QUE MOTIVARAM E JUSTIFICAM O TEMA DA PESQUISA

O interesse por estudar questões de autonomia financeira das mulheres que vivenciam trabalhos associativos em Moçambique é fruto da minha aproximação e vivência com questões ligadas à temática da identidade racial e de gênero no Brasil, principalmente a minha atuação no movimento de mulheres, iniciado no final da década de 1970, período de lutas contra a ditadura militar e pela democratização do país, quando atuei em mobilizações de solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente o sindical e o contra a carestia. Tais movimentos articulavam mulheres empobrecidas, - mulheres negras¹, em sua maioria -, com o objetivo de construção de uma grande luta contra opressão e exploração delas.

Naquele período, parte do movimento de mulheres ainda não se entendia como feminista², este era o caso do nosso movimento que, com a minha participação no “III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe”³, permitiu a compreensão do papel fundamental do feminismo como política de mudança da situação que viviam (e vivem) as mulheres em todas as áreas, sendo no mercado de trabalho, no exercício (ou não) da sexualidade, responsável sozinha pelo cuidado da casa e dos filhos, vítimas da violência doméstica, do assédio moral e sexual no trabalho, etc., portanto, relegadas à segunda categoria. Esse terceiro encontro elucidou-me também a necessidade de tratar a mulher em sua diversidade⁴, inserindo naquele momento histórico, as perspectivas e bandeiras de luta das mulheres negras e indígenas, isto é, as mulheres empobrecidas do nosso continente americano.

¹ Nesta tese o termo negro refere-se ao seu sentido político utilizado socialmente pelo movimento negro no Brasil.

² O termo feminismo ao longo da sua história tem sido alvo de vários preconceitos. No Brasil, por exemplo, as mulheres que assumiam ser feministas eram vistas como mulheres “mal amadas” ou mulheres que não gostavam de homens, ou ainda como mulheres que só queriam uma vida sexualmente livre e “aborteiras”, em geral, vistas como “sem vergonha”. Hoje este quadro ainda não se alterou por completo, porém tem aparecido outra ideia sobre o termo que é dizer que ele é ultrapassado como se as mulheres já tivessem conseguido sua liberdade e autonomia. Neste ano de 2015, o debate sobre a luta contra o machismo teve uma pequena vitória, quando no último Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, entre as questões da avaliação da educação básica constaram temas sobre a luta das mulheres contra a violência e sobre o movimento de mulheres, o feminismo.

³ O *III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe* ocorreu em Bertioga/SP (1985), na Baixada Santista, estado de São Paulo, Brasil. Ver: BAIRROS, Luiza. *Mulher Negra e Feminismo*. Boletim do CIM (centro). nº 11. São Paulo: 1988.

⁴ Somos todas mulheres e como tal somos oprimidas, porém, várias de nós, somos mais oprimidas e exploradas que as outras a depender da origem racial e/ou étnica, da orientação sexual, da faixa etária, da origem de classe, da região, etc. Esta opção de análise é situada na perspectiva de um feminismo interseccional. Ver trabalhos de Crenshaw (2002).

Neste período de *novos personagens entrando em cena*⁵, parafraseando Eder Sader, que marca o final da década de 1970, estavam em processo de rearticulação e fortalecimento vários movimentos sociais entre eles, o dos negros e negras e o de mulheres, o de gays, lésbicas, bissexuais e trans, além do movimento sindical, ambiental e dos partidos políticos. Vivenciando tais mobilizações na condição de participante do movimento de mulheres, envolvi-me com a construção partidária, sendo uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores, na cidade do Guarujá, estado de São Paulo, no ano de 1981, naquele momento, um ator impulsionador da democratização do Brasil.

A militância política nestes movimentos sociais foi o que possibilitou a uma jovem pobre e negra continuar estudando. Ingressei no curso de Licenciatura em História, já com o olhar voltado para as questões de gênero e raça, com o objetivo de tornar-me uma pesquisadora e professora com foco nessas questões.

Como docente da educação básica, nos últimos anos do século XX, intrigava-me o despreparo da escola para lidar com os preconceitos que marcavam as relações sociais, percepção que me levou ao curso de Mestrado em Educação⁶, desenvolvendo uma pesquisa em torno da formação de professoras e professores, abordando as hierarquias de gênero e raça e toda uma formação eurocêntrica, presente no processo de formação docente do Brasil.

A vida acadêmica seguiu se misturando com a vida de militante política, num processo dialético de ação-reflexão-ação e as inquietações da vida militante me fizeram feminista, professora e pesquisadora. Após o mestrado, passei a lecionar em Instituições de Ensino Superior; e, nos diferentes cursos, de licenciatura e bacharelado (especialmente nas disciplinas de Antropologia, Sociologia e História) abordava a formação social brasileira, as relações entre homens e mulheres e entre negros e brancos, marcantes em nossa dinâmica social. Nesses cursos, desenvolvi atividades de extensão articuladas a outros movimentos sociais, como mostras de “Africanidades”⁷, que mesclavam o debate teórico e vivências culturais, e outras atividades organizadas em espaços públicos com o objetivo de dar visibilidade à

⁵ Expressão cunhada por SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶ A dissertação de mestrado tem como título: *Percepção das formandas e dos formandos do ano 2003 do curso de Pedagogia da UNIMEP, sobre questões referentes às relações raciais na prática docente*.

⁷ Optei também por apresentar alguns termos em itálicos, visto que são utilizados socialmente em nossa sociedade brasileira e acadêmica, não precisando assim de maiores análises, quando não são objeto de estudo do presente trabalho.

cultura afro-brasileira e às histórias e culturas Africanas que já tínhamos conhecimento, especialmente o trabalho junto às mulheres.

Destaco ainda a *Miscelânea Cultural: negras artes*, ocorrida no mercado municipal da cidade de Santos/SP, as visitas realizadas com alunos e alunas ao longo das disciplinas ao Museu Afro Brasil e ao Quilombo de Ivaporunduva e, especialmente, as atividades da TITUBA Cooperativa de Costura Afro-brasileira⁸. Esses eventos constituíam-se em espaços teóricos e práticos, que aproximavam estudantes e militantes do movimento de mulheres.

As iniciativas em propor e desenvolver projetos interdisciplinares envolvendo a sociedade é uma exigência das Instituições públicas no Brasil, que tem como orientação uma educação baseada no ensino, na pesquisa e na extensão, já nas privadas isso não ocorre, pois há apenas as atividades de ensino em sala de aula, outras atividades serão solitárias e voluntárias, atividades que, em meu caso, levantaram questões que culminaram nas indagações da presente pesquisa de doutorado.

Estas ações desenvolvidas tanto no movimento social de mulheres quanto nas Instituições de Ensino Superior serviam para nos⁹ ajudar na implantação de uma cooperativa de costura que organizaria mulheres para a produção de roupas com traços afro-brasileiros e tecnologia sustentável.

No partido dos trabalhadores, as feministas foram responsáveis pela elaboração de uma pauta de combate ao machismo e construção de ações no questionamento da naturalização das desigualdades entre homens e mulheres, por isso, fomos, nós, as feministas do PT, as responsáveis pela criação do primeiro organismo federal responsável por formular políticas públicas para as mulheres, que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)¹⁰.

Foi neste ativismo que optamos por participar de um dos primeiros editais do governo federal de financiamento de projetos para geração de renda para mulheres desempregadas. Enviamos, então, uma proposta de capacitação para mulheres intitulada “Incentivo à

⁸ A Tituba cooperativa de costura afro-brasileira foi construída através da participação na 1ª edição do edital de financiamento de projetos voltados à autonomia das mulheres pela recém-criada Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), no 1º ano de governo federal do Partido dos Trabalhadores (PT), no ano de 2003.

⁹ O uso da 1ª pessoa do plural (nós) nessa parte da tese é para referir-se a um grupo no qual a pesquisadora faz parte, que faz uma ação em conjunto.

¹⁰ Os governos do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, foram responsáveis pela criação das primeiras experiências de organismos de políticas públicas para as mulheres, no âmbito do governo municipal e no âmbito federal. Em Piracicaba, durante o mandato de 1989-1992, fui a responsável por criar e implementar a Assessoria de Políticas Públicas para as Mulheres. Sobre estudos das políticas públicas para as mulheres no Partido dos Trabalhadores ver Delgado (2007).

autonomia das mulheres no mundo do trabalho”. O projeto foi aprovado e teve como resultado a criação de uma cooperativa de costura afro-brasileira, chamada *TITUBA MODA AFRO*, e como eixos da formação para as mulheres, constaram: relações raciais, de gênero e de classe. A ideia era que estas mulheres tivessem condições de compreender sua condição de mulher empobrecida, além das relações étnicas raciais postas na sociedade brasileira.

Ainda que o objetivo do projeto tenha sido a formação política e capacitação profissional das mulheres para a criação de uma cooperativa e assim possibilitar autonomia financeira, muitas foram as contradições e desafios ao longo de tal experiência. A capacitação profissional garantiu que além das questões técnicas do corte e costura, tingimento e pintura em tecido, as mulheres tivessem acesso a um conjunto de informações e formação sobre as origens culturais do povo brasileiro com aulas de histórias e culturas Áfricanas, assim como aspectos dessas culturas no Brasil.

A formação dessas mulheres, envolvidas com a criação da cooperativa *TITUBA MODA AFRO*, em Histórias e Culturas Africanas Afro-Brasileiras visava contribuir para a compreensão da história brasileira, principalmente da história das mulheres negras, já que para o senso comum, no Brasil, o lugar destas é no trabalho doméstico, não somente em sua casa, mas especialmente na casa de outra mulher, em geral, uma mulher branca (SANTOS 2003).

A experiência da cooperativa com as mulheres desempregadas durou cerca de cinco anos (2005-2010). Para a cooperativa, restaram dívidas, frustrações e um desejo imenso de compreender porque não deu certo, visto que o Brasil vivia um momento econômico positivo, e houve fomento deste projeto com o advento da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

A partir dessas experiências e reflexões, fui focando minhas leituras na questão da autonomia financeira das mulheres, em especial das mulheres negras; isto porque, para os estudos feministas, a autonomia financeira das mulheres possibilitaria uma vida melhor, com maiores possibilidades de negociação entre os cônjuges. Nesse sentido, a definição por estudar as mulheres num país Africano, no caso, Moçambique é, portanto, resultado deste meu caminhar acadêmico e militante político.

A relevância da investigação se dá na possibilidade de conhecer e compreender a experiência moçambicana neste campo, o que permitiria avaliar o que talvez tenha dado

errado nesta nossa experiência no Brasil, mesmo não sendo uma pesquisa comparativa, entretanto, esse é o lugar de onde a pesquisadora saiu para os estudos do doutorado.

A pesquisa sobre trabalho associativo de mulheres, em regiões de Moçambique, justifica-se por ser um país que tem as mulheres como maioria à frente de cooperativas, das associações e grupos de geração de renda e de ajuda mútua como os sistemas informais de poupança.

Além disso, em Moçambique, as mulheres têm grande participação nos *espaços públicos*, no âmbito do executivo e do parlamento, espaços estes, tidos em países do ocidente¹¹, como *espaços dos homens*. Nesse país as mulheres estão numa positiva atuação em organizações de mulheres, seja nas organizações não governamentais, como pesquisadoras e gestoras de projetos sociais de direitos das mulheres, como também nos grupos comunitários, ou ainda, no movimento feminista nacional e internacional como a *Marcha Mundial de Mulheres*¹².

Portanto, desenvolver a pesquisa no referido país, poderá nos indicar as possíveis estratégias que levaram essas mulheres a um conjunto de atuação econômica e política, o que permitirá compreender a atual situação delas.

Assim, a ideia do trabalho tem sua origem nas preocupações referentes à permanente situação de exploração e opressão imposta às mulheres. Além do baixo salário, quando o tem, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo cuidado da reprodução e da manutenção da vida familiar. Por ser um trabalho doméstico, ou seja, no seu próprio lar, não é remunerado, tornando-se invisível para uma sociedade que se baseia em valores econômicos para valorizar as pessoas em termos de gênero e classe. Há que se ressaltar também que as mulheres realizam cerca de dois terços de todo trabalho do mundo, recebendo não mais que 10% dos rendimentos anuais e possuindo o mínimo de 1% de toda a propriedade mundial¹³.

Acerca de Moçambique, entre a população economicamente ativa, 89,1% das mulheres trabalham enquanto os homens representam 76,8%, entre os que trabalham, segundo

¹¹O termo “ocidente” aqui será utilizado num sentido geo-político, histórico e ideológico, como a região mundial hegemônica pela Europa e Estados Unidos.

¹²As mulheres em Moçambique a partir do ano 2014 são a coordenação do Secretariado Internacional da Marcha Mundial de Mulheres/ MMM, uma organização global que se iniciou no ano 2000, com ações e campanhas em todo o mundo com o lema: “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”.

¹³ Discurso proferido por Anna-Greta Leijon, Ministra do Trabalho da Suécia, durante a sua gestão na direção do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho, no ano de 1984.

os dados de força de trabalho ativa no país. Assim segundo os dados, esta é a participação de força de trabalho ativa feminina mais alta do mundo. Por outro lado, embora elas sejam a maior parte do povo que trabalha no país, o trabalho não é remunerado, assalariado, pois a maior parte é na agricultura de subsistência. O emprego assalariado está fortemente dependente do gênero. Aproximadamente 160.000 mulheres, ou só 4% de todas as trabalhadoras, encontravam-se em emprego assalariado, por oposição a 790.000 homens. No trabalho formal, assalariado, os homens são maioria esmagadora (KLAVEREN et al., 2009).

Sabe-se que esta situação não é resultado somente das condições atuais da forma econômica e política de organização da produção e reprodução da vida material, que é o modo de produção capitalista, mas é sabido que esse sistema econômico muito tem potencializado a situação de exploração em que as mulheres estão submetidas, principalmente nos países do *terceiro mundo*¹⁴, ou seja, países da periferia do sistema mundial (CUNHA, 2010).

Há que se considerar também que, com o aumento das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs, principalmente a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)¹⁵, em algumas regiões do mundo, a situação de miserabilidade das mulheres amplia-se cada vez mais, pois acabam perdendo seus empregos e/ou não tendo mais forças para o trabalho, o que é muito recorrente, por exemplo, em Moçambique¹⁶.

Cientistas sociais como Casimiro (2004), Temba (2004) e Cossa (2008), além da escritora Chiziane (2004), apresentam relatos nos quais as mulheres em Moçambique estão em condição de extrema desvantagem, tanto pelo aumento do número de contaminação pelas DSTs/Aids e o fraco poder de negociação em relação ao cônjuge e/ou em relação a sua família, como na prática de (um dos) rituais de purificação como o *kutchinga*¹⁷, e o pouco acesso à renda, apesar da alta taxa de emprego.

¹⁴ Utilizarei a expressão terceiro mundo em seu sentido político referindo-se ao período da chamada Guerra Fria, quando o mundo estava dividido entre países capitalistas e países socialistas; o primeiro mundo era formado por países chamados de desenvolvidos, centro do capitalismo, já o segundo mundo eram os países socialistas e o terceiro mundo, os países chamados de subdesenvolvidos, em geral, países que passaram por colonização.

¹⁵No Brasil, utilizamos AIDS, sigla em inglês de Acquired Immunodeficiency Syndrome, porém em Moçambique a mesma doença é chamada de HIV, sigla para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

¹⁶ Sobre a incidência da AIDS na vida das mulheres em Moçambique, ver trabalho de MONTEIRO, Ana Piedade Armindo. *Dondo e Maringue: realidades contextuais de prevenção e intervenção do HIV*.

¹⁷ Kutchinga: É um rito de purificação por qual passa a viúva que deve ter relação sexual com o irmão mais velho do marido falecido. Este ritual tem como objetivo a purificação da viúva para poder assim, retomar à sua vida social. Tal tradição tem sido motivo de várias críticas, principalmente pelo crescimento das DSTs/AIDS no país. Desde a última década é proibido no país, porém continua a realizar-se, principalmente nas regiões mais rurais.

As autoras relatam a percepção de que as mulheres têm sobre si a responsabilidade do cuidado com as pessoas da família, acarretando uma ampliação de suas tarefas, além de uma vida marcada por violência sexista legitimada por sociedades que dá ao homem (pai, marido, irmão, tio, etc.) autoridade de usar a força para resolver os problemas familiares e, principalmente os conjugais. Além do mais, em várias destas sociedades da chamada periferia mundial¹⁸, as mulheres têm sido as únicas responsáveis pelo cuidado de toda a família, o que em algumas situações pode lhes conferir certa autonomia e poder, porém tanto em Moçambique como aqui no Brasil, parece que tem sido apenas um encargo a mais (CASIMIRO, 2004; IPEA, 2010).

Apesar das diferenças históricas, políticas e econômicas nestes países, que se encontram na fase de *desenvolvimento*, as mulheres experimentaram e experimentam formas de vida diferenciadas, tidas como mais independentes, o que as possibilitou e possibilita alguma aparente autonomia. Novos papéis, novas profissões, algumas em áreas consideradas historicamente do mundo masculino, além da aplicação de políticas públicas, para reversão das desigualdades entre homens e mulheres. Porém, a tentativa aparente de homogeneização destas novas ideias e lugares no que tange ao papel social da mulher, aos padrões de organização familiar, casamentos e cuidados com os filhos talvez não tenha acontecido como se esperava. As pesquisas atuais indicam que somente se tornou homogênea a situação de precarização das mulheres.

As mulheres em Moçambique vêm, ao longo de sua história, implementando ações de resistências. Após as lutas vitoriosas pela independência acontecida nos anos de 1975, a sociedade moçambicana, como outras pertencentes ao *terceiro mundo* - em geral países que passaram por colonização europeia, com sua população nativa escravizada e suas reservas naturais exploradas a serviço destas potências – sofreu ou ainda padece por guerras civis e têm nas mulheres uma força resistente (CASIMIRO, 2004).

Em Moçambique, que faz parte do conjunto de países *em vias de desenvolvimento*, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres experimentam situações similares, ao restante dos outros países, no que se refere a um papel hierarquicamente inferiorizado na sociedade; mesmo em contextos e realidades diferentes - com suas instituições tradicionais de regulamentação política, econômica e social convivendo com

¹⁸ O termo periferia do mundo global é utilizado na tese no mesmo sentido político do termo terceiro mundo e países em desenvolvimento.

instituições em formatos modernos para alcançar status de país desenvolvido. Estas têm enfrentado as situações vulneráveis através de ações coletivas, tanto na resolução dos problemas familiares e sociais, como na produção de riqueza (CASIMIRO, 2004).

Casimiro (2004) afirma que, em Moçambique, o *individualismo* do projeto neoliberal ainda não corroeu totalmente as relações individuais e coletivas, pois ainda continuam existindo as relações de solidariedade e ajuda mútua, muitas vezes silenciosamente guardadas e preservadas, pelas mulheres, como resistência passiva e como estratégias de sobrevivência no campo e na cidade. De acordo com a autora:

(...) antes dos modelos institucionais do Estado colonial, a África Subsaariana conheceu várias formas de organização que desempenharam importante papel na comunidade com diferentes formas de *entre ajuda*, como as normas de reciprocidade e de redistribuição. (CASIMIRO, 2004, p.163-164).

A atuação das mulheres nesses movimentos sociais, especialmente no movimento social de mulheres, como também em atividades econômicas nas associações de trabalho, cooperativas de produção e de microcrédito, grupos de entre ajuda, numa chamada *economia solidária* é bastante forte.

Esses são espaços de mediação e reciprocidade, espaços comunitários bastante presentes no cotidiano das mulheres, acostumadas desde crianças a ajudarem-se mutuamente. A maior parte da África, especialmente a rural, continua formada por laços de solidariedade e interesse no todo social, valores necessários ao trabalho associativo, pois além de melhorar o cotidiano das mulheres, as experiências podem ajudá-las em suas reflexões sobre o trabalho, sobre sua autonomia e emancipação (SANTOS; BAHIL, 2013; CASIMIRO, 2014).

As situações de opressão e exploração que envolvem as mulheres têm sido pesquisadas por várias autoras (MIES; SHIVA, 1993; CASIMIRO, 2004; DELGADO, 2007; MAMA, 2010; TELES, 2010; CUNHA, 2011; SANTOS, 2011). Trata-se de uma realidade frequentemente estudada nas diferentes áreas do conhecimento.

O fenômeno das desigualdades postas às mulheres, segundo pesquisas realizadas, é uma constante, tanto nos países *desenvolvidos*, sendo a maioria pertencente ao hemisfério norte, onde as mulheres são mais fortemente atingidas pelas crises sociais com empregos precários e mau pagos, ou pelo desemprego, como também nos países em *vias de*

desenvolvimento, como o Brasil e Moçambique, onde as mulheres sofreram e sofrem os reflexos do neoliberalismo com ajustes estruturais e restrições orçamentárias que pioram e pioraram suas condições de sobrevivência (GUÉRIN, 2003; SANTOS, 2005; SINGER, 2005; CASIMIRO; SOUTO, 2010; SANTOS, 2011).

Em oposição a esses fatores, as mulheres, frente a tais realidades, têm desenvolvido formas de resistências em vários âmbitos, tais como: no campo acadêmico com estudos e desenvolvimento de teorias que contribuam para visualização destas realidades e com os aportes teóricos de Gênero, do Feminismo e da própria Economia Feminista (AUAD, 2003; LOFORTE, 2003; MAMA, 2010; CUNHA, 2011); no campo político com o movimento de mulheres, especialmente o movimento feminista, bem como a luta pelos direitos humanos das mulheres (CASIMIRO, 2004; DELGADO, 2007; TELES, 2010); no campo econômico, com o trabalho associativo como as associações ou redes econômicas, grupo de mulheres de geração de renda, cooperativas de produção e comercialização e também os sistemas informais de poupança e ajuda mútua (NOBRE, 2003; GUÉRIN, 2003; CASIMIRO, 2004; SOUTO, 2010; CUNHA, 2010; 2011; TRINDADE, 2011).

Segundo essas pesquisadoras, são as mulheres as primeiras a se mobilizarem e se auto-organizarem, por ser uma forma de organização econômica que adota os valores da democracia, prezando pelo trabalho coletivo, pela igualdade entre seus membros, pela divisão do poder de decisão, sendo esses valores experimentados historicamente pelas mulheres, nas atividades comunitárias e na solução das problemáticas familiares.

ASSOCIATIVISMO: ASPECTOS DA SUA HISTÓRIA E CONCEITOS

A expressão associativismo diz respeito às organizações sociais que fomentam a ação coletiva com o objetivo de ultrapassar dificuldades econômicas, sociais ou culturais, difíceis de serem resolvidas individualmente por determinados grupos humanos. Essas organizações pressupõem autonomia e democracia, sem fins lucrativos pessoais.

Estas experiências de resolução coletiva dos problemas sociais não têm sido novas, especialmente as associações com fins econômicos. Iniciaram durante o século XIX com as experiências de sindicalistas e socialistas utópicos como uma reação à desestruturação do

trabalho no início do processo de industrialização na Europa e mais tarde nos países do Sul, segundo estudos de Guérin (2003) e Singer (2005).

Para Singer (2005), o movimento de economia social do século XIX, tem sido conceituado nas três últimas décadas como *Economia Solidária* que são as iniciativas econômicas independentes do Estado e interessadas mais no coletivo e na solidariedade que na busca do lucro.

As experiências de *Economia Solidária* têm se dado partindo do desenvolvimento local. A economia solidária, segundo estes autores, é uma alternativa sustentável capaz de alavancar pequenos grupos e localidades esquecidas das autoridades públicas, começaram no âmbito local e conseguiram se expandir para o âmbito internacional, pois seriam estratégias necessárias e viáveis na resolução dos impactos sociais na vida das pessoas e da reestruturação do processo reprodutivo Guérin (2003) e Singer (2005).

Ainda para este/a autor/a, as atividades econômicas solidárias parecem resgatar o prazer de trabalhar, não como uma forma de emprego, e sim como condição da natureza humana na busca da satisfação não somente da sobrevivência material, mas também da sobrevivência social, artística e espiritual.

As atividades solidárias ou comunais (SANTOS; BAHIL, 2013), como as atividades não somente econômica de ajuda-mutua, muito presentes na África contemporânea, são práticas tradicionais nestas sociedades Africanas, que hoje são - podem ser - entendidas como alternativas ao capitalismo, que resgatam experiências de organização do trabalho, noutro formato que não seja a propriedade privada dos meios de produção, da extração da mais-valia e da alienação do trabalho, pois necessitam de recursos monetários. Já os recursos não monetários, por exemplo, as relações de confiança e de reciprocidade (MAUSS, 2001), difíceis de serem mensuradas e contabilizadas em nossa sociedade, mesmo nessa produção capitalista são utilizadas, ou esse sistema teria sido destruído (NOBRE 2003).

Nobre (2003), ainda acrescenta que a *Economia Solidária* rompe com a separação entre produção e reprodução, com a divisão sexual do trabalho, bem como amplia a noção de trabalho, visto que, no capitalismo, só é considerado como trabalho válido, aquilo que dá lucro e as necessidades não rentáveis são relegadas ao trabalho não remunerado, em geral das mulheres.

Analisando a solidariedade e reciprocidade como um dos recursos da produção material da vida, a *Economia Solidária*, contribui para que as tarefas que concretizam as relações de reciprocidades sejam reconhecidas e partilhadas igualmente por homens e mulheres, assim, é importante levar em conta o conceito de reciprocidade, sendo “não apenas como um valor, mas como um recurso que se materializa em horas de trabalho, em gasto de energia, em geral das mulheres” (NOBRE, 2003, p. 98).

Desta forma, a autora acredita que a *Economia Solidária* pode criar experiências não hierárquicas, de solidariedade e de fortalecimento da autonomia e de emancipação social, ao exercitar formas de justiça mais próximas da realidade concreta das pessoas.

Como em outras regiões, as mulheres em Moçambique também têm reinventado formas desta emancipação social numa globalização, contra-hegemônica, lutando contra o que Santos (2005) chama de “globalização neoliberal”. Essas atitudes se realizam por meio de movimentos e organizações sociais através de redes locais e globais, lutando por outro tipo de vida. São experiências próprias da vida comunitária e solidária em regiões nas quais os valores individuais próprios do ocidente não chegaram, pois são relações tradicionais comunitárias, que têm na reciprocidade um princípio importante que asseguram o presente e o futuro (SANTOS, 2006).

No caso das organizações econômicas solidárias, a reciprocidade que apresenta preocupação com as condições de vida do outro é motivo de obrigação para produção dos bens materiais e simbólicos à existência coletiva, pois como bem esclarece Santos:

[...] na África negra, embora seja o status social do indivíduo de uma comunidade que determina os direitos e as obrigações dele para com o grupo de produção e do grupo de produção para com ele, a solidariedade, embora ocorra individualmente, é a materialização de um pacto estabelecido entre os membros de uma família, entre algumas famílias e mesmo entre diferentes grupos étnicos [...]. (SANTOS, 2006, p. 56).

A criação de cooperativas com a intenção de construir o país noutros moldes que não o capitalista, foi o objetivo do primeiro governo pós-independência, quando incentivou a criação destas cooperativas e a organização da União Geral das Cooperativas – UGC, no sul do país.

E por serem as mulheres de Moçambique, participantes fundamentais destas redes de solidariedades é que se justifica o presente estudo, para conhecimento e análise dessas experiências coletivas de trabalho.

OS ESTUDOS DE MULHERES E OS ESTUDOS AFRICANOS

Parece que a forma de análise proposta por Casimiro (2012) e Hook (1995) que depreende um ativismo político nos estudos sobre mulher, partindo das experiências pessoais conforme dito por Hook (1995) diz respeito também aos chamados Estudos Africanos, perspectiva, igualmente, desta tese. No caso dos estudos sobre mulheres a perspectiva da interseccionalidade nos garantirá melhor compreender o cruzamento das várias opressões postas às mulheres.

Dentre alguns dos pressupostos dos Estudos Africanos penso o da impossibilidade de um estudo Africano que não seja interdisciplinar, isto é, apenas numa área ou com as várias áreas da ciência tratadas em separado e, nem juntas formalmente, há que se buscar a devida complementaridade objetiva entre as várias áreas do conhecimento, que devem estar *inter-relacionadas*, e também há que se buscar a “[...] solidariedade geral entre as ciências, tanto do ponto de vista intelectual como histórico”, conforme conclui Hountondji (2010, p.120).

O mesmo autor ainda indaga sobre o que se entende por estudos Africanos, perguntando se estes são os estudos produzidos sobre a África, provenientes da África, ou os estudos produzidos por Africanos e, ainda diz que não bastaria ser produzido por Africanos se este conhecimento não for partilhado com os Africanos.

Dentre alguns pressupostos para os estudos Africanos assinalam-se os apresentados também por Cardoso (2012), questionando o fato de que no campo científico os estudos das ciências sociais têm se pautado pelos paradigmas ocidentais com o qual foram concebidas, indaga sobre as investigações no continente Africano *ocuparem um lugar subalterno e* também a existência dos paradigmas coloniais ainda no interior do continente.

Assim sendo, a pesquisa se deu na perspectiva de estudos em regiões Africanas, neste caso, regiões moçambicanas, sobre autonomia das mulheres, a partir do trabalho coletivo, utilizando também, categorias e princípios dos estudos feministas incorporando as críticas do chamado *feminismo negro* ou do chamado *feminismo interseccional*, ao *feminismo ocidental*, este último, tido como universal. O estudo incorporou ainda o desacordo de intelectuais Africanos sobre os estudos estereotipados produzidos por feministas do ocidente sobre mulheres Africanas.

As chamadas epistemologias do sul em contraste com as do norte, ainda hegemônicas, é também um pensamento desta tese.

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem constatações que instigam a compreendê-las a partir dos conceitos teóricos, como: desenvolvimento, feminismo e associativismo. Esses conceitos, por sua vez, geram a possibilidade de compreendê-los a partir das categorias que remetem à historicidade, totalidade e contradições. Nesse caso, pretende-se a partir dessas categorias, analisar o objeto de estudo proposto por meio de aproximações sucessivas e não respostas definitivas, para construir um campo teórico de compreensão do tema proposto.

Para isso, foram usadas técnicas, como: a coleta de dados através das entrevistas semiestruturadas, grupo focal que foi trabalhado por meio de dinâmicas de grupo, a observação participante direta e indireta através de contatos formais e informais. Além dessas técnicas, a utilização do gravador, quando possível, foi importante para captar as falas das mulheres, bem como o emprego da máquina fotográfica e do diário de campo para registros de imagens e diversas anotações consideradas relevantes.

A inspiração metodológica é a partir do método da etnografia. Segundo Malinowski (1976, p. 21), esse método agrupa-se em três itens principais: guiar-se por objetivos verdadeiramente científicos [...]; providenciar boas condições para o trabalho; recorrer a um conjunto de métodos especiais de recolha, manipulação e registro dos dados [...]. Entretanto, não foi possível o cumprimento de todos estes itens integralmente, portanto esse estudo se valeu parcialmente da etnografia.

Em relação à observação direta e indireta, deveram-se ao fato de ela permitir acompanhar aspectos do cotidiano das minhas interlocutoras¹⁹ “[...] levando-nos a uma maior aproximação com a realidade observada, suas regras, seus códigos e seus discursos” (GOMES, 2006, p.35), por isto, também o valor do diário de campo.

¹⁹ Nessa tese, utilizo o termo interlocutora, para designar as mulheres que participam das cooperativas da UGC e que foram entrevistadas por mim, por entender que este termo dá conta de mostrar o que foi a relação que tive com essas mulheres.

A atividade grupal foi uma versão simplificada da técnica de grupo focal, pela necessidade própria da pesquisa qualitativa recorrendo a um conjunto de métodos especiais de recolha, indicado por Malinovski (1976), na busca de dados da realidade estudada, permitindo um maior diálogo com minhas interlocutoras, posto que a entrevista, mesmo que semiestruturada, não proporciona estes espaços privilegiados.

A técnica de grupo focal é mais um procedimento de coleta de dados em grupo, que “permite a observação das interações características do processo grupal”, incluindo os sentimentos e ideias das pessoas, com momentos reflexivos entre as participantes de uma determinada pesquisa social, é um espaço de discussão e troca, “pressupondo a construção de conhecimento em espaços de intersubjetividade” (KIND, 2004, p. 220).

O objetivo das entrevistas com as mulheres foi buscar aspectos de suas histórias de vida, a partir das lembranças de situações vividas, tanto no processo de trabalho nas cooperativas, como no trabalho doméstico, em suas casas, já que são ao mesmo tempo lembranças individuais e coletivas.

Igualmente, trabalhar com a memória dessas mulheres permitiu “descortinar situações conflitivas, discriminações, jogos de poder entre pessoas e grupos sociais, também captar os sentimentos experimentados” (Bernardo, 1998, p.30), possibilitando reconstrução e redefinição de identidades, mas também interpretação de significados das “substâncias das memórias” (BOSI, 1935 apud BERNARDO, 1998, p. 29).

Através desse percurso metodológico, foi possível, de forma gradativa, obter respostas às indagações sobre geração de renda, autonomia e participação política das mulheres, temas centrais desse trabalho.

Além disso, ter optado, entre outras, pela técnica da memória que é muito usada em pesquisas de caráter qualitativa, não descuidando dos dados objetivos (Goldenberg, 2004), garantiu a observação atenta de todos os pormenores nos momentos da coleta, de dados por meio das entrevistas, bem como enriqueceu a descrição dos dados no diário de campo, conforme orientado por Geertz (1989).

Ressalta-se que se trata de uma pesquisa de cunho feminista que estuda o papel social e cultural de mulheres. Intenciona *preparar o terreno* para outras pesquisas, ações e participações políticas que transcendem e transformem a realidade machista presente na sociedade (OLESEN, 2006).

Segundo Olesen (2006), as pesquisas qualitativas feministas são caracterizadas como experimentais em contrapartida às pesquisas tradicionais que é caracterizada por vários atributos como:

[...] a natureza da pesquisa, a definição daqueles e daquelas com os quais a pesquisa é feita e o relacionamento com estas e estes, as características e a localização da pesquisadora, além da própria criação e apresentação dos conhecimentos gerados na pesquisa [...]. De quem é a dúvida destes conhecimentos e de quem seriam estes conhecimentos. (OLESEN, 2006, p. 219).

A fundamentação teórica do trabalho abrange estudos acadêmicos da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia, sendo que nesta área, o caminho foi muito mais pelas ferramentas da Economia, como também de um campo ainda em construção que é a Antropologia Feminista.

Em relação à antropologia econômica, a pesquisa valeu-se dos estudos sobre relações de parentescos, a política e a religião, vistas como relações sociais também de produção, incorporando o papel determinante das estruturas econômicas na compreensão da lógica de funcionamento dos diversos tipos de sociedade.

Segundo a concepção materialista, o fator determinante em última instância na história é a produção e a reprodução da vida imediata. Mas esta produção tem uma dupla natureza. Por um lado a produção dos meios de existência, de objetos que se destinam à alimentação, ao vestuário, ao alojamento e dos utensílios de que necessitam, por outro lado, a produção dos próprios homens (e mulher), a propagação da espécie (ENGELS, 1884 apud MEILLASSOUX, 1976 p. 6).

A tese concorda igualmente com Claude Meillassoux (1976) sobre ser fundamental a incorporação das tarefas executadas pelas mulheres, no trabalho da casa. Assim como também concorda com Carvalho (1981), visto que somente este tipo de enfoque permitiria superar as dificuldades complementares e opostas já que de um lado há uma teoria reducionista e de outro, teorias que reduzem todas as sociedades às consequências da religião, da política ou do parentesco.

A pesquisa também se desloca das análises universalizantes sobre a sociedade e sobre a mulher no singular para uma pesquisa na direção de um conhecimento articulando ao pensamento negro feminista num ponto de vista, com a finalidade de:

[...] vincular o ponto de vista das mulheres negras à interseccionalidade, como a construção dos fenômenos sociais, da raça, da classe e do gênero se constroem mutuamente, mas sempre dentro de uma grande consideração pelo poder e pelas relações estruturais (COLLINS, 1998, p.228 apud OLESEN, 2006, p.226).

Durante a pesquisa de campo, houve a necessidade de ampliação de novas técnicas, aspecto este que, ao contrário de parecer um descuido com o trabalho de campo, demonstrou uma maior seriedade e honestidade, pois:

[...] durante a coleta de dados surgem acontecimentos que levam para uma nova revisão e reflexão sobre as indagações e os procedimentos metodológicos que foram inicialmente propostos. Esse procedimento sociológico de revisão dos métodos revela a objetividade do pesquisador para a captação da realidade. Isto é, a preocupação com a busca de procedimentos metodológicos que sejam coerentes e que estejam mais próximos de responder as indagações, ou seja, os questionamentos do tema pesquisado. (SANTOS, 2013, p.26).

Augusto Trivinos (1987) em sua Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais diz que a pesquisa qualitativa não admite visões isoladas e estanques, visto que se desenvolve em uma interação dinâmica, reformulando-se constantemente, na mesma medida que a coleta de dados, deixa de ser como tal e é análise de dados, para logo em seguida ser veículo para nova busca de informações (TRIVINOS, 1987).

Esse foi o caminho percorrido na busca de respostas para as questões da tese, definir o objeto de estudo, conhecer o já identificado até o momento entre intelectuais deste campo de estudo, mapear o universo e o campo da pesquisa, conviver o mais profundamente possível com as interlocutoras do estudo, sistematizando o mais honestamente os dados recolhidos sobre as mulheres cooperativistas nesta região do país.

DO UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa de campo ocorreu na Província de Maputo, na Machava, bairro da cidade da Matola, Província de Maputo, também capital do país. O universo foi constituído por mulheres organizadas da União Geral das Cooperativas, existente desde os anos 1980. Procurou-se garantir a maior diversidade de áreas/frentes de trabalho, como as de produção, comercialização e de poupança, porém todas as cooperativas que restaram nesta região são de produção agrícola.

Segundo o Plano Estratégico (2012 – 2015), produzido em novembro de 2011, a UGC tem 12 núcleos de cooperativas, totalizando 152 cooperativas, com 2034 cooperativistas em seu total, destas, 98% são mulheres. A coleta de dados foi no núcleo da Machava, que segundo sua presidente, é o maior núcleo ainda ativo da UGC, com cerca de 180 cooperativistas, distribuídas nas 13 cooperativas mais ativas do núcleo²⁰.

ATIVIDADES PRÉVIAS À PESQUISA DE CAMPO: PROVÍNCIA DE MAPUTO/MOÇAMBIQUE

A viagem a Moçambique, com a finalidade de conhecimento das suas realidades, havia sido planejada desde os anos de 2009, quando no curso “Histórias e Culturas Africanas Afro brasileiras”, no Espaço Cachoeira, alunas e alunos, além dos professores, planejaram uma viagem ao país como forma de melhor aprendizado sobre regiões Africanas. Tal viagem não aconteceu, porém serviu de início à aproximação deste país.

Em 2011, já no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, desenvolvendo o projeto de doutorado, apresentei uma comunicação no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, na Bahia.²¹ Neste congresso tive oportunidade de participar também do GT “Moçambique Contemporâneo: identidade, diversidade e cidadania”, coordenado por pesquisadoras e ativistas sociais moçambicanas. Na ocasião, conheci algumas pesquisadoras da Universidade Eduardo Mondlane que faziam parte do meu referencial teórico nos estudos sobre mulheres em Moçambique e pude assim demonstrar o interesse e intenção em desenvolver a pesquisa de campo no país.

²⁰ Segundo relatório do Plano Estratégico (2012-2015) na Machava existem 17 cooperativas com 227 cooperativistas.

²¹ XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, ocorrido em Salvador, Bahia, em agosto de 2011.

Assim, entre os meses de novembro e dezembro de 2012, durante a “2ª Conferência Internacional Os Intelectuais Africanos face aos desafios do século XXI”, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em Moçambique, apresentei a comunicação “Contribuição da Economia Feminista na análise do trabalho de mulheres no cooperativismo em Moçambique”, na ocasião já efetuando os primeiros contatos com possíveis interlocutores.

Diante disso, já tendo delimitado o objeto de estudo e formalizando os devidos contatos com pesquisadoras e pesquisadores do Centro de Estudos Africanos (CEA) da universidade, participei também de diversos eventos, organizados por associações de mulheres. Durante a atividade internacional *Campanha dos 16 dias de Luta Contra a Violência Contra a Mulher*, foi possível ter melhor informação sobre as pessoas com quem trabalharia durante a pesquisa de campo, além de informar sobre o ambiente em que se inseriam, bem como a identificação de estudos acadêmicos no banco de dados da Universidade Eduardo Mondlane.

Mediante esse envolvimento com o contexto moçambicano, no início do ano seguinte, em 2013, preparei-me para o Estágio de Doutorado Sanduíche no Exterior, com apoio do programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). A preparação consistiu na finalização do projeto de pesquisa para submetê-lo ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais PUC/SP, ao Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e à professora escolhida por mim para a co-orientação.

A definição da co-orientadora deu-se já nas primeiras leituras sobre os estudos de mulheres em Moçambique com o livro “Paz na Terra, Guerra em Casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique” de Isabel Casimiro.

Com a referida bibliografia e outras que se seguiram, notadamente os estudos da área das Ciências Sociais, pude fundamentar e definir melhor o objeto de estudo, apesar das dificuldades em localizar e indicar os sujeitos - as mulheres cooperadas - pois a lacuna de informação neste campo era muito grande, o que justificou ainda mais a pesquisa.

Assim, finalizei o projeto para o estágio sanduíche para a coleta de dados que poderia responder às principais indagações colocadas:

- Em que medida as mulheres que participam do trabalho associativo são remuneradas pelo trabalho que desenvolvem?

- Utilizam o que recebem na construção de uma vida financeiramente autônoma em relação ao cônjuge e aos outros homens em sua família?
- Essa autonomia²² lhes influencia de alguma forma nas decisões a tomar sobre sexualidade, direitos reprodutivos, bem como na educação das filhas e filhos?
- Como se dá a participação destas mulheres nos espaços públicos em sua comunidade, bem como sua relação com os movimentos pelos direitos das mulheres em seu país?

Antes da viagem ao local do campo de pesquisa, foram realizadas no Brasil, duas entrevistas pilotos como forma de testar a técnica de entrevistas. Essas entrevistas pilotos foram realizadas com duas mulheres pertencentes a duas cooperativas de costura, na Baixada Santista, estado de São Paulo, sendo que uma organização permanece em atividade e a outra não está mais em funcionamento devido à falta de incentivo e retorno financeiro para manter as cooperadas.

IDA AO CAMPO DE PESQUISA (LEVANTAMENTO DE DADOS)

A viagem a Maputo, portanto, deu-se no início de setembro de 2013 e já na primeira semana busquei organizar a estada e fazer os primeiros contatos com o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, e também com a co-orientadora e as organizações de mulheres.

Nas semanas que se seguiram, iniciei as atividades para melhor aproximação das mulheres da UGC, na Machava. Entre as atividades, me inscrevi num curso de changana, uma das línguas local mais falada nesta região do país.

As cooperativas da UGC que estão na Machava, são dezessete, mas nem todas estão atuantes (figura 2). Em geral essas cooperativas têm cada uma, cerca de seis a dezoito mulheres associadas, segundo dados apresentados por mamã²³ Etel, presidenta da UGC na

²² Autonomia aqui é entendida como capacidade individual e coletiva de decisão, gestão e resolução dos seus problemas, bem como da sua vida. Ver: MARTINS, A. M. *Autonomia e Educação: A trajetória de um Conceito*. Cadernos de Pesquisa, n. 115, FCC, p. 207-232, março de 2002.

²³ Mamã ou mamana: palavras changanas utilizadas de forma comum para designar mãe ou pessoa mais velha, mesmo eu estrangeira era tratada desta forma.

Machava, que me informou que entre os anos de 1983 e 1993 eram cerca de 250 mulheres em cada cooperativa.



Figura 2 - Mulheres na sede da UGC, na Machava, durante o almoço após a atividade de avaliação do ano.
Fonte: Autora, 2013

Os encontros se deram tanto de forma coletiva quanto individual. Os encontros coletivos aconteceram quando fui apresentada ao grupo, nas três festas que aconteceram e na atividade do grupo focal. Já os encontros individuais ou em duplas foram para as entrevistas.

A maioria dos encontros e entrevistas foi em português, sendo que uma das entrevistas teve que acontecer em português e changana e contou com tradução auxiliada pela outra entrevistada, assim como uma das atividades coletivas que se realizou em changana, e, neste caso, contei com tradução simultânea, auxiliada por duas cooperativistas, indicadas pela presidência, mamã Etel. Os encontros coletivos foram, nomeadamente, as reuniões mensais da UGC, bem como as festas, incluindo a avaliação de encerramento do ano.

As minhas interlocutoras foram: Alice, ex-cooperativista do início da UGC; Etel Felipe, presidente e membro da Cooperativa 07 de Abril; Paula e Leonor, da Cooperativa 1º de maio; Isabel e Lina, da Cooperativa Kenneth Kaunda; Conceição, da Cooperativa IV Congresso II; Gilda, da Cooperativa 29 de Setembro e; Hortência, da Cooperativa Madjedje I.

Além das mulheres cooperadas, entrevistei mulheres e homens que, de alguma forma, trariam importantes aspectos para melhor compreensão do objeto da pesquisa. Dentre as entrevistadas: uma representante do Fórum Mulher, que esteve durante as lutas de independência com a responsabilidade de criação da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM); uma funcionária do Ministério da Mulher; uma deputada federal, ativista social que esteve presente durante as lutas de independência; uma empresária, fundadora do primeiro Banco da Mulher no país, inaugurado no ano de 2013.

Entrevistei também membros de organizações ligadas ao trabalho agrícola, como a União Nacional de Camponeses (UNAC), instituição que congrega as trabalhadoras e os trabalhadores do campo, incluindo a UGC, além do representante nacional da UGC e da Via Campesina. E, por fim, entrevistei, ainda, duas vendedoras de verduras e legumes que atuam nos mercados na cidade de Maputo, uma vez que elas são as comerciantes dos produtos oriundos dessas cooperativas, finalizando o ciclo da cadeia de produção de alimentos.

Essas entrevistas foram realizadas para minha observação sobre o olhar de moçambicanos e moçambicanas a respeito das mulheres cooperativistas e a história das organizações delas, portanto, não foram citadas, mas auxiliaram nas análises complementando informações.

Orientei a atividade de grupo focal enquanto uma colega observava e produzia a gravação de toda a atividade. Dividiu-se o grupo de mulheres em três grupos, de forma aleatória, e para cada grupo, foram sugeridas questões sobre: a vida da mulher e sua família dentro de casa; a vida da mulher e seu marido, dentro de casa; a vida da mulher cooperativista, na produção e na negociação e comercialização.

As participantes tiveram quinze minutos para refletir e preparar uma encenação de cinco minutos. Após apresentação de todos os grupos, foi aberta a fala para as reflexões de membros de cada grupo. Esta modalidade na coleta de dados possibilitou que as mulheres, de forma mais descontraída, pudessem lembrar, representar, refletir, sorrir e falar sobre suas vidas.

Além disso, a pesquisa de campo foi complementada pela minha ativa participação nos eventos das associações de mulheres, como o Fórum Mulher, a Marcha Mundial de Mulheres e nos seminários que o Centro de Estudos Africanos (CEA) produziu em atividades incorporando pesquisadoras e pesquisadores do país e estrangeiros.

ALGUMAS DIFICULDADES COM A PESQUISA DE CAMPO NA MACHAVA

Uma das maiores dificuldades para a realização da pesquisa foi a locomoção, porque o transporte público local, bastante ineficiente não nos permitiu acesso mais rápido e seguro até o local do nosso campo, assim tive que contar com apoio de amigos e mais tarde com o serviço de táxi, pois, como o trajeto exigia trafegar por estradas, não me senti segura em viajar em um dos transportes mais comum e barato, pelo menos para mim enquanto estrangeira, que é a chopela²⁴.

Algumas entrevistas tiveram que ser desmarcadas, por problemas pessoais das entrevistadas, como o falecimento de parente ou ida ao médico. A chuva também causou cancelamento de algumas entrevistas, pois nesses dias elas não vão às machambas²⁵ e como não consegui ser recebida por elas em suas residências, teria que esperar o final das chuvas.

O não conhecimento da língua local²⁶ representou um grande constrangimento e desafio a uma maior compreensão do que falavam, especialmente quando o assunto era a minha presença.

Outro elemento que dificultou conseguir entrevistar as mulheres foi o tempo que elas dedicavam à campanha eleitoral parlamentar daquele ano. Não havia previsto tal fato. A maioria das mulheres cooperativistas da UGC é participante ativa da Frelimo, partido governamental, responsável pela criação destas organizações da UGC.

A pesquisa de campo ocorreu em um momento de muita tensão no país, visto que reflexos do Acordo de Paz assinado em 1992, para que cessasse a guerra civil entre o partido Frelimo (governo de Moçambique) e partido Renamo (oposição), reapareceu de uma forma não declarada, obrigando a todos a buscar alterações táticas de segurança para a permanência no país. A Renamo seguia escondida nas matas no centro do país, ameaçando dividir

²⁴ Chopela é um tipo de transporte existente em vários países, notadamente, a Índia e Moçambique. Ela trafega de forma rápida por ser uma moto coberta e transporta de uma a três pessoas.

²⁵ Machambas significa uma pequena roça de plantação, em Moçambique.

²⁶ Apesar do curso de 100 horas, que eu me propu fazer.

Moçambique. Fui orientada por parte da CAPES e da Embaixada Brasileira, em Moçambique, não fazer grandes deslocamentos por estradas, pelo risco de se ver em emboscadas.

APRESENTAÇÃO DA DIVISÃO DOS CAPÍTULOS

De uma maneira geral, esta pesquisa se dividiu em cinco momentos, a saber: a) os estudos para fundamentar e ajudar na definição dos sujeitos diretos e indiretos; b) o mapeamento dos instrumentos de coleta de dados; c) a coleta de dados com as entrevistas; d) a organização, sistematização e análise dos dados; e) a construção da tese. Assim, será concluída com a sistematização e análise dos dados tendo como suporte alguns dos aportes teóricos dos estudos das ciências sociais, do feminismo e dos estudos em regiões Áfricanas, pois são ideias que subsidiam a pesquisa e os objetivos elencados.

De forma descritiva e analítica está assim organizada a tese: Nesta introdução são apresentadas as justificativas pessoais e teóricas, as primeiras análises dos conceitos utilizados e os fundamentos metodológicos com as devidas técnicas da coleta de dados.

O primeiro capítulo que tem como título **“Sobre os lugares da investigação: da geografia às condições de vida na Província de Maputo”** objetiva apresentar o lugar político, econômico, social e geográfico dos estudos, que é o sul de Moçambique, na Província de Maputo, região mais industrializada do país e onde estão as sedes das instituições políticas e econômicas.

O segundo capítulo **“O Mundo e as Mulheres”**, apresenta o papel da mulher na produção de riqueza e sua vulnerabilidade nas várias regiões do mundo. Apresenta também as muitas formas de resistência engendrada pelo movimento de mulheres e pelo feminismo em toda parte do globo, incluindo o continente Africano e especialmente em Moçambique, expondo as organizações criadas pelas mulheres, inclusive as cooperativas da União Geral das Cooperativas, UGC.

O terceiro capítulo, com o título **“Moçambique e as Mulheres da União Geral das Cooperativas da Machava: reproduzindo e produzindo a vida”** apresenta e analisa os espaços de produção, comercialização e geração de renda das mulheres e a relação de possível autonomia das mulheres, a partir dos dados apresentados pelas interlocutoras. O capítulo

também reflete as transformações pelas quais passou o país e os reflexos destas transformações no trabalho das mulheres da União Geral das Cooperativas.

Por último, as considerações finais, indicando possíveis trabalhos futuros na continuação de estudos sobre mulheres e suas formas de resistências.

CAPÍTULO 1 – SOBRE OS LUGARES DA PESQUISA: DA GEOGRAFIA ÀS CONDIÇÕES DE VIDA NA PROVÍNCIA DE MAPUTO

Conhecer a África prepara-nos para um contexto de novas referências, propondo-nos maneiras diversas de ver o continente Africano e novas abordagens das matérias que estão na base da nossa formação.
(CHAVES, 2005, p. 14)

1.1. O CONTINENTE AFRICANO

Eu poderia começar este capítulo sobre o continente Africano falando sobre o lugar onde surgiu a humanidade, porém para não fazer um retorno tão grande, optei por estudá-lo a partir do mundo do século XV, período das navegações, das primeiras colonizações, do comércio triangular entre Europa, África e América, com o acúmulo de riqueza na Europa e o início da revolução industrial, no Reino Unido, com surgimento de um novo sistema de reprodução da vida, o capitalismo.

Diríamos que a partir destes acontecimentos, o continente Africano tem sido o lugar da exploração dos recursos materiais e humanos a exaustão, a serviço deste sistema.

Esse novo mundo capitalista, lança mão do “progresso”, através da revolução científica, criando a chamada era da modernidade, o “período das luzes”, de modo que, com o desenvolvimento das forças produtivas, a Europa “conquista” o mundo.

Esse progresso através do desenvolvimento da ciência proporciona a dominação dos homens poderosos, - detentores de riqueza e de um tipo de conhecimento -, sobre os homens “comuns”, as mulheres e a natureza, sinalizando então, a partir daí, que a razão é o que prevalecerá.

Enquanto que para os homens da burguesia emergente havia surgido, com a renascença, um período de novas oportunidades, para as mulheres, a Renovação política e cultural dos séculos XIV e XV, significou perda de poder, independência e influência. (CASIMIRO, 2004, p.95).

De agora em diante, serão produzidas ideias de inferioridade sobre grupos humanos, a partir de diferenças biológicas e culturais, naturalizando desigualdades criadas, desde então. E, na passagem do antigo regime para o novo, “o moderno mundo capitalista” constrói uma das poderosas áreas da ciência que é a área da medicina, especialmente as áreas, relacionadas à “ciência da mulher” ou, ao “sistema reprodutor feminino”.

Profissionais deste campo de estudos (médicos, biólogos, anatomistas e fisiologistas), declaram a sexualidade feminina como perigosa, a partir de uma rígida diferença entre homens e mulheres, expressada em uma ordem moral e social, definem assim a inferioridade da mulher, com pouca aptidão para a política e para as ciências.

Se nos primórdios da história humana a mulher possuía um lugar central, pelo fato de ser considerada um - *ser sagrado* pela sua capacidade de *dar a vida*, - onde, até então, não se conhecia o papel masculino na procriação -, logo mais os homens começam a dominar a sua função reprodutora e passam também a controlar a sexualidade da mulher, inclusive legislando para garantir que os seus herdeiros sejam facilmente identificados e, assim, nasce a instituição família, conforme a conhecemos, pelo menos no ocidente, “pois a maior parte das sociedades não estabelecem entre família e sexualidade esta ligação íntima que se afirmou na nossa” (LEVI-STRAUSS, 1983, p. 86).

Nesse sentido, as mulheres são consideradas desiguais e inferiores e “nesta modernidade”, com a definição de que “somos todos iguais”, a diferença se dá no corpo, segundo Fanon (1975) foi através da objetivação sexual, que se desenvolveu a construção do outro.

A ciência segue tentando, portanto, fundamentar-se, naturalizando comportamentos sociais segundo as diferenças sexuais e raciais, na tentativa de justificar seu pressuposto de inferioridade biológica do corpo da mulher e de povos negros.

Um dos exemplos deste fato são as experiências científicas desenvolvidas no início do século XIX, na África com o povo Koisán, segundo Badou (2000), quando um naturalista (médico anatomista) alemão Gustav Fritsch, em 1872, afirmou que o formato de avelã nos pequenos lábios vaginais nas mulheres do referido povo era a “consequência fatal da masturbação”, assim viajantes europeus em nome da ciência, desembarcam neste canto no sul

do continente Africano para verificação da capacidade ampliada de obter orgasmos das mulheres Hotentotes, como são chamadas.

O fato é que a maioria dos viajantes europeus, logo desembarcou na África do Sul, que - eles alegaram - sem outra preocupação além do avanço da ciência, apressou-se a levantar campanhas para que algumas mulheres hotentotes fossem verificadas. François Perón e Charles Alexandre Le Sueur, membros da expedição francesa chegam a bordo dos navios *Geographe* e *Naturalista*. Após a chegada, os dois cientistas vão para um hospital da cidade exclusivamente aberto aos negros. Um médico lhes permite examinar várias mulheres. François Peron escreve os comentários e Le Sueur executa os desenhos. “Nos comentários, não aparecem o que foi o método "muito especial" usado pelos cientistas para provocar orgasmos nas mulheres com o enigmático "avental", apenas deixa escapar que a "curiosidade" dos oficiais franceses que participaram da expedição se assemelhava menos num experimento científico do que as distrações habituais de marinheiros em paradas nos portos”. (BADOU, 2000 P. 50 – 51).

Como se percebe no texto o autor argelino, muito crítico a este tipo de expedição científica europeia, citando os comentários dos médicos anatomistas, sobre tais experiências, no corpo da mulher Africana, satiriza o valor científico relatado, conforme apresenta a pouca seriedade dos oficiais franceses a bordo, que aproveitaram tais expedições muito mais para violarem e utilizarem o corpo destas mulheres.

Mediante o exposto, as mulheres, especialmente as mulheres negras²⁷ terão ao longo dos anos um destino *traçado* com a construção estereotipada de um corpo exótico para o uso e espetáculo, a exemplo de Saartjie Baartman (Venus Hotentote²⁸), que com apenas 18 anos foi retirada da sua região, na África do Sul e levada para exposições nas feiras e circos em Londres e Paris, entre os anos 1810 a 1815. Essas feiras e circos também eram conhecidos por zoológicos humanos. O corpo dessa jovem era o espetáculo, pela formação diferenciada das nádegas (esteatopigia) e dos pequenos lábios (avental) vaginais (BADOU, 2000).

Saartjie morreu na Europa, por sua vida de opressão e exploração, em condições insalubres, incluindo o alto consumo de bebida alcoólica. Do seu corpo foi produzido um molde de cera em tamanho natural e depois teve o seu corpo dissecado pela comunidade científica, coordenada pelo naturalista George Cuvier, um dos mais importantes médicos

²⁷ Para estudos sobre mulheres negras no Brasil, ver SANTOS, Mirian Lucia. Um olhar racial para a violência conjugal contra as mulheres negras.

²⁸ Além da obra de Gérard Badou, “L’énigme de La Vénus Hottentote”, no ano de 2010 é lançado o filme “Vénus Noire”, do diretor Abdellatif Kechiche, baseado no livro.

anatomistas do período. Os órgãos genitais dessa jovem foram conservados e expostos no Muséum d' Homme, em Paris até meados do século XX, quando após as brigas internacionais, Nelson Mandela e o povo da África do Sul, conseguiu retirar oficialmente da Europa, devolvendo seus restos mortais para o povo Africano (BADOU, 2000).

Tal fato pode nos dar exemplo da construção histórica racial e sexual de inferioridade e superioridade de povos no decorrer dos séculos, bem como da relação destas ideias com a ciência do período.

Há que se ressaltar que, não daria para falar de Moçambique e sua Província de Maputo, onde está a capital do país e também o lugar para a pesquisa de campo, sem falar do continente Africano, esse lugar geográfico (Figura 2) e social semidesconhecido ou, em alguns casos, desconhecido totalmente.



Figura 3 - Mapa Político atual da África.
Fonte: MISOÁFRICAPT (2012)

A África que já foi considerada um lugar *sem história*, passa ao lugar das belezas naturais e culturais, belezas estas que precisavam ser trazidas para a Europa porque os *seus*

donos, chamados de povos *primitivos*, não teriam condições intelectuais e culturais de preservação e cuidado do seu patrimônio artístico, visto que estes eram tidos como sem cultura. Hoje o continente continua visto como o lugar de povos que precisam de ajuda para sair das chamadas *guerras tribais* e conseguirem se desenvolver e progredir. Esta foi e continua sendo a justificativa para a interminável pilhagem em suas várias regiões. (LAPLATINE, 1994; KI-ZERBO, 2006).

Para Ki-Zerbo (2006, p. 11), entre as grandes questões para pensar nas soluções para a África estão dúvidas sobre o formato de desenvolvimento que o continente Africano precisaria ou deveria perseguir. Questiona-se se a África poderia ter o mesmo tipo de *progresso* que os países do hemisfério norte. Ki-Zerbo (2006, p. 12), em suas análises interrogou-nos, enquanto pesquisadores (as): “A África terá tempo de criar Estados semelhantes aos europeus? Será que daria tempo de desenvolver o mesmo tipo de Estado que o ocidente se pretendeu?” Ainda para o autor, na África, “O Estado mal consegue se formar e já é pressionado por instituições como o Banco Mundial” (p. 11).

Em função disto, Ki-Zerbo (2006) afirma que o continente tem vivido do envio de produtos primários, recebendo os produtos manufaturados, pois na economia global, a África continua enviando os produtos de menor valor.

O historiador burkinês mostrou a relevância da reflexão sobre a história Africana ser refundada a partir de matrizes Africanas, diferenciando-a das experiências que as crianças em seu país tiveram que passar quando utilizavam nos livros didáticos trazendo os gauleses, os antepassados franceses, como seus também antepassados burkinêses (KI-ZERBO, 2006, p. 14).

No trabalho de Latouche (2012), também em referência às soluções para a África, destacam-se quais seriam as contribuições que o continente poderia oferecer ao ocidente na resolução da sua crise atual, indo assim num caminho inverso sobre o desejo quase que universal de um desenvolvimento que tem resultado muito mais na acumulação desigual de capital e riqueza ainda em regiões do norte mundial, com consequências desastrosas para os recursos naturais e humanos.

Nesse sentido, o interesse em estudar uma região Africana é, além de refletir sobre as questões mostradas anteriormente, é compreender a situação das mulheres postas em tais conjunturas, já que mundialmente estas são as mais atingidas em situações adversas como, por exemplo, as alterações econômicas e políticas, bem com as epidemias.

Diante do exposto, apresentar aspectos da história de Moçambique, um dos 55 países do continente poderá indicar algumas das características do continente, que nas palavras de Fabio Leite:

[...] são duas as maneiras de abordar sociedades negro-Áfricanas. A primeira, chamada de periférica, a África-Objeto, esta África tem sido a visão tipicamente ocidental divulgada por todo o mundo, inclusive dentro da África e a segunda, a interna, a profunda, a África-Sujeito, a que considera a África ancestral, com aspectos tradicionais, mal conhecida [...]" (LEITE, 2008, p. Xviii).

Sobre o tema, Amadou Hampâté Bâ, um filósofo maliense é bastante acurado, ao falar sobre *uma África tradicional*, pois para este autor:

[...] nunca se deve generalizar sobre uma 'tradição Africana', pois não há uma África (Figura 2), não há um homem Africano, não há uma tradição Africana válida para todas as regiões e etnias, o que existem são grandes constantes, (a presença do sagrado em todas as coisas, a relação entre os mundos visíveis e invisíveis e entre os vivos e mortos, o sentido comunitário, o respeito religioso pela mãe, etc.), mas também há numerosas diferenças: deuses, símbolos sagrados, proibições religiosas e costumes sociais delas resultantes [...]. (HAMPATÉ BÂ, 2003, p. 14).



Figura 4 - Mapa Político e Mapa Étnico do continente Africano.
Fonte: MAE/USP (2006)

É necessário ressaltar, portanto, que os autores e autoras citados até o momento apresentam um conjunto de cuidados que se deve ter nos estudos Africanos, perspectiva que está na mesma direção da presente tese, pois estes estudos estão fora do conhecimento hegemônico até então produzidos por povos ocidentais.

1.2. MOÇAMBIQUE E SUA LOCALIZAÇÃO

Moçambique encontra-se situada na costa oriental da África Austral (Figura 3). É banhado a leste pelo Oceano Índico, numa extensão de 2.515 km e faz fronteira terrestre, nos seus 4.312 km com a África do Sul e com a Suazilândia, a sudoeste; no norte, faz fronteira com a Tanzânia; no noroeste com o Malawi e a Zâmbia²⁹.



Figura 5 - Localização de Moçambique no continente Africano.
Fonte: UNILAB (2013)

²⁹ Apesar destes dados sobre Moçambique parecerem de fácil acesso, optamos pela apresentação dos mesmos visto que existe no Brasil uma total ausência de conhecimento sobre o continente Africano e seus países.

O país tem 24.475.186 habitantes, destes 12.539.032, são mulheres. Sua área urbana é de 31,43% e a rural é de 68,57%, divididas em províncias (Figura 4), que são: Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo (província), além da cidade de Maputo que, tanto tem estatuto de província como é a sua atual capital. As províncias se dividem em distritos que, por sua vez, subdividem-se em postos administrativos e, estes, em municípios.



Figura 6 - Localização das províncias em Moçambique
Fonte: EQUATTORIA (2011)

1.3. HISTÓRIA

A estrutura de governo é organizada de forma que todos os níveis territoriais reproduzem a estrutura central, assim, em nível nacional (central) tem-se o presidente da república e os devidos ministérios centrais. Em nível das províncias, têm-se os governadores ou governadoras e os diretores ou diretoras provinciais e assim por diante.

Moçambique tem o português como língua oficial, porém Heine (1992 apud ROBATE, 2006, p.21) “[...] descreve a África como sendo um continente que, no mundo, é naturalmente multilíngue”. Em Moçambique, além das línguas maternas, que têm cerca de

80% de falantes, existem as línguas europeias, asiáticas e as línguas do grupo bantu (NGUNGA, 2010). O português como língua materna é falado por cerca de 10%, dos moçambicanos, segundo NGunga e Bavo³⁰ (2011).

Percebemos que, especialmente na capital do país, em Maputo, entre os falantes do português, há um número considerável de falantes de suas línguas locais, como a língua proveniente da mãe e a do pai. Sessenta por cento da população professa religiões tradicionais (Zione), 30% a religião cristã (católica e protestante) e 10% a religião (AMERICO, 2015). O centro sul do continente, onde estaria Moçambique, foi o lugar *escolhido* pelo grupo cultural linguístico bantu, numa das migrações entre o primeiro e o VI século, e nesta região construiu estados organizados e materialmente avançados na extração e produção de ouro, ferro e as metalurgias, bem como da agricultura.

Segundo M'Bokolo (2009, p. 74-75), é preciso muito cuidado ao inferir sobre o tema, pois a ideia de que essa população deslocou-se “em grandes hordas” para o centro sul, dominando as populações locais com a sua “superioridade tecnológica”, pode não corresponder à realidade, visto que “não se dispõe de nenhuma prova”, e tudo indica que esta dispersão possa ter sido “muito lenta”, pois “é provável que o processo tenha sido de muito longa duração, com as populações de língua bantu beneficiando-se menos de uma eventual “superioridade” numérica ou tecnológica” do que dos possíveis ensinamentos das populações locais, as populações primeiras.

Ainda segundo esse autor, as línguas bantu atuais fazem parte de um conjunto complexo ancestral linguístico, proveniente da região onde atualmente corresponde a Nigéria e Camarões, “o que se passou a partir daí são hipóteses” (M'BOKOLO, 2009, p.73).

E, após os árabes comercializarem mercadorias do oriente com os moçambicanos, quando também difundiram o islamismo e sua cultura material, chegaram os europeus, viajantes comerciantes, missionários religiosos das várias regiões da Europa (CHIZIANE, 2004).

A história de Moçambique, apesar das diferenças, encontra-se bastante similar à história dos outros países do continente Africano, como também de outras regiões que, a partir do século XV tornaram-se envolvidas no período de acumulação primitiva na

³⁰ Segundo estes autores foram identificadas 21 línguas maternas, sendo: Makhuwa, Changana, Sena, Lomwe, Nyanja, Ndau, Chuwabu, Tshwa, Nyungwe, Yaawo, Chopi, Malonde, Tewe, Rhonga, Tonga, Manyka, Cibalke, Mwani, Koti, Shona, Swahili (NGUNGA; BAVO, 2011, p. 14).

construção do novo sistema econômico e político que se engendrava partindo da Europa, pois como bem explica Marx (1988):

A chamada acumulação original nada é, portanto, senão o processo histórico de divórcio de produtor e meios de produção. Ele aparece como «original» porque forma a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista saiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta libertou os elementos daquela[...]. (MARX, 1988 p. 272).

O referido período representou para o continente Africano um processo histórico de expropriação da produção familiar, artesanal e camponesa da região europeia e da exploração de colônias ultramarinas, através de saques, pilhagens, assassinios, tráfico de homens, mulheres e crianças e escravização que permitiram o enriquecimento da burguesia recém-nascida, conforme expõe Marx (1988):

A descoberta de terras de ouro e prata na América, o extermínio, escravização e enterramento da população nativa nas minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África num lugar de caça comercial de peles-negras, assinalam a aurora da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são momentos principais da acumulação original. (MARX, 1988, p.275).

Ainda neste período, a Europa buscando novos territórios e matérias prima “saiu” pelos mares, em regiões onde não conhecia, chegando à África e outros continentes. Primeiro foram “as beiradas³¹” com um processo de “roedura”, mais tarde no comércio triangular e na partilha oficial com a Conferência de Berlim³².

Impelidos, a princípio, pela necessidade de trigo e outros cereais para abastecimento do reino e, a seguir, pelos ganhos com metais preciosos e especiarias, a meta dos viajantes-exploradores financiados pelo reino era alcançar as Índias [...], [...] contornando a costa ocidental da África, atingiram a Guiné e adquiriram negros tornados cativos e ouro dos muçulmanos e no Rio Gâmbia, uma das principais vias de acesso ao interior do continente, até o século XIX e, importante rota de escoamento de ouro e de Africanos escravizados. (HERNANDEZ, 2005, p.45).

³¹ Os dois termos são utilizados por HERNANDEZ (2005) em seu livro “A África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea” em sua análise do que foi a presença europeia no continente Africano.

³² A Conferência de Berlim (1884 e 1885) foi a responsável pela divisão do continente Africano entre os países europeus.

Assim, nesse mesmo período foram se consolidando as ideias iluministas levando à constituição do que seria um *saber moderno*, segundo a ótica europeia permeando a formulação de princípios políticos, ético e morais que fundamentam, inclusive, o colonialismo na África, conforme referido anteriormente, e nos outros continentes. Além disso, havia o controle sobre quem deverá ter a autoridade para produzir e formular as visões de mundo, visões do que seria a história, a arte, o belo, a religião, a família, a moradia, etc.

Por outro lado, Taimo (2010) argumenta que a presença dos europeus no continente Africano deu-se somente no final do século XIX, com sua divisão em regiões colonizadas por metrópoles europeias. Segundo o autor, em Moçambique “[...] a presença colonial portuguesa se fez sentir de fato depois da Conferência de Berlim e olha lá” (p.18), pois somente após a partilha, as várias metrópoles da Europa ampliam suas influências sobre as regiões que lhes interessavam.

De qualquer modo, em relação às independências no continente Africano, a conjuntura internacional da guerra fria acaba direcionando os rumos de boa parte das independências dos anos 1960 a 1975. O foco destas lutas de independência foi a oposição ao colonialismo que serviu à expansão do capitalismo internacional, por isto estas “sociedades não teriam outro caminho” senão uma outra opção de sistema econômico que garantisse uma forma diferente de sociedade, onde quem produzisse pudesse usufruir dos seus resultados.

Segundo Taimo (2010), as independências das ex-colônias de Portugal ocorreram de forma significativa, representando um ato heroico:

A nossa geração, aquela que fez parte dessa luta pela independência, autodeterminação, pela construção de uma sociedade justa; mesmo com grandes limitações de ponto de vista da formação acadêmica, soube mobilizar e – apesar da Guerra Fria – conduzir uma luta sem tréguas contra a ocupação colonial, inspirada na histórica heróica de resistência secular dos Africanos e na experiência das lutas pelas melhores condições de vida vividas há séculos nos outros continentes especialmente na Europa. (TAIMO, 2010, p. 18).

Moçambique foi um destes países, tornando-se independente em 1975, em uma guerra que levou os seus protagonistas a rejeitarem a ideia de continuar contribuindo, mesmo que de maneira involuntária, para o modo de produção capitalista com sua política econômica e

cultural, pois apesar de produzir riquezas esse sistema produz e reproduz desigualdades sociais, criando assim um dos seus antídotos, uma massa de desiguais, econômica e socialmente, que lutarão para superação desta forma de produção econômica, o que ocasiona a criação de um novo sistema de tendência socialista (TAIMO, 2010).

Para Cabaço (2009), foram as situações de exploração do sistema colonial que criaram o sentimento de revolta e levaram a luta anticolonial a seguir o caminho de transformação das estruturas econômicas e sociais do país consolidando assim a luta de libertação nacional e a “opção de uma via socialista marcando decisivamente a política de identidade seguida pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) depois da independência nacional” (CABAÇO, 2009, p.314).

Assim, a questão da unidade se coloca fortemente para a construção de uma identidade nacional, o que seria dificultado pela complexa organização social e espacial de Moçambique, principalmente “[...] nas diferenças fomentadas pela administração portuguesa com o mapa étnico que tinham institucionalizado [...], além das várias origens de formação dos quadros militantes anticolonial” (CABAÇO, 2009, p. 290).

Ainda segundo o autor,

[...] nessa confrontação foram se consolidando os novos dirigentes políticos e se constituíram as primeiras débeis plataformas de convergência com representantes do poder tradicional que se opunham à ordem colonialista e foram eles que facilitaram e legitimaram os iniciais contatos com o interior de Moçambique. (CABAÇO, 2009, p. 290).

Entretanto, Cabaço (2009, p.295) esclarece que a relação entre a direção do movimento anticolonial e o poder tradicional não foi tranquila, por sua “natureza multiétnica e multicultural”, visto que para estes militantes “o poder tradicional se opunha à ciência, às técnicas e ao progresso”, logo, o poder tradicional, estaria do lado da metrópole colonial. Estas divergências que não eram por uma “opção de lado”, pois as lideranças tradicionais não estavam favoráveis ao poder colonial, mas sim favoráveis às suas práticas tradicionais, irão se constituir em dois blocos de identidade coletiva. Num bloco, a identidade que seria:

[...] confinada à própria região e comunidade etnolingüística, que propunha a expulsão dos portugueses do território e a apropriação de seu patrimônio físico, organizativo e reforço das formas tradicionais de poder e

conhecimento, preservando a pessoalização no chefe [...]. (CABAÇO, 2009, p. 295).

E, num outro bloco, a identidade:

[...] que aceitava a pertença a um território geográfico que aceitava as fronteiras coloniais e cuja identidade iria se estruturando pela participação numa tarefa comum, a luta armada e pela identificação de um objeto comum, que seria a independência e que propunha a substituição do poder pessoalizado por um poder participativo, representado por entidades. (CABAÇO, 2009, p. 295).

O esforço pela unidade foi a grande bandeira da direção do movimento pela independência. Esta era a concepção defendida pela FRELIMO, a de uma unidade que englobasse todos os moçambicanos, conforme explica Cabaço (2009) “[...] uma unidade entre guerrilheiros e o povo, unidade entre elites e massas, trabalho intelectual e manual, cidade e campo [...] pelo estabelecimento de relações de tipo novo, que deveria ultrapassar tanto a experiência colonial como a tradicional” (p. 297).

As atividades cooperativas, objeto dessa tese, nascem desta conjuntura, com a inserção das cooperativas como construção de novas formas de produção e distribuição da riqueza, nesta *nova* sociedade moçambicana dos anos 1980.

A luta de independência em Moçambique inicia-se em 1964, com cerca de 10 anos de lutas até o ano de 1975. Essas lutas foram lideradas pela FRELIMO, movimento que desde a década de 1960, organizou a população moçambicana contra o sistema colonial e, após libertação, assumiu a direção política e econômica do país, construindo formas e princípios diferentes da então sociedade colonial capitalista existente (TAIMO, 2010).

Apesar de independente de Portugal, Moçambique não se viu livre das dificuldades de uma guerra, pois outra se iniciou, não mais pelo fim da colonização e sim pela manutenção (ou retorno) desta, pois o então regime do Apartheid na África do Sul com apoio dos Estados Unidos da América, num espírito da guerra fria, lança uma contra reação aos países recém independentes da metrópole portuguesa (HERNANDEZ, 2005; TAIMO, 2010).

Segundo Taimo (2010), o confronto³³ em Moçambique levou o país à situação de profunda miséria, com cinco anos apenas de independência e tentando, nos anos 80, construir as novas formas de organização da sociedade; sem alternativa, busca *ajuda* dos órgãos internacionais, tendo que negociar sua própria adesão a esses organismos com as exigências para empréstimos ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Diante disso, o país vê-se em um modelo de desenvolvimento capitalista – Neoliberal que, mesmo tendo recusado na época da sua independência, nos anos 90, produz uma revisão constitucional com consequências que se refletem até hoje.

Como compreender este país que, de uma Província ultramarina de Portugal “capitalista”, fascista e opressora, passa a um Estado Independente de economia centralmente planificada de tendência socialista e, mais tarde, a um Estado capitalista-neoliberal, restando o Estado atual num mundo cada vez mais globalizado e mundializado?. (TAIMO, 2010, p. 25).

Compartilho da mesma indagação do autor, pois de qualquer modo, há que se considerar que, Moçambique torna-se “livre” da metrópole, mas não dos problemas provenientes da experiência colonial, tais como o analfabetismo, a falta de estrutura econômica, social e política de base, etc. (TAIMO, 2010).

Esse país segue tentando se livrar das graves desigualdades sociais, segundo orientações internacionais de direitos humanos, especialmente as orientações dos organismos dos direitos das mulheres, implementando ações públicas de promoção da igualdade entre homens e mulheres como, por exemplo, o acesso aos cargos públicos do executivo e do parlamento.

No ranking em assento no parlamento nacional, Moçambique está em 12^a posição, abaixo somente de um conjunto de países classificados como “desenvolvimento humano muito elevado” (PNUD, 2013, p.162). Entretanto, a vida das mulheres está longe de ser considerada uma vida autônoma e livre de opressão (PEREIRA, 2010).

³³ O confronto se deu entre a Frelimo e a Renamo; esta formada por colonialistas ingleses, ex-colonos, soldados portugueses refugiados na Rodésia do Sul, antigos soldados moçambicanos com o apoio da África do Sul e de alguns países árabes e dos Estados Unidos da América.

Utilizamos tanto a referência do Índice de Desenvolvimento Humano quanto o de Direitos Humanos por ser o marco regulador aceito para as políticas governamentais na maioria dos países que assinam a carta da Declaração das Nações Unidas do ano de 1948, fechando o período de expansão da civilização ocidental europeia sobre o resto do mundo. O ocidente, representado por países da Europa e pelos Estados Unidos da América, aparecem como modelo de emancipação humana e toda a humanidade deve segui-lo. Assim os organismos internacionais com suas convenções, indicadores e normas servirão para que a maioria dos países busque adequar-se, pois somente assim, participarão dos financiamentos, prêmios e farão parte do conjunto do povo tido como civilizado, portanto tem sido a realidade da maioria dos países do chamado terceiro mundo.

Todo esse panorama histórico do continente Africano e a atual situação de Moçambique permite refletir sobre a situação de vida dos homens e mulheres que habitam as cidades do continente. Estas foram questões levadas em conta nessa pesquisa em Moçambique.

1.4. SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

Com um PIB de 20,6 bilhões de USD e uma renda per capita de 861 USD anual (PNUD, 2013, p. 171), a situação econômica de Moçambique mostra-se, em 2012, com um alto índice de crescimento médio no ano, do rendimento nacional bruto por pessoa, no período de 1990 a 2012, crescendo 4,08 % ao ano, conforme os dados apresentados pelo último Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013, p. 64).

Apesar desses números, a situação social não segue o mesmo ritmo, pois conforme indicam dados do próprio relatório, o país está em 185º no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, índice considerado baixo para os critérios dos Organismos Internacionais de estudo e pesquisa do desenvolvimento humano global.

Ainda no relatório do PNUD, são apresentados os índices das desigualdades de gênero colocando o país no 125º lugar no tratamento das questões referente às mulheres principalmente. Entre esses índices podemos citar a taxa de mortalidade materna, que no ano

de 2010 foi de 490 mortes para 100.000 nascidos vivos, números considerados altos para as referências destes organismos internacionais.

Entretanto, apesar dos dados anteriores Moçambique é um dos 25 países que mais registrou crescimento do IDH, visto que cresceu cerca de 150%, indo de 0,217 para 0,327, no período de 1980 a 2012 (PNUD, 2013, p. 157).

No nível de desenvolvimento elevado encontram-se os países do primeiro mundo. Já no nível de desenvolvimento médio, estão representados países do terceiro mundo, incluindo países da América Latina e da África, mas é no desenvolvimento humano baixo, onde se encontram a maior parte dos países Africanos, inclusive os últimos cinco lugares estão reservados para países do terceiro mundo, todos no continente Africano, incluindo Moçambique.

É possível compreender, portanto, que parte do IDH do nível de desenvolvimento baixo refere-se a países que passaram por situação de exploração colonial, quando sua força de trabalho jovem e seus recursos naturais foram retirados pelas metrópoles europeias. Além disso, esses são países que viveram ou vivem em conflitos armados e guerras civis, além de catástrofes naturais, como o ocorrido em Moçambique.

Verifica-se ainda que apesar da crise atual nos países do primeiro mundo, antigas metrópoles, a média do índice de desenvolvimento humano permanece alta, visto que as condições históricas e econômicas anteriores, nesses países, proporcionaram tais situações.

Por outro lado, um dado que nos chama atenção na tabela do índice de desigualdades de gênero é o item referente à participação das mulheres no espaço público por meio dos “assentos no parlamento nacional”, onde os países Africanos se sobressaem, pois Moçambique está abaixo somente de doze países, que são quase todos das regiões com índices de IDH dos mais altos do mundo, como Finlândia, Noruega e Suécia. Portanto, segundo o presente relatório, é na participação do parlamento nacional que as mulheres em Moçambique estão bem representadas, pois 39,2% deste têm a presença de mulheres.

Entretanto, para Osório (2010), a participação pública das mulheres nestes espaços permanece uma ambiguidade entre o discurso e a prática, pois ao mesmo tempo em que se propaga um discurso de incentivo à participação das mulheres, as ações existentes nos governos ainda não questionam o modelo cultural que configura e hierarquiza os papéis sociais em função do sexo.

O discurso do presidente Samora Machel, durante a abertura da II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana, em 1976, poderia representar um reconhecimento da atuação das mulheres, pois segundo ele:

A mulher moçambicana esteve também nos campos de batalha contra “o colonizador”, foram as mulheres que, não mediram esforços trabalhando nas fábricas, plantações, hospitais e escolas e, principalmente nas frentes de batalhas, às vezes em lutas internacionalistas. (MACHEL, 1976, p. 6).

No entanto, não é o que ocorre, pois como explica Osório:

A igualdade de gênero expressa nas políticas do Estado coabita com uma perspectiva de direitos fundada na cultura. Esta ambigüidade, tem como resultado que, ao mesmo tempo em que se promove o acesso das raparigas à educação, se ignora os mecanismos que estruturam as relações patriarcais (OSÓRIO, 2010, p. 18)

Talvez a ambigüidade do discurso e da prática, analisada por Osório (2010), seja a explicação para o alto número de participação das mulheres nos chamados “espaços públicos” nas várias regiões do país, especialmente em sua capital, Maputo. Porém, o dado convive com a presença de ideias que demonstram a hierarquização entre homens e mulheres determinando papéis sociais para ambos, principalmente no que diz respeito às questões referentes à violência contra a mulher e situações de vulnerabilidade, especialmente nos rituais de purificação das viúvas, nos casamentos entre homens mais velhos e jovens crianças e adolescentes (OSÓRIO, 2010).

O fato de não ter havido alteração nas relações entre homens e mulheres demonstra que, apesar da grande representação de mulheres no legislativo e no executivo, em áreas importantes da sociedade, estas parecem não corresponderem às necessidades das mulheres, pois têm mostrado “[...] insensibilidade e/ou pouca capacidade política em definir estratégias de defesa dos direitos das mulheres.” (OSÓRIO, 2010, p. 60).

Confirmando a análise de Osório (2010), os indicadores do Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA, em seu relatório sobre a situação da população mundial de 2011, mostram-nos dados que confirmam a difícil situação para as mulheres em Moçambique, principalmente com um número de partos tão alto entre as adolescentes, o que talvez

demonstre a baixa condição de negociação destas jovens com seus cônjuges, pois, segundo o relatório:

[...] mais da metade das mulheres, entre 20 e 49 anos, afirma ter sido casada antes dos 18, e cerca de uma em cinco meninas, diz que o foi antes dos 15 anos. Estas, frequentemente, são casadas com homens mais velhos que talvez tenham tido numerosas parceiras, com altas chances de contrair infecções pelo HIV [...] (UNFPA, 2011, p.17).

Os dados mostram que a pouca idade pode ser um:

[...] obstáculo para a erradicação da pobreza, para o alcance do ensino básico universal, para a promoção da igualdade de gênero, para a melhoria da saúde materna e infantil e para a redução do HIV/AIDS [...] (UNFPA, 2011, p.16).

Além disso, os dados também podem nos mostrar algumas das consequências do alto nível de pobreza e falta de escolarização destas crianças e adolescentes. Com a nova Lei de Família, aprovada em 2004, Moçambique proibiu o casamento antes dos 16 anos sem o consentimento dos pais, entretanto, são os pais que concedem o casamento de suas filhas o quanto antes, principalmente entre a população que chega às áreas urbanas, como a capital do país, à cidade de Maputo. Vindo da zona rural, ainda sem escolarização essas jovens adolescentes, não têm nenhum acesso à informação de contracepção, portanto, nem de métodos *tradicionais* nem dos métodos *modernos* (UNFPA, 2011).

Para autoras como Osório (2010), tradicionalmente, a discussão sobre saúde e direitos reprodutivos no país continua sendo tabu, o que pode afetar a qualidade de vida das mulheres, causando um alto número de gravidez precoce e altas taxas de contaminação com o vírus HIV que, no país, segundo UNFPA (2011, p.20) “afeta 11,5% da população entre 15 e 49 anos de idade”.

Em relação à economia de Moçambique, atualmente continua baseada em uma agricultura de subsistência com cerca de 80% na cultura de algodão, da cana de açúcar, castanha de caju, polpa de coco e mandioca. Na pecuária, sua produção é basicamente de bovino, suíno e ovinos. A pesca é reduzida, apesar das condições geográficas do seu território. Moçambique tem uma baixa produção industrial em apenas alguns setores, como

alimentação, tecelagem, vestuário, tabaco, química, cerveja. A maioria dos produtos são importados da África do Sul.

No setor de minérios, o solo apresenta abundância, o que é comum em boa parte do continente Africano, portanto, em Moçambique, estão reservas de carvão, sal, grafite, bauxita, ouro e pedras preciosas e semipreciosas, além de gás natural e mármore.

O turismo tem sido um dos grandes potenciais econômicos, especialmente com atividades na área de mergulho e nos parques e reservas de animais. Neste setor econômico, o país tem criado formas de infraestrutura com a finalidade de atrair investimentos estrangeiros.

A reconstrução econômica de Moçambique foi realizada com bastante dificuldade após o fim da guerra civil, em 1992, devido às consequências da guerra e aos problemas naturais, como as várias enchentes do ano 2000.

Em relação ao produto interno bruto (PIB) de Moçambique, ele estava estimado em US\$ 23.870 bilhões (em 2011), sendo que em 2010 foi de US\$22.24 bilhões e, em 2009, foi US\$20.81 bilhões, demonstrando o crescimento anunciado pelos vários Organismos Internacionais. Atualmente o produto interno bruto é de 12.823 milhões de US\$, sendo uma média de 536 US\$ per capita. Ainda segundo estimativas do PNUD (2013), calcula-se que, da população ativa, 82% sejam de 15 anos ou mais de idade.

1.5. O SUL DO PAÍS, PROVÍNCIA DE MAPUTO

Esta pesquisa foi realizada na província de Maputo, onde estão os municípios de Manhica, Matola, Boane, Namaacha e ainda o município de Maputo, a capital do país, que leva o mesmo nome. É também nesta província onde concentra o maior centro urbano, industrial, comercial, político e administrativo do país, além das sedes das organizações internacionais de apoio e cooperação.

A província de Maputo tem como capital o município da Matola, cidade sede do maior número de cooperativas pesquisadas, situada a 10 km da capital do país. A província tem uma área de 22.693 km² e uma população de 1.205.709.000 habitantes, porém, ainda que com a menor área, foi a região que mais cresceu, contabilizando entre os anos de 1997 e 2007 um acréscimo de 33%, com cerca de 53 habitantes por km².

Localizada na parte meridional do país, a província de Maputo é a região mais ao sul de Moçambique, quando faz fronteira com a África do Sul, ao norte com a província de Gaza, a leste com o Oceano Índico e, a oeste com a Suazilândia. Sua população total é dividida em 629.687 mulheres e 576.012 homens, segundo censo de 2007.

A Província de Maputo é também a região mais industrializada de Moçambique, contando com cerca de 60% do parque industrial, porém há também elevada atuação das mulheres na grande produção agrícola de verduras, legumes e raízes (ANAMM, 2009).

1.5.1. Município de Maputo

O município de Maputo, fundado em 1782, na forma de uma feitoria com o nome de Lourenço Marques, foi elevado à vila em 1877, tornando-se cidade em 10 de Novembro de 1887 e, em 1898 passou a ser capital da colônia portuguesa de Moçambique. Foi somente depois da Independência, em 1976, que se passou a chamar Maputo. Seu nome é uma homenagem ao Rio Maputo que banha seu território, mas também uma forma de prestigiar o slogan da independência “Viva Moçambique unido do Rovuma ao Maputo”, os dois rios, o Rovuma e o Maputo, que fazem fronteira a norte e ao sul do país, respectivamente.

Maputo tem 1.178.116.00 habitantes, em uma área de 347,69 km² distribuídos em sete distritos municipais. A cidade está situada a 120 km da fronteira com a África do Sul e 80 km da fronteira com a Suazilândia.

O município é governado por um Conselho Municipal, com um presidente eleito pelo voto direto com mandato de cinco anos e uma assembleia municipal, composta por vereadores e vereadoras eleitos, por voto direto, que fiscalizam as ações do presidente e do conselho municipal.

É, em Maputo, onde concentra o poder político e administrativo do país, mas também a sede das organizações internacionais de apoio e cooperação, talvez por isto, seja a região do país onde está a maior parte da população branca. Sobre algumas categorias raciais na cidade de Maputo, Thomaz (2006) apresenta um conjunto de diferenciações ligadas a determinadas funções de trabalho no período colonial:

[...] no tempo colônia, os *brancos* (metropolitanos e da terra) cuidavam dos negócios e da burocracia, assim como os *canecos*, *indianos católicos* de origem goesa; os *monhês*, indianos maometanos, e os *baneanes*, hindus, dedicavam-se ao comércio e na agricultura, controlando os cinturões verdes de Lourenço Marques e Beira (THOMAZ, 2006, p. 269).

Apesar das alterações pelas quais o país passou após a independência, foi possível perceber uma situação não resolvida sobre as relações raciais nesta região, pelo menos no que diz respeito ao emprego doméstico na cidade de Maputo. A relação entre a família empregadora e seus empregados, mulheres e homens chama atenção pelo grau de exploração e opressão imposta a esses profissionais. Dormir no chão da cozinha, ajoelhar-se para servir a patroa e se alimentar com as sobras da refeição dos patrões são bastante comum, segundo Jurema e Manuel³⁴, uma negra e um negro que trabalhavam na casa de uma família sino moçambicana. De acordo com Jurema, o que a fazia continuar nesta casa é que, nesta ela não sofria violência física, o que aconteceria em outras casas, como as casas de patroas indianas.

Entretanto, segundo o censo de 2007, a população negra é de 95,07%, enquanto a mestiça é de 2,81%, a indiana é de 1,45% e a branca é de 0,67%. Apesar de extrema maioria, a população negra ainda sofre com a herança colonial. É também importante resaltar que mesmo sendo minoria enquanto população branca ou mestiça, a língua portuguesa tem 42% de falantes, contrastando com as pessoas falantes das línguas locais, como a Xichangana 31,5%), Xirhonga (9,7%), Cicopi/Cichopi (3,3%), Xitshwa (3,5%) e a Bitonga (2,8%), segundo ainda dados do censo de 2007(NGUNGA e BAVO, 2011).

Apesar do estudo de campo ter se dado na Matola, a vivência e convivência maior com a região deu-se na cidade de Maputo, onde residi durante a estada no país.

E, convivendo em Maputo o que mais *salta aos olhos* é o maravilhoso colorido das lindas capulanas³⁵ vestindo as mulheres e nas camisas dos poucos homens e, principalmente, carregando crianças nas costas e no colo. A capulana é um tecido de algodão, em geral com um metro e meio com vários padrões e cores, sendo utilizada por mulheres em todo o país. Cada região ou etnia tem o seu padrão e cor, como também a forma de utilizar no vestuário. As origens podem ser do norte do país (SILVA, 2008).

³⁴ Nome fictício de uma empregada e do empregado doméstico que conheci em Maputo durante o meu estágio sanduíche de doutorado.

³⁵ Ver mais sobre capulanas na dissertação de mestrado de Luciane Ramos Silva, Unicamp/2008 e também na tese de Cláudia Patrícia dos Santos. Acesso em: [http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/4206/1/Patricia%20-%20Trabalho%20de%20defesa%20-%2015.05.2014\(1\).pdf](http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/4206/1/Patricia%20-%20Trabalho%20de%20defesa%20-%2015.05.2014(1).pdf).

Em regiões do sul, por exemplo, é utilizada como saia amarrada na cintura e, em regiões do norte, é utilizada como saia, blusa e turbante. A capulana também tem utilidade fundamental em algum dos rituais, como no funeral ou no casamento, mas elas servem também para outras atividades como: carregar crianças junto ao corpo da mãe seja no colo ou nas costas; como toalha de mesa; cortina; como proteção contra o vento, o sol e a chuva e para sentar no chão. As capulanas indicam também diferenças sociais, pois são utilizadas por mulheres associadas ao “povo”, do campo ou dos subúrbios urbanos (figura 7).



Figura 7 - Demonstração das muitas utilidades da capulana, neste caso, descansar após alguns copos de cerveja
Fonte: Autora, 2013

As mulheres estão *prá lá e prá cá*, geralmente carregando crianças nas costas, no colo ou na barriga, além das sacolas na cabeça, mas elas também ficam nas calçadas com suas bancas de verduras, frutas, legumes, carvão e comercializando, inclusive, deliciosos

amendoins e milhos assados chamados de paçoca. Não é muito comum ver crianças nestas tarefas, às vezes estão somente acompanhando as mães em seu trabalho.

A expressão *um grande mercado a céu aberto* traduz bem o que é Maputo, pois é o lugar em que se vende de tudo: pilhas, calçados, limão, beterraba, alface, batata doce, alfinete, celulares, capas de chuva, CDs, brincos e amendoins.

Não são somente as mulheres são as que trabalham nas ruas, homens também. Em geral, o produto da agricultura é vendido por mulheres, enquanto o restante fica na responsabilidade dos homens. Estes estão também no emprego doméstico, como o Manoel, um homem de 44 anos, empregado na casa da “dona” Marcelina e, tratado como miúdo, designação das crianças e adolescentes em Moçambique, demonstrando a infantilização dos trabalhadores garantindo assim uma subserviência³⁶ na relação entre patroas e empregados domésticos.

Os homens também são vistos consertando sapatos e costurando as bainhas das capulanas, com suas máquinas de costura nas calçadas da cidade. Assim, em Moçambique é tarefa dos homens costurar, sejam eles jovens ou velhos. Ficam sentados em frente às lojas de tecidos, especialmente durante a semana, quando as mulheres vão buscar os tecidos quadriculados para a festa do Lobolo³⁷. Os homens também trabalham nas lojas de tecidos, as quais têm como proprietário os indianos e seus descendentes.

Pode-se dizer que a cidade de Maputo representa a dualidade de seu país que convive com dois Moçambiques, econômica e culturalmente, que parece ser o sul, onde está Maputo, um país *modernizado*, no sentido de mais asfalto, grandes construções verticais, com moradias e rede hoteleira, sedes de instituições governamentais e não governamentais, shoppings, bares e restaurantes, celulares e tablets, e carros o suficiente para grandes congestionamentos no início e final do dia, como qualquer capital do mundo ocidental.

³⁶ Essa relação de trabalho é próxima à relação de trabalho escravista que temos conhecimento em várias partes do mundo, um dos exemplo mais visto, são as cenas de filmes que retratam a história da escravidão norte americana, quando os homens são chamados de boy, ou o garoto, no Brasil colonial, ou ainda, o miúdo, em Moçambique.

³⁷ Lobolo: uma cerimônia tradicional da região do sul de Moçambique, quando o pretendente a marido compensa a família da noiva, por sua saída da casa da família. O pagamento costumava ser em espécie, como cabeças de gado, joias e tecidos, somente algumas vezes em dinheiro, porém com o passar do tempo, o pagamento passou a ser mais valioso financeiramente. Esta prática, apesar da resistência das feministas, ainda se faz presente na região, pelo fato de legitimar o casamento na sociedade. Ver Loforte (2003) e Pinho (2011).

Mas também outra Moçambique mais rústica, no sentido *não moderno*, com menos habitação vertical, menos carros, um Moçambique mais silencioso, que parece estar no norte do país e, em algumas partes dessa região o sul, a que permanece bastante arborizada e com cara de interior, na mesma Maputo.

Como dito anteriormente, a maioria das organizações internacionais tem sede na cidade, transformando-a numa metrópole, com seus cafés e parques de convivência muito mais europeia. Além disso, é possível perceber a presença colonial em sua arquitetura como no hotel Pestana Rovuna, nos cafés como o Continental, nos restaurantes como o Costa do Sol e, ainda, no cine Escala e no Clube Naval, todos com sua imponência da época colonial.

Por isto, as noites em Maputo, para os estrangeiros ficam por conta destes estabelecimentos e dos institutos e centros culturais de vários países europeus como o Franco Moçambicano, onde acontecem cursos de língua, de dança, de pintura e música, além de excelentes espetáculos da cultura moçambicana e Africana no geral. O público é de 95% de estrangeiros europeus ou seus descendentes, alguns dos poucos moçambicanos que aparecem são, em geral, ligados às artes. De qualquer modo, a população local também se diverte, em geral, muito mais nas festas com amigos e amigas e vizinhos, do que nos bares e restaurantes ou centros culturais.

As ruas da cidade de Maputo são ainda bastante arborizadas, amenizando assim o calor das suas altas temperaturas. Digo “ainda bastante arborizadas”, por causa do avanço galopante das alterações econômicas da globalização a caminho da, talvez, tão sonhada *modernidade*. Os heróis e heroínas moçambicanos estão nos nomes destas ruas e avenidas, apresentando e mantendo vivas as grandes lideranças das lutas de independência nacional, tanto do país quanto de outros países no continente, como também, referência às lideranças das lutas revolucionárias em outras partes do mundo, como a revolução socialista russa e a chinesa.

Há que se ressaltar que a pesquisa local permitiu verificar algumas destas histórias como, por exemplo, a Rua Emilia Daússe, homenagem a uma grande lutadora revolucionária no país. Daússe nasceu no Zimbábue, no ano de 1953 e foi assassinada por tropas portuguesa no dia 20 de julho de 1973, durante uma ação no Destacamento³⁸ Feminino de Gaza, onde

³⁸ Os Destacamentos Femininos foram organizações do período da luta armada criado pela Frelimo para o preparo das mulheres à atuação militar. Falarei mais no segundo capítulo. Ver: SANTANA, (2006).

prestava serviço (Zimba, 2013). Há também a Rua Patrice Lumumba, que além de fazer esquina com a Rua Vladimir Lenine³⁹ (onde se situa a Radio e TV Moçambicana), encontra a Praça Samora Machel. Patrick Lumumba foi um líder também anti-colonial, primeiro ministro eleito em 1960 na atual República Democrática do Congo.



Figura 8 - Rua em Maputo
Fonte: Autora, 2013

Como é possível constatar, a história do país está realmente nas ruas da cidade. Muito comum, entrar em um táxi, em Maputo e solicitar que o motorista (ou a motorista, pois conhecemos uma somente) o leve até a esquina da Rua Vladimir Lenine (figura 8) com a Rua Mao Se Tung ou o deixe na Rua Karl Marx esquina com a Avenida 24 de julho, aliás, é nesta esquina onde se situa a sede do Ministério do Trabalho.

³⁹ Vladimir Lenine, líder revolucionário da antiga união soviética que serviu de inspiração, juntamente com outros revolucionários internacionais, para ações das lutas em Moçambique.

Se o celular é sinônimo de uma região desenvolvida, Maputo o é, pois a maioria das pessoas tem celular, ou melhor, telemóvel, como se diz em Moçambique. Em geral, as pessoas têm dois ou três celulares por causa da quantidade de operadoras no país, que estampam suas marcas nos imensos painéis de propaganda destas companhias telefônicas. Mais de um telemóvel possibilita assim que aproveitem as promoções e falém ou enviem mensagens para a mesma operadora. Para nós brasileiros, os painéis de propaganda são as primeiras imagens que vemos logo quando se chega ao aeroporto de Maputo, pois eles trazem modelos mulheres e homens negros.

O que também chama atenção nas ruas da cidade são os modelos de carros estrangeiros, pois são grandes *carros de luxo* com tração nas quatro rodas, por causa das estradas de areia nas regiões de veraneio. Estes carros são comprados dos revendedores locais e estrangeiros que vão buscá-los no porto de Durban, na África do Sul. São carros japoneses de segunda mão, dando assim um aspecto de uma classe média pujante com padrão de vida próximo dos países *desenvolvidos*, exercendo assim sua *função civilizadora*.

Obter um automóvel é o sonho de consumo, conforme dito por APPADURAI (2004) o grande *marcador temporal do lazer*, incluindo o celular, na *moderna* Maputo, seguindo a lógica do consumo da maioria dos países ocidentalizados, porém, no caso de Maputo, parece ser também uma necessidade por causa da ausência de transporte coletivo de qualidade e em quantidade suficiente. Utilizo do autor, a ideia de modernidade como um “conjunto de teorias que simultaneamente se declara e se deseja universal” (APPADURAI, 2004, p. 11).

Em Maputo, percebe-se que as mulheres estão em todos os lugares, mesmo. Descendo pela Rua Vladimir Lenine em direção à Baixa, um bairro, na região do porto, encontra-se mais uma das tarefas das mulheres, a comercialização de pescado (peixes, camarões, lulas, polvos e aménjoa). Como quase todas as regiões de porto, a Baixa é também uma área de prostituição; à noite, as casas noturnas ficam iluminadas, com adolescentes e mulheres oferecendo seus serviços aos estrangeiros, Africanos e não Africanos.

O final de semana em Maputo é igual ao final de semana que conhecemos, pelo menos no Brasil; são dias de descanso para boa parte da população. Este período da semana é mais dedicado aos casamentos e aos aniversários; também dedicados para ir às compras, ir à igreja

e combinar com os amigos e amigas, ir à praia ou comer um frango grelhado com cerveja (2M, Laurentina ou Manica)⁴⁰ à beira mar.

As festas de casamento começam nas quintas-feiras e vão até o domingo, algumas festas, duram semanas ou meses inteiros. Iniciam com a apresentação dos namorados às famílias e segue com a cerimônia mais importante que é a cerimônia do Lobolo, uma espécie de compensação entre as famílias quando a família do noivo entrega algo de valor à da noiva pela sua saída da família. Em seguida, passa para as festividades no civil e religioso que acontece no Palácio dos Casamentos. Em Maputo, as cerimônias no civil são coletivas. Em geral, de quinta a domingo, vemos a passagem do cortejo de carros luxuosos indo ou voltando transportando noivos, seus familiares e convidados, para a orla, lugar preferido para as fotos após o casamento, tendo como testemunha o oceano Índico. Tudo é muito *pomposo* e ocidentalizado, no vestuário feminino (apesar do vestuário feminino utilizar-se das capulanas, a noiva veste o tradicional vestido branco ocidental), e no masculino, inclusive na ornamentação dos salões de festas, indicando também possíveis referências coloniais.

É na Avenida Marginal, nos bairros Polana e Triunfo com suas moradias luxuosas, onde acontece uma das grandes animações dos finais de semana, principalmente aos domingos, quando os grupos de amigos e familiares juntam-se na orla, ao som da marrabenta⁴¹, degustando o principal cardápio que é o frango grelhado com xima⁴², uma espécie de pirão de farinha de milho branco, água e sal, que acompanha vários dos pratos no país, juntamente com batata frita regada ainda por muita cerveja ou refrigerante, em geral, coca-cola.

Na região também está instalado o mercado de peixe, que é um espaço turístico, com seus bares e restaurantes. Nele é possível escolher o pescado e solicitar que algum restaurante o prepare, enquanto degusta-se amendoins, vendidos por “ambulantes”, cerveja ou refrigerante. Nesta orla, ainda há a comercialização de artes, em geral, tecidos e esculturas de outros países da África Austral, como Suazilândia, Zimbábue e Malawi. O projeto governamental para a região é a construção de um calçadão aos moldes da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, segundo palavras de seus moradores.

⁴⁰ As cervejas 2M, Manica e Laurentina são dos poucos produtos fabricados no país.

⁴¹ Marrabenta: dança e música típica do país, presente muito mais em Maputo.

⁴² Xima: um dos pratos mais populares em Moçambique. Acompanha o caril, um molho que pode ser feito de feijão, de frango, de peixe ou de mariscos.

No final de semana também é oportuno ir comprar capulanas, tanto nas lojas indianas, no centro da cidade, como já dito anteriormente, mas também na feira do Pau, que é uma praça localizada na Baixa, onde os comerciantes compram artesanatos para revender noutros lugares mais turísticos, como a FEIMA - feira de artesanato, flores e gastronomia de Maputo.

A FEIMA localiza-se no Parque dos Continuadores onde acontece mensalmente um festival de gastronomia, que os visitantes têm a possibilidade de conhecer deliciosos pratos do país. Além de apresentações de grupos regionais de dança, tem-se também uma exposição permanente de mudas de plantas frutíferas e de flores e, exposição de capulanas, esculturas, batiks, sacolas decoradas etc. A FEIMA abriga ainda as atividades políticas organizadas pelo Fórum Mulher e pela Marcha Mundial de Mulheres. São nessas atividades políticas e culturais que a população local circula pelo parque, nos finais de semana, pois durante a semana a utilização é preferencialmente turística ou dos setores médios, tanto locais quanto de estrangeiros.

Em Maputo, tem-se a impressão que a maior parte das casas tem televisão, pois várias mulheres que conheci, falavam do Brasil a partir das telenovelas. Em geral, os canais mais utilizados veiculam uma programação local, com noticiário, entrevistas de moda e beleza, além das novelas brasileiras que já estiveram em cartaz no Brasil, no ano anterior. É uma programação de telenovelas que se repete pela manhã e pela tarde, o mesmo capítulo. A televisão também está sempre ligada durante o dia nos vários estabelecimentos, como salões de cabeleireiros e lanchonetes.

Um destino de lazer para a população maputense também são as suas praias como a Costa do Sol e a praia de Catembe que, para o acesso basta apenas a travessia de uma balsa ou barco. Também há a Ilha de Inhaca, sendo esta de difícil acesso para a população no geral, costuma ser destino para os setores médios da sociedade ou turistas.

Em relação ao oferecimento de eventos de arte, lazer e entretenimento, no ano de 2009 o município contava com sete salas de cinemas e cinco museus (MAPUTO, 2011). Oferecimento de peças teatrais não parece ser muito comum ou disputado, pois me chamou atenção em um dia, quando planejei ir ao teatro e encontrei duas jovens de 15 anos, também aguardando o início da peça. Infelizmente, a peça teatral já havia saído de cartaz e não “fomos” avisadas.

A cidade também comporta um conjunto de espaços de exposição de arte e artesanato permanente, além das atividades temporárias, como as feiras gastronômicas, exposição de moda e de outros espaços culturais internacionais como o Centro Cultural Brasil-Moçambique e o Centro Cultural Franco-Moçambicano.

Maputo também é sede da primeira Universidade moçambicana, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), que foi construída em 1962 e hoje já possui outros campi em outras cidades do país. O município conta com outras quatro Universidades, além dos seis Institutos Superiores Tecnológicos e da Academia de Ciências Policiais.

Sobre os meios de transportes, a cidade abriga a maior malha ferroviária da África Austral, com três linhas ferroviárias ligando Moçambique à Suazilândia, África do Sul e ao Zimbabué, países vizinhos. Tanto o transporte ferroviário quanto o transporte hidroviário são geridos conjuntamente pela empresa pública “Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM)”, com sede também na cidade. O aeroporto internacional de Maputo foi o primeiro do país, localiza-se, também na cidade, de onde partem vôos domésticos para outras regiões moçambicana. Hoje são mais dois aeroportos internacionais, um no centro do país, na cidade de Beira e outro, no norte, na cidade de Nampula.

Entre os setores de atividade profissional na cidade de Maputo, existem as áreas da agricultura, indústria, serviços, construção civil, comunicação, segurança, transporte, eletricidade, turismo, emprego doméstico e outros. Cerca de 70% da população da cidade tem eletricidade e 60% tem água canalizada, sendo que destes, somente 25% seja água canalizada para dentro de casa.

Sua população é bastante jovem, com cerca de 60% de crianças e jovens até os 24 anos. Entre os habitantes da cidade de Maputo, 608.569 são mulheres e 569.447 homens. A taxa de natalidade é de 24,6 por mil nascimentos, enquanto a taxa de mortalidade é de 55,8 por mil nascimentos e sua expectativa de vida é de 54,3 (INE, 2010).

A cidade de Maputo, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, é marcada por uma grande desigualdade social, exatamente por sua configuração de centro urbano, concentrando cerca da metade da população urbana do país, apesar dos dados sobre acesso das mulheres aos cargos públicos e de certo avanço em programas sociais no combate às desigualdades entre homens e mulheres, elas continuam sendo as que mais sofrem os efeitos negativos da pobreza, do abuso sexual, da violência doméstica e do excesso da carga de

trabalho. Os estereótipos, as normas e práticas socioculturais têm influenciado fortemente na privação de oportunidades e espaços para o desenvolvimento integral da mulher na cidade.

De qualquer modo, é nesta província onde parece estarem as maiores oportunidades, pois as mulheres têm alta taxa de emprego, sendo muito mais elevada que a dos homens. É maioria no ‘trabalho informal’, principalmente no comércio dos produtos alimentares, mas também na produção destes produtos e nos grupos de poupança como o xitique (MATSINHE, 2012, p. 14).

Mediante esses dados históricos, culturais e econômicos, a pesquisa ainda indaga o que tem influenciado a não alteração nas relações sociais entre homens e mulheres nesta região sul de Moçambique. Assim, essas e outras são questões a serem mais bem apresentadas e analisadas nos capítulos que seguem.

1.5.2. Município da Matola

O município da Matola ocupa uma área de 368.4 km² com uma população de 671.556 habitantes, sendo 347.737 mulheres e 323.819 de homens, segundo dados do censo de 2007 do Instituto Nacional de Estatística.

O município é banhado pelo Rio Matola que deságua na Baía de Maputo e tem como limites o sul, o distrito de Boane e Catembe, ao norte e nordeste o distrito de Moamba e Marracuene, e a sudoeste a cidade de Maputo. A Matola tem a característica urbana, rural e semi-urbana, sua população distribui-se em 39% na zona urbana, 14% na zona rural e 47% na zona Peri-urbana (ANAMM, 2009).

Matola possui um parque industrial diversificado e importante, que vai dos agro-industriais às confecções metálmecânicas e aos materiais de construção, sendo o maior parque industrial do país, apesar de ser uma opção também aos habitantes da região que procuram habitações ou terras a valores acessíveis, por ser uma grande área rural, cerca de 60% do seu território. A fonte de rendimento neste município é a terra, sobretudo a destinada à exploração industrial, comercial e agropecuária, por isso, o seu porto está voltado à exportação do carvão, alumínio, cereais e açúcar.

Segundo o censo de 2007, a taxa de alfabetização do município é de 86%. Além disso, conta com a infraestrutura de um hospital, de centros de saúde, posto de saúde; 40% das

habitações têm acesso à eletricidade e 50% têm acesso à água canalizada dentro ou fora da residência. Diante disso, Matola está se consolidando como região metropolitana da cidade de Maputo, visto que o seu desenvolvimento esteve sempre ligado à relação comercial entre Moçambique e a África do Sul, através do seu complexo portuário da Matola e do corredor de Maputo (INE, 2010).

O processo de urbanização da Matola originou-se devido à migração campo-cidade como consequência de variados acontecimentos: naturais, como a seca; econômicos, como a pobreza rural e, político militar, como a guerra civil, além do aumento do espaço físico do município em relação à vizinha Maputo, traduzindo assim em uma alternativa, visto que os dois municípios contêm o maior índice populacional do país, sendo esta com 25% da população e aquela com 12% da população do país (ANAMM, 2009). Porém, Matola tem uma característica também de cidade dormitório, pois no final do dia assistiu-se ao grande congestionamento devido ao retorno da população às suas casas, visto que deixaram a cidade pela manhã para o trabalho na capital do país.

O município de Matola iniciou-se como um povoado em 1918, tendo o nome de Vila Salazar e Cidade Salazar no período colonial, porém após a independência passa a chamar-se, definitivamente, de Cidade da Matola.

Matola é caracterizada por ser uma região de grupos culturais de sistema de parentesco patrilinear, como a maioria dos grupos desta região sul do país. Dentre os grupos estão os Rongas, os Chopes, os Bitongas e os Changanas. Em relação às línguas mais faladas, são o Ronga, o changana e o português.

A maioria das cooperativas da União Geral das Cooperativas está em um dos três postos administrativos⁴³ da Matola que é a Machava, grande região industrial e também sede de um dos principais e maiores estádios de Moçambique, o Estádio Nacional de Zimpeto, que foi construído ainda no período colonial, no ano de 1968. O estádio tem capacidade para cerca de 50.000 pessoas, é um clube de várias modalidades esportivas como o futebol, o basquete, a natação, o atletismo, o boxe, o karatê, o hóquei e o hóquei em patins (ANAMM, 2009). Mesmo sendo uma grande região industrial (por produzir cimento, cerveja e refrigerantes), a Machava convive com uma área rural, onde se deu a coleta de dados desta pesquisa, sendo uma região peri-rural.

⁴³ Neste trabalho, trataremos a Machava como um bairro da Matola.

É também na Machava, onde está localizada a Cadeia Central, construída na década de 1950, que serviu à colônia portuguesa para os seus presos comuns, mas também aos presos políticos que lutavam contra a colonização e escravização dos moçambicanos e pela independência deles. Eram duas cadeias em uma: a dos presos comuns e noutra, a dos presos políticos, o chamado Campo de Concentração.

CAPÍTULO 2 – O MUNDO E AS MULHERES

2.1. SOCIEDADES DESIGUAIS

As transformações econômicas, necessárias para a recuperação do padrão de acumulação de capital e riquezas dos países do norte mundial⁴⁴, exigiram um processo de reestruturação em escala global da divisão de trabalho, o que resultou e resulta no aumento do desemprego, acréscimo de postos de trabalhos precários e ampliação das doenças (como lesão por esforço repetitivo [LER] e depressão). Além disso, há expansão das desigualdades entre os centros e as periferias, aumento dos fluxos migratórios e, conseqüente insegurança nas grandes cidades, aumento da pobreza, violência, encarceramento, desastres ambientais de grande porte e guerra, em um contexto de manutenção e reconfiguração contínua da opressão.

Essas transformações prejudicam sobremaneira as mulheres, uma vez que há aumento de trabalho - incluindo o não pago -, precarização e a manutenção da violência contra a mulher. A utilização dos recursos naturais à exaustão que ameaça o meio ambiente e a vida humana, sintomas de um *mal-estar da civilização*, marcado por:

[...] desigualdades inerentes às estruturas mundiais que permitem ao norte (branco) dominar o sul, ao homem dominar a mulher, e a pilhagem frenética de um número crescente de recursos, na mira de obter proventos econômicos distribuídos de uma forma cada vez mais desigual, para dominar a natureza.”
(MIES e SHIVA, 1993, p. 10)

Na sociedade capitalista atual, a referência de *desenvolvimento* é justamente a que melhor implementa este modelo predatório da natureza e de grande parcela da sociedade, e as conseqüências do *progresso* são tidas como *mal necessário*. É um tipo de organização social, política e econômica que privilegia formas de se viver onde as instituições, a vida das pessoas, seus desejos e sentimentos são entendidos como mercadorias.

Neste capítulo objetivo refletir sobre esse modelo de desenvolvimento (im) posto no mundo e os efeitos deste modelo padrão na vida humana, especialmente, na vida das

⁴⁴ Neste capítulo, os termos *norte* ou *sul mundial*, *hemisfério norte* e *hemisfério sul*, *terceiro mundo* ou ainda, *periferia do centro do poder econômico*, são utilizados no sentido político e econômico, criados no bojo das discussões da guerra fria mundial. Estes termos, no texto, quando ditos pela autora, estarão grafados em itálico.

mulheres, provavelmente suas maiores vítimas, bem como, refletir sobre as formas de resistência que as mulheres têm criado ao longo do tempo.

É importante problematizar a vida das mulheres neste modelo de desenvolvimento, no norte e no sul do mundo, haja vista que segundo dados da ONU (2010), apesar de serem as que mais trabalham, ainda são as que menos ficam com o dinheiro, e para mudar esse quadro precisariam de 75 anos para que os salários entre homens e mulheres pudessem ser equiparados. Além de concentrarem os menores salários e a pobreza (pois a maioria são chefes de família), sofrem violência por misoginia (justificada pelo gênero), a ponto de 1/3 das mulheres no mundo já terem sofrido algum tipo de violência física, psicológica e/ou sexual; quase metade das mulheres vítimas de feminicídio (homicídio por misoginia) é morta por seus parceiros ou por parentes.

Também há que se ressaltar que, as mulheres são preteridas dos espaços de poder, tanto que apesar de ter dobrado o número de mulheres parlamentares, ainda existe uma parlamentar mulher para cada cinco parlamentares homens.

Diante deste cenário, interessa questionar qual a ideia de desenvolvimento que interessa às mulheres: seria o mesmo para todas as mulheres? É possível pensarmos em mulheres no sentido universal? Como se dá sua resistência ao capitalismo e suas mazelas através do feminismo ou dos feminismos? Quais são as noções de desenvolvimento em voga atualmente e qual o impacto destas noções em países Africanos, especialmente o impacto na vida de mulheres em Moçambique? O que dessas questões interferiram na vida das mulheres cooperativistas da UGC?

Serão essas as questões norteadoras deste capítulo, e que contribuirão para pensar as possibilidades de autonomia das mulheres em relação aos seus maridos ou aos outros homens da sua sociedade, no que diz respeito a uma vida sem violência e com independência nas decisões a tomar sobre sua sexualidade, sobre a educação de filhos e filhas, através da geração de renda nas cooperativas da UGC.

Desenvolvimento para que? Para quem? A premissa para que as sociedades se desenvolvam se refere à exigência própria deste sistema de produção ampliada de mercadorias e de mercados. Assim, internacionalmente o sistema capitalista se expande e se reproduz através de um conjunto majoritário de homens e mulheres (brancos e não brancos)

produzindo e outro conjunto minoritário de homens e algumas mulheres, apropriando-se do resultado desta produção.

Para que a produção aconteça, o sistema precisa de matéria-prima, o que está cada vez menos existente nas regiões sedes das empresas e ainda em abundância nos países chamados não desenvolvidos ou em via de desenvolvimento, apesar de algumas destas regiões já terem alcançado o status de desenvolvidas, como é o caso do Brasil, a despeito de ainda ter em sua balança comercial, a exportação de matérias-primas, como o minério de ferro, ferro fundido e aço, óleos brutos de petróleo, soja e derivados, cana de açúcar e o café - condição esta, de país *não desenvolvido*.

Para o historiador burquinense Ki-Zerbo (2006), “o que se chama de desenvolvimento é o autodesenvolvimento” dos países do hemisfério norte, sob a ótica e as realidades deles, do norte. Segundo esse autor, “a palavra desenvolvimento foi criada pelos americanos” (p.134).

Em conformidade com esse autor, entendo que a noção contemporânea do termo segue as ideias de sua origem, que foi após o fim da guerra mundial, no auge da chamada guerra fria⁴⁵. Foi nesse período de reconstrução de países destruídos, quando foram criadas organizações internacionais, como o Banco Mundial - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Associação Internacional de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC) etc., ou seja, organizações de *ajuda* financeira a esses países que foram forjadas novas configurações globais, alterando as relações de poder mundial.

As comunidades Africanas, a partir dos anos 1950, após suas lutas de independência do colonialismo europeu e as tentativas de reconstrução das suas regiões e culturas, mesclando formas *tradicionais* e *modernas* de organizar e produzir a vida, apesar do seu crescimento econômico ditado por um *desenvolvimento* que é o do capital, acabam reproduzindo apenas a sua força de trabalho com as condições mínimas de subsistência destas comunidades, ampliando ainda mais o acúmulo do capital em detrimento da pobreza e exploração destas regiões.

⁴⁵ O termo guerra fria diz respeito ao período que o mundo global estava dividido entre os países alinhados com a União Soviética, sob a orientação socialista e outros países alinhados com os Estados Unidos da América sob a orientação capitalista. Ver: HOBSBAW, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

Desta forma, não permitindo, minimamente, as necessidades básicas da população, tais como os programas de educação, saúde, moradia e, conseqüentemente, afetando modos próprios de vida e, no caso de Moçambique, interferindo em discussões culturais internas do país, assim como nas próprias formas de produção de sua subsistência, esses países se viram obrigados a endividar-se, fazendo empréstimos com os países centrais para garantir essas políticas dos programas citados.

Após a impossibilidade de pagamento da dívida externa, os países Africanos acabaram tendo que aceitar os programas de ajustes estruturais, causando a intensificação da pobreza com o desmantelamento da economia e de um Estado⁴⁶ de *tipo moderno*, ainda em criação.

Apesar da não existência do termo *desenvolvimento*, enquanto palavra, em línguas Africanas, existe a ideia. Por isso, para o historiador Josepf Ki-Zerbo, a ideia no continente se encontra em todos os lugares, tanto individual, quanto coletivo, porém em termos de *acumulação*, não acumulação de *mais coisas*, mas adição de valores sociais, portanto, a ideia nessa língua Africana não é “no sentido capitalista de crescimento econômico” (KI-ZERBO, 2006, p.134).

O termo desenvolvimento também, segundo Serge Latouche (2012), ainda não foi encontrado, apenas um possível significado para o termo, na língua Pulaar, sendo [...] a busca pela comunidade de um bem-estar social harmonioso fortemente enraizado na sua solidariedade, onde cada um dos membros pode encontrar seu lugar [...]; o termo nesta língua é chamando de *bamtaare*. (p.7).

Em consonância com Ki-Zerbo (2006), este autor propõe uma reconfiguração de sentidos para o termo, talvez um *desenvolvimento* partindo *de dentro*, de cada sociedade, nas palavras do próprio autor, um “desenvolvimento endógeno” (p.131-139) partindo do pressuposto de que a proposta não é original, afinal o desenvolvimento se deu em todos os países do mundo, porém a ordem mundial fez com que a forma de desenvolvimento dos países do norte, no ocidente, fosse hegemônica e universal, em um modelo linear a ser seguido unilateralmente por todos os outros países.

Historicamente, o crescimento no sentido capitalista tem produzido o desgaste total dos recursos naturais, associado à manutenção da desigualdade social e concentração de renda

⁴⁶ Sobre esta discussão ver SANTOS (2006) em “Notas sobre a Solidariedade e o Fenômeno da Orfandade na Sociedade Akan-Agni Morofó da Costa do Marfim (África Do Oeste)”.

para uma minoria e extrema pobreza para a maioria da humanidade. Problematicando tal modelo econômico, Joseph Ki-Zerbo (2006) pergunta-se: “acumulação para quem?” (p.135):

Entendo como falaciosa a associação do termo “desenvolvimento”, no contexto do capitalismo, à possibilidade de melhoria de qualidade de vida global, com base em dados oficiais internacionais. O conceito é associado a um conjunto de ideias tão amplo, que parece cumprir o papel ideológico de manter um discurso de legitimação do sistema capitalista.

É relevante a análise de Furtado (2014, p. 91) sobre o termo *desenvolvimento*: que apesar do seu relativo consenso, é um “dos mais ambíguos nas ciências sociais” dado que, ao mesmo tempo em que é desejado por todas as sociedades como condição de progresso social, parece ser também problematizado como o responsável pela situação de utilização à exaustão dos recursos naturais e humanos, na busca desenfreada pelo crescimento econômico. Nas palavras do autor:

[...] a positividade de “desenvolvimento” como significando o progresso econômico e social emerge, de certa forma, para produzir, na sua negatividade, o “subdesenvolvimento”, um estágio indesejado para aqueles que já o ultrapassaram e rejeitado para os que nele e com ele convivem [...], (FURTADO, 2014, p. 91).

A terminologia do *desenvolvimento*, forjada na década de 50 do século XX, caracteriza-se por analisar como uma sociedade se desenvolve, veiculando alguns preceitos sobre a maneira de implementar tal modelo. Aqui, o termo *desenvolvimento* diz respeito a uma mudança social global, gerada pela economia e conduzida pelo Estado, envolvendo múltiplos processos, como econômicos, culturais, sociais e demográficos, cuja articulação é sempre única.

Na realidade, a visão normativa predomina amplamente: desenvolver é promover um tipo de produção, mas é também impor um conjunto de normas - a porção severa do ajuste econômico - que fazem os países em desenvolvimento enfiar goela abaixo para o seu próprio bem (HIRATA *et al.*, 2009, p. 54).

Não se trata de negar alguns avanços como o aumento nos índices de alfabetização e na produção de alimento, ou criação de novas técnicas que podem até servir a maior expectativa de vida. Entretanto, a autora ressalta que tais avanços não impediram a

concentração de renda, a limitação a serviços básicos e ao acesso a tecnologia produzida, especialmente a partir da crise da década de 1970/80 que justificou o modelo de Estado mínimo e os cortes nas políticas públicas sociais que, se socializada, implicaria em real melhoria de vida para a maioria da população.

Embora as atividades econômicas sejam cada vez mais taxadas, recolhendo-se impostos aos governos, o que se percebe é que a financeirização da economia, a ampliação da especulação, o aumento da precariedade do trabalho e a proliferação da *economia informal* impulsionaram um acirramento das desigualdades, tanto em escala global como no interior das fronteiras nacionais (HIRATA *et al.*, 2009).

Sobre a chamada economia informal, em regiões Africanas como Moçambique, essa economia faz parte das chamadas *redes de sustento próprio*, são as redes tradicionais de subsistência, um modo de trabalho culturalmente aceito no país, apenas modificando ao longo do tempo, o seu papel na economia.

Latouche (2012) discute a necessidade de repensar o próprio conceito de desenvolvimento, ao analisar a conjuntura econômica social do ocidente, buscando possíveis soluções para esta crise das economias do norte ocidental, ele também indica que não adiantará buscar alternativas de desenvolvimento nas experiências econômicas tidas como vitoriosas no continente Africano, pois o conceito não se encaixa na mesma ideia do desenvolvimento como um progresso, conhecido por nós, brasileiros.

Ainda segundo Latouche (2012) “a economia e o desenvolvimento são conceitos etnocêntricos que não correspondem à interpretação das práticas do *débrouille*, nem ao imaginário Africano” (p. 5).

Esta tese reflete sobre os efeitos deste tipo de *desenvolvimento* na vida das mulheres, pois apesar dos poucos estudos sobre *mulheres e desenvolvimento*, há um conjunto de trabalhos voltados para o tema, de autoras⁴⁷ que analisam a exploração do trabalho de mulheres e meninas em indústrias de confecção, no trabalho das empregadas domésticas e, sobretudo, na capacidade da economia informal e da agricultura familiar numa ampliação de atividades que, em conjunto com o trabalho doméstico, continuam ainda invisibilizadas/secundarizadas pelas políticas públicas e pelos estudos acadêmicos (HIRATA *et al.*; 2009).

⁴⁷ Ver o trabalho de Maria Mies e Vandana Shiva, “Ecofeminismo”, 1993.

Se justamente são as mulheres as que ocupam tais espaços de produção, parece serem elas as primeiras a pagarem os altos custos sociais deste modelo universal de *desenvolvimento*, pois em várias partes do mundo elas são as únicas responsáveis por suas famílias, inclusive com um baixo acesso a propriedades, a terra e ao crédito, numa chamada *feminização da pobreza* que, segundo Guérin (2003) as torna mais vulneráveis, mantendo as desigualdades entre os sexos.

Além do baixo salário, quando o têm, as mulheres ainda são as responsáveis pelo cuidado da reprodução da vida, num trabalho não remunerado e invisível, que é o trabalho doméstico, o trabalho do *cuidado*, o cuidado da casa e das pessoas. Por ser efetuado pelas mulheres na casa, não é considerado como trabalho e, portanto, não é remunerado. Além disso, são responsáveis pelo trabalho executado no entorno da casa, como o da agricultura, por exemplo.

Por serem as mais prejudicadas nas relações sociais e para sobrevivência familiar, as mulheres assumem e acumulam toda esta quantidade de tarefas em um trabalho doméstico pouco visível e não reconhecido legalmente.

As mulheres, segundo Santos (2011), ainda são as que menos estão no mercado de trabalho formal em relação ao homem e quando estão concentram-se nos chamados trabalhos tidos como femininos, o trabalho do cuidado⁴⁸, como o das enfermeiras, domésticas, assistentes sociais, professoras do ensino básico, que são as profissões e áreas desvalorizadas social e economicamente, visto que são as mais mal pagas.

Esta conformação de sociedade coloca as mulheres entre as que mais trabalham dentro e fora de casa, em certas regiões do mundo, destaca Casimiro (2004). Em algumas regiões da África Subsaariana as mulheres realizam de 60 a 80% de todo o trabalho agrícola e são responsáveis por 50% da criação de animais domésticos, responsáveis por 100% da confecção de comida, recolha de água e lenha, bem como de todo trabalho doméstico⁴⁹ (BAZIMA, 1994).

⁴⁸ Sobre os estudos do “trabalho de cuidado” (*care work*), ver em “Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do *care*” de Helena Hirata e Nadya Araújo Guimarães (2012).

⁴⁹ Nos estudos sobre mulheres quando nos referimos ao trabalho doméstico, o termo quer dizer o trabalho invisibilizado, não assalariado, executado por mulheres nas várias partes do mundo, dentro de casa. Entretanto, quando nos referimos ao emprego doméstico, o termo refere-se ao trabalho, em geral, assalariado, executado, na maioria das vezes, somente por mulheres, muitas das vezes, por mulheres não brancas. Porém em Moçambique, existem homens que ainda são empregados doméstico, resquícios da colonização portuguesa.

Em um contexto antropológico é o sistema patriarcal, constituído a partir da concentração de recursos e propriedade nas mãos dos homens, com noção de identidade de cada um dos sexos bem definida e oposta, sendo atribuído ao homem posições de poder, privilégios e autoridade. Nessa perspectiva, as mulheres têm menor acesso à produção da riqueza, tanto em regiões do norte global quanto no sul.

A atual forma de organização capitalista aproveita-se assim das hierarquizações em nossas sociedades, barateando o custo social da força de trabalho necessária para a produção de riquezas quando transfere para as famílias, em especial para as mulheres - e no sul global, as mulheres não brancas. Assim, a subsistência, a criação, a educação e o cuidado destes futuros homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, além de garantir o cuidado dos seus velhos, que seriam os responsáveis pela socialização de conhecimentos às próximas gerações passam a ter menor valor.

Nestes países periféricos, como é o caso do Brasil, aqui também, o número de mulheres chefiando famílias tem aumentado significativamente nos últimos anos, chegando a quase 40% em algumas regiões do Brasil, tais como nos estados do Norte e Nordeste, região com os mais baixos índices de desenvolvimento humano - IDH⁵⁰ (IPEA, 2010) e chegando a quase 30% em algumas regiões da África Subsaariana, como é o caso de Maputo (CASIMIRO, 2004).

A presença de mulheres responsáveis sozinhas por sua família pode ser entendida como uma organização familiar de tipo matrifocal, quando a mulher pela ausência ou pela baixa liderança masculina é quem toma as decisões, além das responsabilidades econômicas. Nesses casos seria uma forma de empoderamento das mulheres. Trata-se de um termo utilizado na problematização da sociedade ocidental hierarquizada, em que o poder é algo atrelado ao homem, branco, heterossexual e burguês⁵¹.

O poder não é neutro, visto que transforma as diferenças em desigualdades numa sociedade hierarquizada e estruturada pela dominação, assim, em uma análise sobre o tipo de poder existente, as feministas questionam estes modelos que se referem nestas sociedades a “poder mandar, poder fazer e poder ser, quer dizer, a dominar e a administrar os recursos

⁵⁰ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU.

⁵¹ Refiro-me ao termo burguês, no sentido da economia clássica, estudado por Karl Marx em O Capital, sendo o que faz parte ou é beneficiado e comunga das ideias da classe econômica que é proprietária dos meios de produção capitalista.

economicamente” (CASIMIRO, 2004), mas também, o poder diz respeito à utilização da dicotomia das esferas público/privado e o exercício da sexualidade, consistindo em um padrão para a submissão da mulher.

As feministas buscam construir outros modelos do exercício de poder e nesta reflexão, o termo empoderamento, nascido na década de 1970, no bojo dos movimentos sociais de mulheres, de negros e de homossexuais é utilizado no terceiro mundo, na academia e no ativismo político. Em que pese a divulgação e ampliação deste termo ter sido no período da chamada guerra fria, com a disputa ideológica entre as ideias socialistas e capitalistas, parece que em regiões Africanas, ele é identificado anteriormente.

Seu uso pelas feministas no sul global tem o objetivo de mudanças na vida delas e nas estruturas sociais e políticas, visto que, mesmo se relacionando com o termo de várias maneiras, as mulheres entendem que o poder pode ser uma fonte de opressão como também de emancipação na construção de relações de gênero solidárias.

No caso do Brasil, Bernardo (2003) realça o papel de liderança das mulheres no candomblé, como uma possível experiência de poder feminino, dentro dos estudos da matrifocalidade.

Sobre a matrifocalidade, alguns autores e autoras, em seus estudos no Brasil, localizam-a, a partir do período da escravidão e no pós-abolição, quando as mulheres negras viram-se assumindo o controle e autoridade das famílias pela ausência dos homens, quando estas recriam sua fama de boas comerciantes por vezes acumulando dividendos que foram responsáveis não somente pela compra da sua carta de alforria, como também a de seus companheiros, irmãos, filhos e tantos e tantos homens e mulheres (WOORTMANN, 1987; BERNARDO, 2003)

Entretanto, para Bernardo (2003) esta forma alternativa de organização familiar, a matrifocalidade é uma experiência anterior destes povos Africanos e seus descendentes, não sendo somente uma imposição da escravidão com a conseqüente marginalização do homem negro no mercado livre que o impossibilitava de assumir a chefia familiar. Trata-se, ao contrário, de uma retomada do que já se vivia em várias regiões Áfricanas, onde estas experimentavam certa autonomia, sendo as principais responsáveis pela rede de comércio em sua localidade.

Distintas e distintos intelectuais entendem a matrifocalidade como uma alternativa por causa da situação de vulnerabilidade econômica das mulheres e que sem outra saída são levadas a assumirem esta responsabilidade econômica e social.

O conceito de matrifocalidade como um grupo centrado na mãe, independente da presença física ou simbólica do pai, parece não deixar dúvidas sobre essa forma de organização familiar cada vez mais presente em vários lares brasileiros como também noutras parte do mundo como no norte de Moçambique, onde Casimiro (2008) desenvolveu seus estudos de doutoramento, pesquisando as mudanças que aconteceram na sociedade matrilinear Makhuwa, que fica no distrito de Angoche, província de Nampula, nos últimos anos.

Para Casimiro (2008), apesar de centradas em novas nuances, alguns aspectos da sociedade matrilinear nesta sociedade permanecem, inclusive como possibilidades de emancipação das organizações locais geridas pelas mulheres, e não necessariamente como falta de alternativa, visto que:

(...) em ambientes urbanos, a economia, as lógicas e as estratégias de reprodução são de base feminina e as mulheres acendem e asseguram o controle dos recursos como uma nova base familiar, desenvolvendo estratégias “livres” da tutela dos homens, com possibilidades de maior poder de negociação acerca das suas vidas, mas sobrecarregadas de trabalhos e responsabilidades. (CASIMIRO, 2008, p.78).

Também para Amadiume (1997, *apud* ADESINA, 2012, p. 203), as famílias não são matrifocais somente por causa da sua baixa condição econômica, pobreza e da ausência de homens, mas sim por serem estruturalmente matricêntricas. Neste contexto a matrifocalidade assume o seu sentido distinto e o seu valor heurístico como categoria sociológica, constituída pelos estudos que assumem como ponto de partida o lugar Africano. É importante lembrar aqui, que o senso comum diz que a experiência cooperativista é a falta de alternativa, que existe apenas por causa do empobrecimento, desconhecendo todas estas práticas desenvolvidas a partir de outros contextos históricos e culturais, como é o caso dos países Africanos.

Para Adesina (2012), o ponto de partida de Amadiume (1997) é o de distinguir entre a academia eurocêntrica e a perspectiva afrocêntrica⁵², valendo-se dos estudos de Cheikh Anta Diop (1991), citado pelo autor, que relaciona as instituições de parentesco, ideologia de parentesco e o Estado. Assim, leva em consideração que os estudos de parentesco e sua origem, nos trabalhos antropológicos dos séculos XIX e XX, decorrem especificamente de histórias indo-europeias e serviram para esquematizar experiências de outros povos e culturas, apresentando:

a ideia de linearidade da evolução humana – na qual as relações individuais e sociais com raízes familiares do patriarcado constituem a forma mais eminente [...], uma ideologia patriarcal que Cheikh Anta Diop identificou como tendo sido reproduzida ao nível do Estado. (DIOP, 1991; AMADIUME, 2005, p.84 apud ADESINA, 2012 p.203).

Desta forma, para Adesina (2012), em uma perspectiva não eurocêntrica, no contexto Africano, a matrifocalidade é muito mais uma norma Africana do que a patrifocalidade, por esse motivo Bernardo (2003), em seu estudo sobre esse fenômeno entre famílias negras no Brasil, identifica que:

[...] essa forma alternativa de família está diretamente relacionada à autonomia feminina que veio conquistada desde a África, onde as mulheres foram as principais responsáveis pela rede de mercados que interligavam todo o território ioruba, com experiência de excelentes comerciantes, atribuída também as mulheres bantas. (BERNARDO, 2003, p.44).

Bernardo (2003, p. 46) apontou que, para as mulheres negras brasileiras, a “matrifocalidade não é encarada como sofrida, pesada; pelo contrário, acentua sua autonomia, traz satisfação e certo empoderamento”.

Assim sendo, em vez de constituir um desvio da norma da família nuclear, patriarcal, chefiada por homens, os agregados familiares matrifocais e matricêntricos representam a premissa da diversidade das comunidades e formações sociais Africanas, sejam elas assentes na patrilinearidade, na matrilinearidade ou em uma dupla linhagem. Não é a ausência da pessoa masculina que imprime a matrifocalidade do agregado; é a primazia dada às relações maternas

⁵² termo que se refere a um modo de analisar e pensar *as coisas* do mundo a partir da África como centro. O termo é usado contrapondo-se ao eurocentrismo, que considera a Europa o centro.

ou uterinas. É a maternidade distribuída que permite o sentido de uma condição partilhada mesmo entre irmãos de pais diferentes.

Estes pesquisadores e pesquisadoras comprovam a importância de um recuo histórico a períodos anteriores ao colonialismo mostrando como as influências europeias remodelaram (processo ainda em curso) profundamente muitas sociedades Africanas.

Paula Junior (2014) contribui com a pesquisa ao dizer sobre a importância de educação da África tradicional para que o povo Africano construa uma representação de si, a partir de si mesmo, pois “o processo colonialista na África foi além da exploração material do ambiente, também foi o de modificar o olhar do Africano sobre si mesmo, em favor da cultura europeia (p.29)”.

Apesar das análises acerca desta autonomia e acesso ao poder, num *mundo antigo*, pelo menos, *um antigo* antes do colonialismo europeu, as mulheres hoje vivem em situações vulneráveis, tendo os laços comunitários e espaços coletivos fragilizados já que esses não são objetivos desse sistema de produção socializada de mercadorias e desigual em sua distribuição. A presença de um trabalho coletivo estaria na contramão, principalmente na periferia do sistema econômico mundial, pois exigiria um desenvolvimento que colocaria as mulheres em situações mais expostas, principalmente nestas regiões do chamado terceiro mundo, onde passaram por experiências coloniais.

E, mesmo com espaços coletivos como cooperativas, seu sentido no modelo de desenvolvimento atual é outro, considerando que a sobrevivência das cooperativas passa por sua manutenção, num mercado altamente competitivo.

Analisando a ocorrência deste quadro de crescimento da pobreza das mulheres é possível avaliar que cada sociedade tem delimitado os campos em que os sexos podem operar, assim, cada sociedade constrói suas formas de pensar e viver, o ser homem e o ser mulher, mesmo que de modo não tão rígido, combinando-os, o *gênero* com outras formas de exploração e opressão, como a condição racial, étnica, geracional e de classe.

Sobre o conceito de gênero, Casimiro (2008) chama atenção que esse, ao longo do tempo de sua utilização, tanto pelas acadêmicas e pelos acadêmicos, quanto por ativistas feministas e não feministas, tem sido esvaziado do seu conteúdo relacional e de poder.

Sua simplificação vai desde a utilização do termo como apenas o aprendizado de papéis e funções por parte de homens e mulheres, passando pela dicotomia rígida entre o biológico e o social/cultural, o sexo e o gênero, quando não o utilizam como sinônimo de mulher ou de feminismo. Esquece-se toda complexidade do ser mulher e do ser homem e as relações e hierarquias provenientes em um dado contexto histórico e social, e também das tantas experiências de acordo com as especificidades locais.

Desta forma, não basta dizer que o gênero é uma construção social e cultural a partir apenas das diferenças, há que se reconhecer a heterogeneidade e suas diversas formas de articulação com cada realidade social e cada período histórico e assim com outras posições (formas de identificação) como a classe social, a raça e etnia, a idade, religião, orientação sexual, parentesco e estatuto social, etc.

Nesse sentido, não utilizo o termo gênero como uma categoria de análise universal para não cair na visão essencialista do ser mulher e do ser homem, desconhecendo sua diversidade, contrariamente ele é utilizado levando-se em conta a sua intersecção, em suas variadas formas de pertencimento, conforme ressalta Crenshaw (2002).

Sobre o aspecto das outras formas de pertencimento das mulheres, Loforte (2003) avalia que a diversidade cultural, as diferenças na organização econômica, a influência das ideologias locais e de variáveis culturais requerem um maior rigor na aplicação de conceitos analíticos que pretendem compreender e analisar a subordinação e autonomia das mulheres, especialmente em sociedades Africanas sem que essas categorias sociais não são tão nítidas e nem tão rígidas.

Cunha (2011) afirma que, apesar da contribuição do conceito de gênero à crítica da “naturalização das identidades sexuais associadas a mulheres e homens”, o conceito quando utilizado sozinho poderá encobrir a diversidade do que são as mulheres e os homens. Assim, a categoria não é a mulher e sim, as mulheres, em sua multiplicidade.

Corroborando as ideias de Ana Loforte (2003) e Teresa Cunha (2011), sobre a limitação dos instrumentos conceituais para compreensão de diferentes culturas na análise da posição da mulher em sociedades Africanas, Valdemir Zamparoni (1999) verificou que as tarefas ditas da casa não tinham relação direta com atributos tidos de mulheres, pelo menos na sociedade colonial em Lourenço Marques, atual Maputo, pois as tarefas do emprego

doméstico, em sua maioria, eram executadas por homens, o que é possível presenciar, não somente sobre a categoria gênero, mas também as relações raciais presente nesta sociedade.

Conclui-se, portanto, que o emprego doméstico é o lugar das moçambicanas e dos moçambicanos negros, servindo nas residências de indiana/os, de branca/os moçambicana/os e de branca/os estrangeira/os, mas também de moçambicanos negra/os, especialmente moçambicana/os que fazem parte da categoria assimilados⁵³. Para Zamparoni (1999), a criação do universo doméstico na África não é determinada somente pelo gênero, mas fatores como raça e classe intervêm de maneira primordial:

Na Europa, embora a divisão sexual do trabalho seja anterior, a emergência da burguesia fez-se acompanhar por um forte discurso que considerava natural e necessária a relação entre atividades domésticas e mulher. Na África, entretanto, sob domínio colonial, a forma como estas relações seriam estabelecidas mostram que, nem sempre, este vínculo é obrigatório e o único determinante; a ampla participação de homens Africanos no mercado de trabalho doméstico mostra que as tarefas ditas do lar não são atributos naturalmente femininos, e mais: a criação do universo doméstico em África não é determinado somente pelo gênero, mas fatores como raça e classe intervêm de maneira primordial (ZAMPARONI, 1999, p.148)

Loforte (2003) chama atenção, também, sobre os cenários onde conjugam as relações de gênero, ligados a hierarquias sociais, à estrutura econômica, à desigualdade em matéria de emprego, renda, prestígio e composição das unidades domésticas.

Mesmo compreendendo a necessidade de novos olhares para os instrumentos teóricos ao analisar as várias realidades sociais, percebo que algumas situações se fazem permanentes e similares, mesmo em regiões tão distantes no mundo atual. As mulheres continuam sendo as principais vítimas da violência doméstica, as maiores produtoras de alimentos, as responsáveis pela preparação das refeições, especialmente quando estão em casa, como também, as principais responsáveis no transporte de água. Todas essas atividades são para possibilitar condições de bem estar a seus familiares, em Moçambique, como também em várias outras regiões do mundo.

⁵³ Assimilado foi uma categoria criada no período colonial, pela metrópole, quando foi imposto à população local que, para ter acesso a meios de vida próxima da elite colonial, como educação, saúde, lazer etc., teriam que aceitar as alterações de aspectos fundamentais da sua cultura e adequá-las à cultura portuguesa como a língua, os modos de sentar à mesa, o aspecto religioso e etc. Para demonstração do aceite, a autoridade colonial entregava uma carteira de assimilado e assim este, moçambicano ou moçambicana poderia frequentar os clubes, bailes, lugares que os outros não poderiam, criando assim um grupo social distinto. Os efeitos desta forma discriminatória permanecem vivos na sociedade moçambicana contemporânea, transformando-a em uma sociedade bastante hierarquizada.

Na busca pelo enfrentamento dessa situação de vulnerabilidade, as mulheres em várias regiões têm desenvolvido experiências coletivas de produção do viver. São as atividades coletivas em formato de associações, redes de ajuda, cooperativas e grupos de produções, as quais envolvem iniciativas de solidariedade, cooperação entre membros e auto-organização, tanto na denúncia da opressão que sofrem, quanto na produção material da vida. Como forma de resistência à exploração e opressão do mercado capitalista, essas são tentativas de geração de renda, para si e sua família, além de tantas outras experiências, em um chamado *setor informal*.

O conceito de informalidade aqui é utilizado de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), citado por Casimiro e Souto (2010), para se referir às atividades econômicas de trabalhadores que não estão cobertas pela legislação oficial.

Sobre estes aspectos Latouche (2004) indica que o conceito de informalidade pode ser entendido também como um conjunto de atividades que não faz parte da economia no seu sentido clássico ocidental, pois acontece em sociedades estruturadas em modelos incompreensíveis para os economistas clássicos.

O setor informal se encontra incorporado no social, em redes complexas que estruturam estas sociedades, que não são as de mercado, no seu sentido total, “são as sociedades da bricolagem em todas as áreas e níveis, entre o dom e o mercado”, reinventam laços sociais com estratégias de qualquer tipo de atividade econômica sem ser profissionalizada (LATOUCHE, 2012, p. 15), existindo inclusive em sociedades onde a economia de mercado é central.

Na busca destes novos indicadores, conceitos e teorias na compreensão da realidade social, política e econômica, intelectuais feministas como Carrasco (2012) tem apresentado apreciação sobre uma teoria econômica que inclui outras ferramentas para entender o que parece ter sido invisibilizado nos vários estudos das ciências econômicas.

Essa teoria se constitui de estudos de uma *Economia Feminista* trazendo a perspectiva de que as atividades humanas, que se realizam na esfera do mercado e que são objeto de estudo das ciências econômicas, não incluem as tarefas executadas pelas mulheres.

Tais estudos Feministas também se tornam valiosos para pensar no próprio alcance do conceito de mercado que, para Sabourin (2008) e Latouche (2004) é um fenômeno humano presente em todas as sociedades, porém cujo regime de troca se faz de forma diferente. Em

algumas sociedades as trocas não são divididas em valores de uso e valores de troca, isto é, troca mercantil e sim como obrigações recíprocas, - dádiva e reciprocidade -, principalmente entre a coletividade “que se obrigam mutuamente” (SABOURIN, 2008, p. 24)

As ciências econômicas ao desconsiderar que a humanidade é formada por mulheres e homens, considerando apenas as experiências dos homens como se fossem universais, produziram teorias e conceitos enviesados, que não serviram e nem servem, nas análises e estudos, para eliminação das desigualdades entre seres humanos, ou seja, não buscaram o desenvolvimento de um mundo mais igual.

A Economia Feminista é aqui utilizada, conforme formulada pelas autoras Nobre (2002) e Carrasco (2012), como um campo das ciências que compreende o estudo do pensamento econômico a partir da invisibilidade das mulheres no conceito clássico, bem como a ressignificação do trabalho de forma mais ampla, considerando o chamado mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família e, fundamentalmente, agregando a esfera reprodutiva como essencial à existência humana.

A vertente principal destes estudos tem sido o questionamento sobre a engrenagem do capital a partir da perspectiva feminista em relação a problemas econômicos enfrentados atualmente, nas várias partes do mundo, tais como o desemprego, desigualdade entre os gêneros, as imigrações nesta última década, com a chegada do agronegócio com sua economia de escala atingindo sobremaneira o trabalho das mulheres camponesas.

Além disso, a teoria se preocupa com o esgotamento dos recursos naturais, entre outros, recolocando inclusive a questão do trabalho produzido dentro e fora de casa, na *produção do viver*, numa perspectiva anticapitalista, isto é, não na perspectiva da sociedade pró-lucro e sim na possibilidade de um mundo que reconheça as mulheres como suas guardiãs ecológicas nestas várias regiões do globo (MIES; SHIVA, 2014).

A partir destas reflexões, o feminismo, por meio da sua ferramenta econômica, vai além de identificar apenas os impactos diferenciados do modelo econômico sobre as mulheres, pois apresenta o papel das relações entre homens e mulheres como uma das bases da manutenção desta sociedade em conjunto com os sistemas coloniais que produziram e mantiveram outras formas de sustentação deste sistema econômico capitalista, que é o racismo.

Buscando a origem etimológica da palavra economia foi possível descobrir que essa diz respeito à arte de administrar o lugar, sendo *oiko*, a casa, o lugar e *nomia*, dirigida por regras, normas da casa. Assim a palavra economia seria a arte de administrar a casa, inclusive a arte de administrar as propriedades da terra e os recursos materiais (NOBRE, 2002).

Desta forma, poder-se-ia pensar que a economia deveria como ciência, considerar *a priori* o trabalho desenvolvido pelas mulheres como a base primeira para a construção de seus estudos nesta ciência, pois segundo Nobre (2002) o lugar de atuação das mulheres é na casa, com todas as tarefas de organização e cuidados de bens e serviços.

A Economia Feminista estuda, portanto, a história do pensamento econômico a partir da crítica à invisibilidade, tanto das tarefas na produção da riqueza quanto dos estudos sobre as mulheres, inclusive na recuperação das ideias de economistas silenciadas pela História e pela corrente dominante das ciências econômicas.

Ela possibilita, portanto, recuperando os sentidos originais da palavra economia, que se incorporem nas análises os dados sobre a produção de alimentos, no caso, a agricultura familiar, como também toda uma rede de atividades sociais, muitas das vezes em formatos tidos como informais, como atividades de comércio, serviços e o lado essencial do cuidado emocional e material, executados por mulheres.

Os estudos feministas trazem também as alterações nas práticas e teorias ao longo da sua história com a incorporação da diversidade de lutas das mulheres em todo o mundo, especialmente das mulheres negras estadunidenses, das indígenas e negras da América Latina e das outras mulheres do sul global, como as Africanase as Asiáticas.

Com a demonstração de que não existem homens e nem mulheres no genérico e sim, homens e mulheres classificados em gêneros, os estudos feministas trazem a possibilidade de novas referências na produção do conhecimento:

[...] é uma ruptura epistemológica, vindo perturbar a harmonia do saber – social, científico, político – caucionado pelo paradigma científico dominante, androcrático, ajudando a tirar o véu à neutralidade científica”. (CASIMIRO, 2004, p. 29).

Diagnosticar, melhor compreender e explicar a subordinação das mulheres, a hierarquização posta nas sociedades, as relações humanas em todos os espaços, públicos e privados, no local de moradia, no trabalho e no lazer, incluindo o amor e o prazer (MIES,

1989). Esse tem sido o grande objetivo do movimento feminista, especialmente após os anos 1960.

2.2. ASPECTOS DA HISTÓRIA DO FEMINISMO – RESISTÊNCIA DAS MULHERES

Mesmo que o estudo do feminismo não seja objetivo fundamental do trabalho é importante para a presente pesquisa, por isso faço uma breve apresentação e análise sobre tal conceito, focando sua história geral, tida como universal e algumas visões do feminismo no continente Africano, sob a ótica de pesquisadoras dessa região.

Neste trabalho, optei por priorizar os estudos das mulheres por elas mesmas, por considerar a história de ausências delas (PERROT, 1999) e também ausência das suas intelectuais.

O feminismo é um movimento social, político e filosófico que, questiona a opressão e exploração das mulheres nas sociedades, naturalizando e hierarquizando suas diferenças, o que leva a uma superioridade dos homens sobre as mulheres criando assim desigualdades entre estes. Trata-se de um movimento visto como um lugar de debates teóricos, de práticas interpretativas, de negociação e poder, por isso, um lugar político, lugar de diferenças geográficas, sexuais, étnicas, raciais, religiosas, econômicas e geracionais, onde confluem ideias de todas as regiões (SCHMIDT, 2004).

O conceito também pressupõe além de teorias e práticas, experiências subjetivas, por isso, tão complexa e polêmica sua existência. Segundo Mirian Nobre⁵⁴ (2003) “atua-se na autotransformação e para transformar as relações interpessoais ao mesmo tempo em que se luta por mudanças estruturais na sociedade, na economia e na cultura” (p.100).

Além disso, ele não representa somente um setor de mulheres, pois diz respeito a mulheres de várias origens, assim, Gregora (1993 apud. SANTOS, 2013 p.110) explica que “[...] o feminismo não é uma entidade concreta, nem um movimento unificado”. Sua definição parece difícil, tal a quantidade de agrupamentos e a diversidade de ideias, nele, envolvidas.

Representa, portanto, a resistência das mulheres contra uma sociedade opressora na qual todas teriam o mesmo destino: crescer, aprendendo com a mãe a arte de cuidar e

⁵⁴Mirian Nobre é uma brasileira, ativista feminista, ex-membra da coordenação internacional da Marcha Mundial de Mulheres.

administrar o lar, que é muito mais do que o espaço físico da casa, pois é o lugar do subjetivo, do bem-estar, da paz, do amor, da cumplicidade, do respeito e do cuidado. Esses valores, tidos como naturalmente das mulheres, é que seriam ensinados às filhas, já aos meninos, seriam ensinados valores contrários a esses.

A história do feminismo não é linear e, como já foi dito, não tem uma única versão, por isto, é possível dizer *feminismos*, apesar de muitas vezes a palavra ser utilizada no singular (AUAD, 2003).

Nos países do ocidente, Europa e norte da América, o movimento representou a busca pelo voto e acesso à educação, mas também a luta contra a exploração e a opressão no trabalho, além de participação nos sindicatos, e luta contra a opressão sofrida nas famílias operárias e também na primeira revolução socialista da antiga União Soviética (SOUZA-LOBO, 1991).

Segundo Souza-Lobo (1991), já na segunda metade do século XIX, enquanto mulheres liberais, particularmente nos Estados Unidos da América, lutavam por emancipação por meio dos direitos legais como votar, direito à propriedade e acesso à educação, as mulheres negras, como Sojourner Truth já trazia as bases para um feminismo negro, as operárias europeias socialistas lutavam por participação política e condições no trabalho. Se pensarmos que o feminismo é rebeldia de mulher, então muito antes do conceito a prática já existia.

O feminismo pode ser contado partindo de três grandes momentos: sendo o primeiro marcado pela segunda metade do século XIX, na luta por questões legais, como o voto, mas também a igualdade de direitos, como o direito à propriedade e às questões trabalhistas, igualmente, a participação de mulheres negras norte americanas, ex-escravizadas, bem como a atuação nos sindicatos e partidos políticos com suas bandeiras de luta, principalmente pelos congressos internacionais socialistas que muito influenciaram.

Um segundo momento seria a partir dos anos 60, com a luta pelo direito ao aborto e à contracepção e possibilitando como diz Casimiro (2004, p.29) “uma ruptura epistemológica nas ciências sociais e humanas”. O terceiro momento seguiria até os dias atuais, incorporando a maioria das questões anteriores, sendo que apenas o direito ao voto foi conquistado na maioria dos países do ocidente, nesse terceiro, de acordo com Casimiro (2004, p. 30) encontra-se o “feminismo crítico do terceiro mundo”.

Nesses três momentos estão presentes ideias de compreensão liberal e socialista na análise do mundo, é o feminismo liberal em contrapartida ao outro, o feminismo socialista, este inclusive estando nos marcos da origem do Dia Internacional da Mulher, o 08 de março.

As ativistas do feminismo socialista europeu denunciavam a discriminação que sofriam nos sindicatos por não terem suas lutas incluídas no rol das reivindicações operárias, pois até então, as questões tidas como especificamente das mulheres não eram levadas em conta, com a ideia de que, *a classe operária não tem sexo*, a urgência seria a destruição do capitalismo primeiro, para depois serem efetuadas as outras lutas. Somente no início do século XX, no III Congresso Internacional Socialista, em Moscou, várias teses sobre a questão das mulheres foram incorporadas às reivindicações operárias (SOUZA-LOBO, 1991).

Para as feministas socialistas, as desigualdades entre homens e mulheres se fundavam no acesso ao trabalho, sendo, pois, próprio da opressão no sistema capitalista e somente com uma revolução social a situação se resolveria, mas, para isso, as mulheres deveriam ter suas associações bem como seus departamentos nos partidos e sindicatos para organizarem sua luta de forma autônoma. A questão do protagonismo das mulheres em sua libertação é um tema que parece ter percorrido os anos e ainda se faz presente no mundo contemporâneo, ou seja, é essencial que elas construam suas lutas e de forma autônoma.

Já o chamado feminismo liberal chega ao século XX como um movimento centrado no reconhecimento de uma opressão específica da mulher, que era a sujeição da sua sexualidade à maternidade, o confinamento à esfera doméstica e falta de acesso à esfera pública e profissional (SOUZA-LOBO, 1991). Neste caso, todas as mulheres seriam oprimidas, o que para o feminismo socialista não se dá exatamente assim, afinal as mulheres trabalhadoras têm outra opressão e exploração que é a econômica, além da condição étnico-racial. A pauta do feminismo liberal segue até a década de 1960, tanto no continente americano quanto na Europa, sendo incorporada mais tarde por quase todos os feminismos.

O contexto do final dos anos 1960 influenciou bastante esse movimento, pois nesses anos com as mobilizações pelos direitos civis, pressionados e pressionando as revoltas de independências no continente Africano e as agitações estudantis europeias, possibilitaram ampliação da luta das mulheres. Isso permitiu que incorporassem as questões como o direito ao aborto e à contracepção, a discussão sobre o trabalho doméstico, as profissões subalternas e a estética imposta por uma sociedade patriarcal e racista, ressalta ainda Souza-Lobo (1991).

Discorrer sobre as origens do feminismo exige uma busca em alterar a lógica dos estudos científicos legitimados por uma história eurocêntrica, greco/judaico/cristã⁵⁵, masculina e branca, onde as mulheres no geral estão longe de serem as protagonistas.

Se para os estudos feministas construímos novas ferramentas, o mesmo exigiu-se para se pensar a mulher no plural, a mulher não branca, a mulher Africana em África e na diáspora, como também a mulher indígena e asiática, novas epistemologias para a incorporação de novos sujeitos. Assim surgiu o feminismo negro, um feminismo que obrigatoriamente se ocupasse também da mulher não branca, não europeia, não heterossexual, numa ideia de interseccionalidade.

Na perspectiva das feministas negras estadunidenses, mulheres escravizadas ou recém-libertas, da mesma maneira, mais tarde outras mulheres negras, questionam o feminismo neste período, por não ser capaz de incorporar as tantas outras dimensões da opressão e exploração sofrida pelas mulheres, dado que, além da luta contra o patriarcado tinham que lutar contra a escravidão, na maioria das vezes em uma conjuntura em que as mulheres não estavam – não estão - no mesmo lado, já que as brancas eram as senhoras e as negras, as escravizadas. Mulheres negras norte-americanas são protagonistas, então, de novas teorias sobre o feminismo, incluindo categorias de análise que as incorporam de forma transversal e interseccional.

Desde meados do século XIX até os dias atuais, várias foram as protagonistas desta história. Dentre tantas podemos citar: Sojourner Truth⁵⁶, Harriet Tubman, Alice Walker, Patricia Hill Collins, Bell Hooks, Angela Davis, todas ativistas feministas que além de fazerem crítica à opressão sofrida pelas mulheres também criticavam a sociedade capitalista, escravista e racista, atuando no espaço acadêmico e no espaço político.

⁵⁵ Termo utilizado por Vívian Matias dos Santos Albuquerque em “As origens do processo de marginalização das mulheres na ciência: uma análise das influências culturais nas teorias que legitimaram uma educação desigual entre os sexos” - Revista Emancipação, ano 2006.

⁵⁶ Sojourner Truth foi uma ex-escravizada que, no início do século XIX, tornou-se abolicionista e fez um discurso intitulado *Não sou eu uma mulher?* Com o título original *Ain't I A Woman?*, em uma convenção dos direitos da mulher, em Ohio nos Estados Unidos da América. A versão mais conhecida foi recolhida pela abolicionista e feminista branca Frances Gage e publicada em 1863, essa é a versão traduzida aqui a partir de diversas fontes online.

Para essas ativistas, a experiência da opressão é extremamente diversificada geográfica, histórica e culturalmente, portanto, com efeitos econômicos e sociais diferentes. Por este motivo, criando um embrião do feminismo negro, é relevante citar aqui o discurso de Sojourner Truth, em 1851, uma pregadora pentecostal, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres que, em uma Convenção dos Direitos da Mulher, falou para toda uma plateia sobre ser mulher negra ex-escravizada, diferenciando-se sobremaneira do conjunto das mulheres (brancas) que ali estavam, dizendo inclusive que todas juntas seriam fortes, mas o “todas” no sentido de incorporação das formas diferenciadas de todas as mulheres.

Para as ativistas do feminismo negro estadunidense a não incorporação das categorias de classe, raça e gênero como um aspecto que marca a diferença nas experiências das mulheres dificulta reconhecer a diversidade interna ao conjunto destas. As feministas negras têm, portanto, no mínimo uma dupla militância, interferir no movimento negro com questões do sexismo e no movimento feminista com as questões do racismo.

Nesse aspecto da história do movimento feminista, as mulheres negras brasileiras, também puderam contribuir em tornar visível a dinâmica das desigualdades com a interlocução de outras categorias de análise, como a raça e a classe, assim quebrando conceitos fundamentais ao pressuposto universalista.

As organizações de mulheres negras no Brasil atravessam o final do século XX juntando-se às outras mulheres negras, particularmente as estadunidenses, que foram as pioneiras, segundo Bairros (1995), em incorporar o tema das tantas diferenças nas experiências das mulheres, como também, as mulheres Africanas asiáticas influenciando o movimento feminista.

Na análise da contribuição das mulheres não brancas e não ocidentais, ao feminismo, Bell Hooks (1984 apud Bairros, 1995) critica as raízes individualistas do feminismo ocidental, como também a dissociação entre produção intelectual e experiência pessoal. Bell Hooks utiliza as próprias experiências para aproximar-se da realidade de outras mulheres como ponto de partida para o que ela chama de “conectar politização e transformação da consciência” em uma atividade militante, o que parece ser uma das características do feminismo negro, pois pressupõe um ativismo.

Nesse sentido é importante citar o que diz Hooks (1984):

Eu estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na construção da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa. Apesar de criticar aspectos do movimento feminista como o conhecemos até agora, uma crítica que às vezes é dura e implacável, faço-o não em uma tentativa de diminuir a luta feminista, mas para enriquecer, para compartilhar o trabalho de fazer uma ideologia libertadora e um movimento libertador (HOOKS, 1984 apud SILVA, 2014, p.72).

As autoras apontam que as mulheres negras, não tendo sido socializadas para assumirem o papel de exploradora ou opressora, diferentemente de mulheres brancas e dos homens, tanto os brancos quanto os negros, para as mulheres negras faz uma grande diferença na luta contra o racismo e o sexismo, possibilitando assim a criação de um conhecimento contra-hegemônico, pois obriga todo feminismo a uma luta maior que seria a luta anticapitalista.

Bell Hooks (1995) observou ainda que o feminismo negro acrescenta um caráter emancipatório à luta, pois “num contexto social capitalista de supremacia patriarcal, branca, heteronormativo, nenhuma mulher negra pode se tornar uma intelectual sem descolonizar a mente (p.474)”. E, nestas questões, tanto as mulheres negras americanas, como as brasileiras e Africanas juntam-se, pois passaram pela experiência da colonização e vivem em realidades de opressão e exploração racial, patriarcal e classista, portanto é relevante considerar o que diz Santos (2013):

[...] a construção de uma identidade coletiva na qual se forma o movimento de mulheres negras latino-americanas e caribenhas, *a priori*, advém de três fatores; o primeiro: a luta contra o racismo, isto é, a discriminação pelo fato de serem mulheres negras. O segundo: a luta contra o machismo, isto é, pelo fato de serem mulheres, e o terceiro e último: por pertencerem a um continente historicamente colonizado e com escravização de povos Africanos pelos povos europeus. (SANTOS, 2013, p.112).

É importante ressaltar que o patriarcado não é apenas ideologia, mas uma estrutura de poder, fundada na supremacia masculina. Como indica o próprio nome, ordena e hierarquiza a sociedade para que os homens exerçam o controle sociopolítico e econômico. Obviamente, a maior parte dos homens está sujeito à dominação-exploração de outros. Todavia, na relação de gênero, a categoria social de homens detém extraordinário poder face à categoria social de mulheres, não obstante a heterogeneidade de ambas as categorias.

Na mesma direção, Saffioti (1987) afirma que a nossa sociedade comporta as três fundamentais contradições, que são: a de gênero, a de raça e etnia e a de classe. Segundo a

autora “ao longo da história do patriarcado, este foi se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam na sua plenitude, as classes sociais (p. 73)”.

Diante disto é que defendo aqui um feminismo que dê conta do conjunto das mulheres, por isso, um feminismo interseccional que incorpore a capacidade libertadora do feminismo das mulheres negras, possibilitando aportes que além de questionar a produção do conhecimento como um processo apenas racional, que sugere uma verdade pura e universal, também integre a dimensão subjetiva na busca de que o conhecimento pode ser apropriado e verificado identicamente no privado das emoções, nos sonhos e nos corpos; da mesma forma, sirva de ferramenta à transformação coletiva e individual desta vida violenta e desigual.

2.2.1. Mulheres e o Feminismo na África

É comum ouvirmos que as mulheres na África carregam o continente nas costas, eu digo que carregam o continente na cabeça, pois carregam a água, a lenha e os produtos para a comercialização, internamente em cada país, como também os produtos de outros países, incluindo as mercadorias de outros continentes, como os importados/doados da Europa, especialmente vestuário, mas também carregam ideias de como organizar e gerir a vida em suas sociedades. Entretanto, o que não é comum, é a ideia de que essas mulheres como as outras, em quaisquer partes do mundo, também resistem e se organizam em movimentos nacionais e internacionais.

Nesse sentido, é importante esclarecer que o feminismo atravessa os mares, não só o Atlântico, do mesmo modo, o Mediterrâneo, o Pacífico e o Índico para encontrar suas iguais, na luta contra um passado colonial e patriarcal.

No continente Africano, o feminismo é formado historicamente de quatro frentes, que são: do movimento endógeno de mulheres; da resistência anticolonial; como produto direto do movimento de libertação nacional e como resultado do grupo de mulheres profissionais, que estudaram nas Universidades tanto no continente, quanto no exterior, notadamente na Europa. Entre algumas correntes feministas, estão o feminismo liberal, o radical, o socialista, além do feminismo negro e do endógeno, em regiões Africanas (CASIMIRO, 2004).

A respeito do movimento endógeno, Amadiume (1997 apud CASIMIRO, 2014) diz que esta desenvolveu um argumento sobre a sua força e a vitalidade deste movimento endógeno de mulheres, no período anterior e posterior à colonização e à islamização do continente. Esta considera que há uma grande contribuição que as mulheres Áfricanas fizeram para a história mundial e para a civilização, que é o matriarcado (do qual já falei anteriormente) como uma base social e ideológica fundamental na qual assentavam o parentesco Africano e os sistemas sociais e morais mais vastos.

O feminismo no continente Africano parece ser uma prática silenciosa com suas múltiplas formas de contestação que o ocidente desconhece apesar da não identificação do termo feminismo, como informa Nfha-Abbenyi:

[...] quando as mulheres Áfricanas recusam o rótulo de feminista, não é porque elas não querem simplesmente estar ao lado das outras feministas, mas sim porque elas creem que o termo em si não é suficiente para descrever as suas experiências e a natureza de suas opressões. (NFHA- ABBENYI, 2007 apud SILVA, 2014, p. 70).

Algumas intelectuais Áfricanas concordando com Nfha-Abbenyi, também advogam que, apesar da dificuldade em identificar movimentos feministas no continente Africano, eles existem. Mesmo com a aparente ideia de que a movimentação feminista ocidental, dos anos 1960 e 1970, não tenha impactado o continente, sabe-se que a partir desses anos, intelectuais Áfricanas decidem por mudanças nas regras sociais e transmitindo de boca a boca, o provérbio *Um leão não precisa rugir para manter a multidão aterrorizada*. Nesse período também passaram a criar alternativas variadas de contestação, conquistando pouco a pouco a sua independência, por meio de uma luta em grande parte invisível (FALL, 2009).

Assim, foi na independência econômica as maiores vitórias das mulheres, com redes sociais de comércio e controle dos mercados e com isso convenciam governos para a mudança da legislação da família; este foi o caso de regiões na África ocidental e central.

Também há que se considerar o destaque das mulheres na vida acadêmica, pois em 1979, escritoras como Mariana Bá⁵⁷ chamam a atenção do continente com suas obras sobre a situação das mulheres. E, no final da década de 1990, um conjunto de intelectuais contextualiza e teoriza os chamados feminismos, com atuação também de uma nova geração

⁵⁷ Marianna Bá, Uma carta tão extensa (original: Une si longue lettre), editora Le Serpent à Plumes, 1979.

de jovens mulheres que, por meio da produção artística, segue resistindo à opressão de gênero e racial. São mulheres escritoras e acadêmicas de várias partes do continente:

Ao explorar questões relacionadas com a raça, o gênero, a violência doméstica ou psicológica, o poder, o território, o pós-colonialismo e a democracia, as suas obras têm abarcado uma ampla série de temas e preocupações contemporâneos. Esta geração comprometida levantou questões acerca da oposição masculino/feminino, submissão/controle, tradição/modernidade, local/global. Aceitaram o desafio de questionar a sua sociedade – o modo como se adaptam a ela, enquanto mulheres, e se relacionam com o mundo, enquanto Africanas. (FALL, 2009, p. 3).

Ainda segundo N’Goné Fall⁵⁸, apesar de:

[...] nascer mulher em África ser uma desvantagem e nem sempre ser fácil identificar os movimentos feministas no continente, isto não significa que não os tenha havido ou que não haja, pois nem sempre a tranquilidade significa submissão; nem sempre o silêncio equivale à aprovação.

Um desafio para o feminismo na África é a vinculação do seu estudo às pesquisas de libertação nacional e na filiação a um campo internacional de estudos feministas (MAMA, 2010). Para esta autora, “a tradição dos estudos acadêmicos na África sempre rejeitou o pressuposto liberal que privilegia o não envolvimento e o distanciamento em relação ao contexto social” (p. 606), talvez seja esta, uma dificuldade para com os estudos feministas na África, por causa do próprio termo no continente.

É necessário considerar que, de uma forma dicotômica, as mulheres, no ocidente, tem sido consideradas universalmente liberadas, gozando de igualdade, que controlam seus próprios corpos e sexualidade e lutam contra os homens, enquanto que as mulheres não ocidentais são consideradas vivendo na obscuridade das tradições, universalmente vítimas da violência masculina e agredidas sexualmente. Desta forma, a palavra feminismo tem sido vista como alheia às características distintas no continente Africano.

Igualmente para Adichie (2014), na Nigéria, a palavra feminismo, é carregada por estereótipos, tem um peso negativo, com ideias de que a feminista odeia os homens, odeia a cultura Africana, achando inclusive, que as mulheres devem mandar nos homens.

⁵⁸ N’Goné Fall, Criando um espaço de liberdade: mulheres artistas de África, 2009. <http://www.artÁfrica.info/novos-pdfs/artigo_16-pt.pdf>. Acesso: setembro de 2015.

Diante disso, a tentativa de pensar o feminismo de uma forma ampla, não universal, incorporando os contextos econômicos, sociais e políticos onde vivem as mulheres, pode ajudar a melhor interpretar estas realidades sociais. A experiência das mulheres, em sua vida cotidiana, talvez seja a contribuição do chamado feminismo negro da diáspora, mas também das feministas nas várias regiões Africanas. Com o desenvolvimento de suas teorias passam a ter o comprometimento, não apenas com o conhecimento da realidade, porém, fundamentalmente com a sua transformação.

2.2.2. Mulheres e o Feminismo em Moçambique

A situação da mulher em Moçambique passa por condições semelhantes às de mulheres empobrecidas, pertencentes ao chamado terceiro mundo, isto é, extensa jornada de trabalho, incluindo o cuidado com a alimentação, saúde e educação dos filhos e por vezes das outras pessoas, como cônjuge, irmãos, sobrinhos, mães e pais e etc. Além de uma aparente falta de autonomia para decidir sobre o seu corpo, sua sexualidade, falta de escolarização e informação sobre os seus direitos e de situações de vulnerabilidade econômica ampliada por questões de pouco acesso à saúde, como as provenientes da contaminação das doenças sexualmente transmitidas, como AIDS, por exemplo.

Porém, conforme é apresentada nesse trabalho, a situação das mulheres moçambicanas é também de muita resistência social, incluindo um *tipo* de poder, por causa da sua importância nesta sociedade, conseguindo inclusive driblar as adversidades dos vários períodos pelos quais esse país passou, como o colonial, com a introdução do trabalho assalariado forçado, em um dever, passando a ser obrigatório quando não havia apresentação voluntária, o chamado *chibalo*⁵⁹.

Nesse sentido é importante considerar que:

Apesar da lei colonialista do trabalho ter sido direcionada aos homens, mulheres também eram recrutadas para o trabalho em roças de particulares ou do Estado colonial, na abertura de estradas e trabalhos domésticos, como forma de pagamento das dívidas de seus parentes masculinos. Esta era a justificativa apresentada pela administração para este irregular recrutamento de mão-de-obra, embora muitas vezes a acusação de dívidas fosse um caso mais de conveniência, do que de situações reais. Esta mesma divisão de

⁵⁹ Refere-se ao trabalho forçado durante a dominação colonial portuguesa, nesse caso, trabalho assalariado obrigatório.

gênero imbricada com questões raciais também se refletiu no sistema educacional (SANTANA, 2006, p. 25).

Santana (2006) ressalta algumas das formas resistentes das mulheres no período colonial, como uma greve vitoriosa das algodozeiras, por meio da qual conseguiram a isenção desse trabalho para mulheres grávidas e mães com crianças até quatro anos de idade; cita ainda, o papel desempenhado, por elas, na construção de casas, como o papel de juíza nos tribunais populares:

Esse cargo foi assumido por elas, mediante processo eletivo e tratou-se de um lugar de prestígio, uma vez que, esse papel segundo o modo de organização social ancestral cabia aos homens mais velhos e/ou chefes de linhagens, e durante a colonização aos régulos das aldeias. Desse modo, esse era um novo espaço de poder para as mulheres. Maria Luisa Fernando Moiana, eleita juíza pelo operariado da fábrica de confecções Ninita, em Maputo, em sua entrevista a Tempo afirmou que através dessa atividade ela podia tomar decisões para resolver os problemas da população e orientar os juizes de formação acadêmica, que por vezes, se mostravam inexperientes na resolução de certos casos que exigiam o conhecimento da cultura local. (SANTANA, 2006, p. 110).

Ainda segundo Santana (2006), mais de 30 mulheres foram eleitas como juízas nos tribunais populares em Nampula. O aprendizado nessa experiência profissional atenderia ao primeiro objetivo do movimento político pela independência, que se definiu como:

[...] um movimento social que procura reconstruir uma nova ordem na sociedade, mudar seu corpo dirigente e sistema político. A proposta do movimento incluía não somente a conquista da independência, mas também a construção de um governo Africano, descolonizado, popular, democrático e socialista. A prioridade no primeiro governo após a independência era a construção de uma nova sociedade, tarefa a ser assumida por toda população moçambicana [...] (SANTANA, 2006, p. 74).

Portanto, além da participação enquanto estudantes da zona urbana⁶⁰, na criação de um exército feminino⁶¹, sendo iniciativa das próprias mulheres a solicitação para o treino militar.

Casimiro (2004) também testemunhou que a participação das mulheres, no combate à exploração e opressão colonial, partiu da necessidade de atuação comunitária delas para

⁶⁰ Estudantes das cidades de Maputo e Xai-Xai que atuavam no Núcleo dos Estudantes Africanos de Moçambique- NESAM, de onde saíram lideranças que vieram os primeiros quadros da Frelimo. Santana (2006, p. 75).

⁶¹ Criando o primeiro Destacamento Feminino na década de 1960. Ver Casimiro (2004).

mudança dos rumos da sociedade em que viviam. Também, conforme ressalta Hampâté Bâ (2003) esta é uma das características das estruturas sociais no continente Africano, o sentido comunitário e acrescento que as mulheres são as protagonistas dessas características na resolução das suas próprias necessidades e de suas famílias.

Segundo Amadiume (1997 apud CASIMIRO, 2014, p. 87) esse protagonismo que as mulheres Africanas ao longo da história lutam para manter como um movimento social de formato comunitário e autônomo nunca é estudado e:

[...] que envolve outro conceito de poder, que apenas pretendem defender e manter a sua autonomia. Esta parece ter sido a característica central, dos movimentos de mulheres endógenos em África. O que implica que tradicionalmente as mulheres tivessem tido organizações autónomas, estruturas ou sistemas de autogoverno que precisavam defender. As suas histórias estão, portanto, repletas de experiências de lutas contra processos que tendiam para uma gradual perda desta tradição. (AMADIUME, 1997 apud CASIMIRO, 2015, p. 87)

Essas organizações referidas por AMADIUME no livro *Reinventing África: Matriarchy, Religion, Culture*, citadas por CASIMIRO (2014, p. 86), eram no entorno dos mercados, o que lhes possibilitava controle deles, por ser a espinha dorsal da economia de subsistência que garantia a sua autonomia, motivo pelos quais as mulheres sempre lutaram em África. Ifi Amadiume (1997) explica ainda que o poder tradicional das mulheres Africanas centra-se em três fatores fundamentais, considerados os mais importantes recursos que as mulheres se organizavam para controlar e manter: a economia de subsistência e do mercado; o autogoverno; e a sua própria religião e a cultura. Assim para a autora, essas são sociedades matriarcais, pois era um sistema alternativo, um meio de empoderamento institucional e ideológico das mulheres.

Casimiro (2014) ainda ressalta que as mulheres no continente continuam com várias das formas de organizações tradicionais, tanto no espaço rural quanto no urbano, que mesmo transformados seguem como base de apoio para elas e sua comunidade.

A seguir destaco algumas destas organizações tradicionais existentes em toda Moçambique, em que se exerce o trabalho em conjunto como resposta a uma necessidade:

- *Tsima, Cofunana e Kuthekela* – envolvendo trabalhos agrícolas, construção de casas ou de celeiros ao agregado familiar que o solicitou, tendo como compensação oferta duma refeição ou em troca de produtos alimentares;
 - *Tsone e Mbelelo* - trabalho em conjunto como resposta a cheias, infestações (ratazanas e gafanhotos) e, secas;
 - *Vamaseve, Vamalume, Vaswali* - característica do meio urbano, proporcionando cuidados das crianças, consolo, informação, dinheiro e, às vezes, trabalho a curto e a longo termo, realizado por vizinhos, amigos e colegas de serviço; melhor posicionados ou mais velhos, conhecido como parentesco fictício;
 - *Xitique* – sistema de poupança mensal em dinheiro ou outros bens, utilizado hoje com maior frequência no meio urbano por mulheres, constituindo o maior suporte do sector informal da economia. Por mês ou semanalmente, e de forma rotativa, cada membro do grupo recebe a totalidade;
- Mukhosi wa mina* – Solidariedade entre amigas como suporte e solução dos problemas das mulheres, cultivada por duas adolescentes até à idade adulta. Apoiam-se em momentos de tristeza e alegria e cuidam dos filhos de ambas. Característica de meio urbano. (LUNDIN, 1991 apud, CASIMIRO, 2014, p.219).

Essas organizações, que existiam antes do período colonial, dentro dos grupos domésticos ou familiares, desempenharam um importante papel na coesão das comunidades, na construção social de identidades e na reprodução e recriação de determinados modos de vida, em várias regiões. Algumas destas instituições conseguiram serem recriadas após a independência com o surgimento da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), União Geral das Cooperativas (UGC) e o Fórum Mulher. Isso será apresentado a seguir.

2.2.2.1. As organizações de/com mulheres em Moçambique

Moçambique passou por uma grande desestabilização econômica e social, na década de 1980, causada pela guerra de independência seguida pela guerra civil de 16 anos, obrigando o país a aceitar a imposição do programa de ajustamento estrutural (PRE - Programa de Reabilitação Econômica). Esse foi um período de ampliação do modelo de desenvolvimento neoliberal, para todo o chamado sul global, como uma condição do Fundo Monetário Internacional - FMI e do BANCO MUNDIAL para a *ajuda* externa, econômica e social.

Portanto, Moçambique como em vários países subsaariano na passagem para o neoliberalismo com as suas exigências de mercado e de redução da presença do Estado com o seu viés de *Bem Estar Social*, viu-se tendo que retirar o que ainda não estava estabelecido, ou

seja, a sociedade moçambicana passou de um estágio colonial agrícola diretamente para uma sociedade de mercado sem Estado. Essa mudança foi para suportar as necessidades de sua população, tais como: saúde, educação, moradia, transporte coletivo, condições essenciais para criação de postos de trabalho com salários que permitisse suprir esta ausência de um *Estado Mínimo*, agora neoliberal de suporte ao livre mercado em que *apenas os fortes e bem preparados sobrevivem*, sob a égide da pseudo livre-iniciativa.

Como uma das exigências para a implantação do neoliberalismo é o enfraquecimento e redução do Estado, fez-se necessário a criação de organizações não governamentais – ONGs, como forma de suprir sua ausência no oferecimento das demandas sociais reprimidas da população empobrecida. Essas instituições orientadas por agências internacionais citadas anteriormente, passam a integrar os contemporâneos movimentos sociais em quase todo o mundo, atesta Casimiro (2004).

A criação e o crescimento das ONG's na África Subsaariana, está ligada a mudanças sociais que ocorreram com a ascendência de políticas neoliberais no Ocidente. O projecto neoliberal baseia-se no desmantelamento do Estado de bem-estar social redistributivo, a favor duma instituição regulatória, que promova as forças do mercado, e estabeleça a oportunidade para os indivíduos criarem o seu próprio futuro. Tendo sido iniciadas e difundidas a partir do Ocidente, estas políticas ganharam bases nos países da periferia, onde encontraram expressão numa aproximação dupla: os programas de ajustamento estrutural do FMI e do BM, e a sua tentativa de promover a reforma do mercado e reduzir a intervenção social (CASIMIRO, 2004, p.125).

Nesta conjuntura constatamos o surgimento do Fórum Mulher, porém cabe destacar que tanto a OMM quanto a UGC mantêm-se fora dos novos padrões de criação dessas ONGs, como instituições nos moldes das sociedades tradicionais com ideias próprias das suas sociedades Africanas.

A existência dessas ONGs, no sul global, em particular em países Africanos tem levantado um grande debate acerca do seu papel, conforme exposto por Isabel Casimiro (2004), ativista feminista e intelectual moçambicana, estudiosa dessas organizações em seu país.

A criação das ONGs em Moçambique deu-se a partir de meados dos anos 1980, ampliando-se na década de 1990 após a aprovação da constituição federal que garantiu o direito à livre associação. Isabel Casimiro (2004) ainda informa que o avanço na luta das

mulheres trouxe a necessidade de criação de uma organização que envolvesse todas as mulheres que participavam da luta de independência e a OMM, fez esse papel de aglutinar essas mulheres.

A seguir, apresentarei o quadro de algumas dessas organizações, que têm levado à frente o movimento com mulheres nesse país após a independência, nomeadamente a OMM, a UGC, o Fórum Mulher e mais recentemente, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), mesmo que todas essas organizações, não se identifiquem como sendo organizações de mulheres, no caso, a UGC, é uma organização com mulheres.

a) Organização das Mulheres Moçambicanas - OMM

A OMM foi criada em 1973, dois anos antes da independência, pelas mulheres guerrilheiras dos Destacamentos Femininos. Os estudos sobre a participação das mulheres neste país dão conta de que o movimento delas nas lutas contra o colonialismo e também na construção do novo Moçambique era o ponto central para os revolucionários do partido, a FRELIMO⁶², provavelmente pela sua tradicional história de vida comunitária.

Entretanto, apesar dos avanços conseguidos pela emancipação da mulher, a FRELIMO, que tinha como referência o movimento comunista internacional, considerou que a sua emancipação só seria possível pela participação na produção social, não cuidando da esfera doméstica, do trabalho invisível da mulher. Esse foi um dos pontos cruciais da questão feminina, que continuou a ser vista apenas como o elemento unificador da família, célula base da sociedade, como mulher dona de casa, educadora das novas gerações, garantindo um lar harmonioso. Sendo assim, não se considerava as contradições que a dupla jornada trazia para as mulheres que trabalhavam fora de casa (CASIMIRO, 2014).

Igualmente, a FRELIMO, diferentemente do que era o entendimento nos anos 1960, por partidos da esquerda, socialistas ou comunistas, no mundo inteiro, entendeu que a libertação da mulher deveria ocorrer simultaneamente com a libertação de toda a sociedade, o que pareceu mais progressista - ainda que em teoria -, pois uma das críticas fundamentais do

⁶² Nesta tese quando utilizo FRELIMO em caixa alta, faço referência à organização revolucionária que organizou a luta contra a colonização. E, em letras minúsculas, quando me refiro ao partido que governa o país após a independência.

movimento feminista, saído dos diversos movimentos e partidos de esquerda, foi o fato de se ter assumido na teoria e na prática que a revolução das mulheres podia esperar.

Em meio ao exposto, a OMM, existente em todo país, permanece sendo a única instituição que se mantém desde a luta armada até o presente, mesmo que de forma incipiente, passando por todas as fases e transição pelas quais o país atravessou, cumprindo suas tarefas de acordo com as mudanças econômicas e ideológicas que foram ocorrendo. Trata-se de uma organização do partido com objetivo de unir e integrar as mulheres moçambicanas na vida política, econômica e social.

Dentre a linha política ideológica das ações efetuadas pela OMM, é possível constatar a presença de uma política entremeada pela orientação socialista, baseada na ideia de que a opressão da mulher se baseava somente em sua posição econômica – por isso, o empenho para a criação das cooperativas -, assim como em uma política de desenvolvimento de bem-estar social, com o objetivo de integrar a mulher no desenvolvimento. Essa política tinha como foco o papel reprodutivo da mulher com acesso a informações de economia doméstica e planejamento familiar:

As mulheres eram vistas como um recurso, cuidadoras e fornecedoras de serviços sociais. Apoiada numa tradição liberal, esta visão procurava uma maior equidade entre mulheres e homens, sem que se alterassem os estereótipos, as relações de género e de poder, o acesso e controlo de recursos e a ideologia (CASIMIRO, 2014, p. 89).

Portanto, nesta perspectiva, a atuação das mulheres na produção econômica e a criação do trabalho coletivo, em cooperativa passaram a ser o caminho para a emancipação delas e um tipo de experiência que poderia atender os objetivos iniciais da revolução. Assim, a OMM mobilizou as cooperativas convidando as mulheres desempregadas e viúvas para ocupar-se nesse trabalho, contribuindo desta forma com possíveis ideias do *homem novo* que uma Moçambique socialista precisaria. A União Geral das Cooperativas, a UGC foi criada mais tarde para agregar e coordenar essas cooperativas do sul do país.

As duas organizações, tanto a OMM quanto a UGC, são de caráter endógeno, fruto de necessidades concretas sentidas pelo movimento revolucionário e pelas próprias mulheres, diferentemente das organizações que foram criadas nos programas de ajuda internacional.

b) União Geral das Cooperativas Agropecuárias - UGC

Esta organização a UGC, não se considera uma organização de mulheres, apesar dos 98% de seus participantes serem elas. A instituição nasceu a partir das cooperativas nas zonas verdes no cinturão peri-urbano das cidades na Província de Maputo; nasceu como cooperativa de serviços e estrutura de apoio, de formação e de extensão e também de captação de recursos financeiros (donativos) para as cooperativas agrárias da grande Maputo.

Alguns donativos vieram de agências internacionais de apoio como a ICO (Holanda), EZE (organização evangélica alemã), Terre des Hommes (Suíça), OXFAM (EUA), IEPALA (Espanha), apoios estes que foram recusados quando a contrapartida implicava em alteração da linha política e programa das organizações (Sr. Ricardo, comunicação pessoal, 2013).

Estas cooperativas de produção agrícola e pecuária são criadas através dos Gabinetes Dinamizadores - um organismo de governo -, e da Organização das Mulheres Moçambicanas - OMM, dando origem depois à União Geral das Cooperativas - UGC. Elas são parte da ação política do partido Frelimo e do governo federal com a finalidade de construção do novo país, que teve nas mulheres um grande apoio, tanto nas frentes de luta, como nas políticas estratégicas para sua reconstrução.

Nesse ponto é importante levar em conta o que disse Samora Machel (1976): [...] “as mulheres não mediram esforços trabalhando nas fábricas, plantações, hospitais e escolas e, principalmente nas frentes de batalhas, às vezes em lutas internacionalistas⁶³”.

Com o crescimento industrial, nos anos 1950, a região de Maputo foi o destino de várias mulheres por causa das dificuldades de permanência no campo, as migrações deixaram de ser um fenômeno que até então era masculino. Devido às alterações na conformação familiar, seja por viuvez ou por separação, não existindo mais este vínculo marital, as mulheres partem em busca de trabalho na cidade. Este movimento é quase exclusivo de mulheres, pois os homens trabalhavam nas funções públicas, alguns continuavam emigrando para países vizinhos, como a África do Sul e outros homens eram combatentes, sem conhecimento de trabalho produtivo de bens e mercadorias, conforme atesta Santana (2006).

⁶³ Discurso do presidente Samora Machel, durante a abertura da II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana, em 1976. Isabel Casimiro informa que o presidente Samora, esteve presente neste período, nas várias Conferências da Mulher, inclusive na IV Conferência, ocorrida em 1984, este foi o presidente do evento.

A ausência da população masculina era muito comum no sul do país e isto se devia ao trabalho migratório dos maridos para as minas da África do Sul. Isto ocasionou à existência de povoados constituídos em sua maioria por velhos, crianças e mulheres que assumiam o papel de chefes de família [...] (SANTANA, 2006, p.31).

A criação das cooperativas da UGC, entendida pelo Estado Moçambicano como o motor da transformação do país, de uma economia capitalista para uma economia socialista (GUILENGUE, 2013) ⁶⁴, traz as ideias de socialização dos meios de produção e um dos caminhos para a emancipação da mulher, tendo no cooperativismo um destes objetivos, afinal historicamente o trabalho na agricultura é de predominância das mulheres, cumprindo grande dimensão na economia e nos laços comunitários para sua subsistência e autonomia:

A agricultura era a base de sustentação do novo plano da economia nacional e a maior fonte de rendimentos do país onde se concentrava uma considerável força de trabalho. Para o governo, o aumento da produção e da produtividade nesse setor era uma prioridade e isto seria possibilitado através da mecanização do campo e da adoção do trabalho coletivo que consistia na participação do trabalho nas machambas do Estado, formação de cooperativas e as aldeias comunais (SANTANA, 2005, p. 99).

As cooperativas das Zonas Verdes atuaram como espaços de poder para as mulheres. Na análise de Loforte (2003), a adesão ao programa possibilitou às mulheres desta região da Província de Maputo acender com uma série de benefícios de grande contribuição para as despesas familiares, especialmente as chefiadas por mulheres. Eram por meio das cooperativas que as associadas tinham acesso a tecidos, gêneros alimentícios, sapatilhas, mantas, creches, alfabetização e refeitório comunitário. Essa participação trouxe considerável impacto na vida dessas mulheres, sobretudo por ter possibilitado o acesso delas à posse de terra, onde passaram a trabalhar como cooperativistas e não como esposas (SANTANA, 2006).

Estas organizações chegaram a alcançar toda uma cadeia econômica, desde a produção e comercialização de sementes e inseticidas dos/para os produtos agrícolas, como hortaliça e outros vegetais e produção frutífera, além da criação e comercialização de animal (aves e porcos), como também a produção de ração animal, oferecendo ainda consultoria às suas cooperativas na parte contábil e no financiamento de crédito (SILVA, 2005).

⁶⁴ Comunicação pessoal com Fredson Guilengue, assessor da União Nacional de Camponeses de Moçambique e Fundacion Rosa Luxemburgo, com sede em Johannesburgo, na África do Sul.

Silva (2005) destaca o papel da UGC no oferecimento de serviços ligados à seguridade social e saúde e à educação, como a criação dos centros de educação infantil (creches), centros de alfabetização, centros de educação, básico e médio e formação técnica. Também sobre a atuação das cooperativas, Santana (2006) esclarece que:

Em decorrência da falta de comida nos centros urbanos, o objetivo dessas cooperativas era “produzir para matar a fome” de muitas famílias que estavam desprovidas de emprego e terras nas cidades e, fornecer produtos para a venda no mercado interno. Além disso, os associados teriam direito a benefícios, como aquisição de roupas, gêneros de primeiras necessidades e alfabetização (SANTANA, 2006, p. 138).

No início, alguns homens não acreditaram no sucesso das cooperativas, também por isto não participaram, outros se envolveram e quando viram os primeiros sinais positivos, quiseram assumir a direção, mas as mulheres não permitiram e a maioria deles acabou desistindo (SCHIAVINOTTO, 2002).

A participação das mulheres nestas organizações, no sul do país, serviu também para ampliação do seu acesso à vida política, como destaca Santana (2006). Algumas chegaram a exercer cargos de lideranças, participar em órgãos de decisão, assumir a presidência de cooperativas e ser representantes no governo (Gabinete de Zonas Verdes). A partir dessa iniciativa, as mulheres desenvolveram uma grande rede de cooperativas que acabou por se desvincular da assistência do Estado e da OMM e teria sobrevivido frente às dificuldades econômicas pela qual passou o país nestes mais de 35 anos. Com o desempenho, as cooperativistas também atraíram notabilidade pública e investimentos por parte de órgãos internacionais.

Para Sr. Ricardo⁶⁵, os objetivos deste cooperativismo foram alcançados, pois *ocupou* as mulheres que no início dos anos 1980 eram viúvas ou desempregadas, possibilitando-lhes que, com a atribuição de terras do cinturão verde da província de Maputo, produzissem o seu sustento e o da sua família. “A UGC representou o que as mulheres cooperativistas precisavam que era a ocupação, subsistência e uma coordenação que foi a criação da UGC, dando-lhes voz”.

⁶⁵ Comunicação pessoal do Sr. Ricardo, o presidente da CPC, meu primeiro contato com as mulheres da Machava. Entrevista realizada por mim, em 2013.

Para Ferguson (2013), as cooperativas da UGC, passaram por importantes desafios que foram: a transição do país para uma economia de livre mercado, quando o apoio financeiro cessou e os fundos existentes eram insuficientes para servir todas as atividades das cooperativas. O segundo momento foram as inundações na região, que destruiu várias das instalações da UGC. O terceiro foi a morte do seu grande benfeitor, o padre Prosperino Gallipoli, um camponês italiano católico falecido em 2004.

Casimiro (2014) ressalta que a UGC, conseguiu atender aos objetivos tanto da Frelimo quanto da OMM em relação à libertação da mulher, partindo de situações concretas de mulheres do povo respondendo as suas necessidades, pois parte da vida produtiva dessas mulheres é passada fora da instituição familiar, tomando decisões e gerindo suas organizações, privilégio que antes era dos homens, apesar dessas mulheres não se identificarem conscientemente como feministas.

A União Geral das Cooperativas acaba por ser, numa forma organizada, uma das poucas vozes que contraria o discurso oficial da Frelimo e da OMM, pela defesa de uma visão que busca as suas origens na realidade moçambicana e Africana, baseadas na unidade produtiva Africana, e na articulação da defesa da posição econômica tradicional da mulher, com a luta por uma nova identidade de gênero. (CASIMIRO, 2014. p. 330).

c) Fórum Mulher

O Fórum Mulher - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento é uma organização agregadora de todas as outras organizações governamentais e Não governamentais. Foi criado no início da década de 1990 por iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e *UNICEF*, dentro do Programa Mulher no Desenvolvimento com participação de agências internacionais como o Banco Mundial, algumas norte americanas, a USAID (Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional) e europeia, a *DANIDA* (Agência Governamental Dinamarquesa para o Desenvolvimento).

Inicialmente foi criado como uma rede de organizações com o objetivo de lutar pelos direitos da mulher, hoje se formalizou como uma organização Não governamental com participação de ONGs nacionais e internacionais, sindicatos de trabalhadores da cidade e do campo, sindicato empresarial, partidos políticos, ministérios do governo, igrejas, instituições

jurídicas e de direitos humanos. Hoje, o Fórum Mulher tem sede própria, porém iniciou-se na sede da OMM.

Constatamos que todos os debates de interesse públicos que dizem respeito à vida das mulheres tiveram e têm a participação oficial desta organização, incluindo o debate da Dívida Externa; as políticas de ajustamento estrutural; a campanha contra as minas; a questão da terra, como o Prosavana⁶⁶; a revisão da Lei do trabalho; a discussão sobre Estatuto da Família, a revisão do código penal, dentre outros.

A exceção da OMM e da UGC, o Fórum Mulher e todas as outras organizações que dele fazem parte, beneficiaram-se da onda neoliberal de orientação de um tipo de desenvolvimento para uma sociedade de livre mercado, o que, segundo minha pesquisa de campo, interferiu sobremaneira na atuação das cooperativas da UGC. Porém é o Fórum Mulher o grande articulador da contemporânea atuação das mulheres no país.

O 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial de Mulheres ocorrido em 2013, no Brasil, transferiu para Moçambique a partir do ano de 2014, a direção do secretariado internacional, identificando, legitimando, portanto, a luta das mulheres desde país.

A Marcha Mundial de Mulheres é uma organização internacional, iniciada como uma mobilização de mulheres contra a violência contra a mulher e a pobreza. A iniciativa partiu de mulheres no Canadá no final da década de 1990, para que no ano 2000, marchássemos todas nós, mulheres, pelas mesmas bandeiras de luta, assim foi feito e decidimos continuar em marcha, até que todas estejam livres.

⁶⁶ PROSAVANA é um programa entre Moçambique, Brasil e Japão que visa apoiar o desenvolvimento agrícola no norte de Moçambique, produzindo soja para o Japão, abrangendo uma área de mais de 10 milhões de hectares e em 19 distritos em três províncias do norte - Nampula, Niassa e Zambézia, região onde vivem mais de 4 milhões de pessoas que dependem da agricultura, principalmente as mulheres.



Figura 9 – Atividade da campanha internacional dos “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”
Fonte: Autora, 2013

CAPÍTULO 3 – MULHERES DA UNIÃO GERAL DAS COOPERATIVAS NA MACHAVA: REPRODUZINDO E PRODUZINDO A VIDA

As mulheres trabalham em toda parte, elas podem fazer de tudo, inclusive construir a sua casa e ficar com o seu dinheiro.
(Paula)

Este capítulo está dedicado à apresentação de importantes aspectos da vida de mulheres na Machava, um dos bairros na província de Maputo, região sul de Moçambique. É pertinente lembrar que o objetivo do trabalho foi o de conhecer os espaços de produção e geração de renda, individual e coletivo, na vida destas moçambicanas, através da sua participação nas cooperativas da União Geral das Cooperativas, UGC.

Conforme o exposto no capítulo anterior, as cooperativas foram criadas após a independência do país, visando possibilitar às mulheres, que no início dos anos 1980, eram viúvas ou desempregadas, meios de ocupação profissional e geração de renda. Para tanto, as terras do cinturão verde da província de Maputo, foram concedidas a essas mulheres para que produzissem o sustento delas e da família.

Sendo as cooperativas com as mulheres, um dos principais baluartes do projeto inicial do governo, até então, de orientação socialista, é criada sob coordenação da Organização das Mulheres Moçambicanas – OMM, a União Geral das Cooperativas - UGC, com a responsabilidade de assessorar e apoiar as cooperativas das mulheres.

Esta experiência que, na década de 80, estava com menos de dez cooperativas, em 2005 atingiu o número de 200, com cerca de 10.000 membros, tendo as mulheres como 95% das suas dirigentes. Além do cultivo agrícola e criação de frangos, contava com atividades de poupança e crédito, confirmando o êxito da implantação, dessas cooperativas, nos anos anteriores (CASIMIRO, 2003; SANTANA, 2006).

Porém, no final da década de 1980 com a queda do *muro de Berlim*, junto ao recuo do campo socialista e concomitantemente ao avanço da globalização neoliberal e da economia de mercado, no continente Africano, as cooperativas que até então tinham o suporte do Estado, agora não tem mais, assim ficaram sem apoio técnico e financeiro.

Nesse sentido, as cooperativas, que já foram as maiores produtoras de frango, no sul do país, tendo em 2014, uma estrutura física de aviários de reprodução, matadouros, fábrica de ração, incubadoras, centro comercial, Institutos de Formação e banco de microcrédito, encontram-se, em sua maioria, com uma produção apenas de hortaliças e legumes e na expectativa de conseguir alugar os seus galpões ou capoeiras⁶⁷, que antes eram utilizados para essa criação de frangos e atualmente estão totalmente ociosos.

Após esta breve descrição da conjuntura econômica onde se encontram as cooperativas, objeto deste trabalho, passo agora a palavra para as autoridades destas organizações, que são as mulheres cooperativistas na Machava, da União Geral das Cooperativas, UGC.

3.1. PREPARANDO O PRIMEIRO ENCONTRO

A imagem pode nos indicar que, apesar da ansiedade do encontro, as similaridades, enquanto mulheres, e talvez enquanto descendentes Africanas são imensas. Principalmente na relação com a música e os passos de dança, nem parecia que tínhamos entre nós a distância de um oceano e mais ainda um continente inteiro, percebi que a comida, a bebida e a dança nos aproximavam. A figura 10 demonstra o aprendizado e a aprovação desses primeiros passos da marrabenta (dança típica do local).

⁶⁷ Capoeira é o nome dado ao lugar onde é criado o frango.



Figura 10 - Dança com as mulheres da cooperativa
Fonte: Autora, 2013

Estava ansiosa para conhecer essas mulheres na Machava e por isso algumas perguntas se faziam presentes no meu imaginário: Seria bem recebida? Conseguiria entrevistá-las, sem invadir a privacidade delas? Assim, como já descrito na introdução, a preparação foi tensa para mim, visto que apesar do planejamento efetuado desde o Brasil, na prática a realidade se mostrava bem diferente.

No primeiro encontro com as mulheres, mamã Etel já esperava por mim em sua sala de presidente, juntamente com a secretária, a jovem Joana, secretária e a funcionária da contabilidade, a Hortência. Fiquei bastante emocionada ao encontrá-las e pareceu-me que elas também, principalmente a jovem Joana. Não sei bem o motivo da minha emoção, talvez por estar realizando um dos maiores objetivos da minha pesquisa sobre mulheres em regiões Africanas, isto é, poder conversar com estas mulheres.

Mesmo sendo a mesma língua, fiz questão de cumprimentá-las com um básico: djxile (bom dia, na língua changana)! O que as fizeram cair na gargalhada, pois nem isto eu conseguia falar direito, mas também perceberam que eu não estava de brincadeira e queria realmente adentrar um pouquinho na vida delas. Para tentar me aproximar, também, disse à elas que estava em um curso de changana, mas só tinha tido a primeira aula, o que era verdade.



Figura 11 - Mamã Etel, a primeira presidenta das cooperativas da UGC, da Machava
Fonte: Autora, 2013

Mesmo com as dificuldades de me adentrar na cultura local, Mamã Etel, recebeu-me muito bem, abrindo as portas das cooperativas e autorizando-me a conversar com quem quisesse, apenas dando a entender que era preferível que ela mesma me apresentasse à cada uma das representantes, que no geral, eram as presidentes de outras cooperativas.

Em seguida, apresentou-me às outras mulheres da primeira cooperativa da Machava, e combinamos também como seriam as entrevistas com as outras mulheres e ainda convidou-me para participar da próxima assembleia mensal ordinária, no mês seguinte, quando avaliariam a produção e as dificuldades das cooperativas. Nesse processo, abriu-se a possibilidade de combinarmos um almoço/festa após a assembleia, essa foi uma das técnicas menos formais de pesquisa para coletar dados.

A emoção foi grande, pois sabia da dificuldade que outras pesquisadoras haviam enfrentado para entrar em contato com mamã Etel ou com as cooperativas da UGC, nesse momento pensei no grande privilégio que havia conseguido. Por que eu consegui? Sigo, algumas hipóteses, apenas divagando que talvez houvesse conseguido por ser brasileira, ou por não ser *tão branca* como as europeias. Mesmo assim, em Moçambique, por incrível que pareça, fui tratada como *branca*, por todas as minhas interlocutoras.

A minha intenção era conviver com essas mulheres conforme os procedimentos indicados por Malinowski (1976, p.21) nas “condições adequadas ao trabalho etnográfico”, porém, logo percebi a inviabilidade de alguns procedimentos, visto que as mulheres que eu iria entrevistar vivem cada uma em um bairro e a sede da instituição, onde eu provavelmente poderia me hospedar, funciona somente em horário comercial. Diante disso, ficaria sozinha durante um período, não atingindo o objetivo, que era o de “imersão profunda” nessa população, portanto fui então desaconselhada de hospedar-me na sede da UGC, tanto pelo meu contato, o Pedro Pota, quanto pela própria presidente, mamã Etel.

Nesse primeiro encontro mamã Etel já me situou, informando dados das cooperativas existentes na Machava, que são dezessete e nem todas atuantes. Em geral, essas cooperativas têm cada uma, cerca de seis a dezoito mulheres associadas, segundo dados apresentados pela própria presidente. Esta nos informou, ainda, que entre os anos de 1983 e 1993, cada cooperativa tinha cerca de 250 mulheres.

Mamã Etel foi quem também me apresentou o significado dos nomes das cooperativas. Os nomes são alusivos à história das lutas de independência do país e de outros países Africanos, sendo eles: *Cooperativa 07 de Abril*, data de morte de Josina Machel, militante e guerrilheira, primeira esposa do presidente Samora Machel, data transformada no Dia da Mulher Moçambicana; *Cooperativa Kenedy kaunda*, em homenagem ao primeiro presidente da Zâmbia após a independência em 1964; *Cooperativa 1º de Maio*, em homenagem ao Dia do Trabalhador; *Cooperativa IV Congresso*, em homenagem ao congresso que teve o lema “Defender a Pátria, Vencer o Subdesenvolvimento e Construir o Socialismo”; *Cooperativa Madjedje*, em homenagem a região onde aconteceu o II Congresso da FRELIMO (frente de libertação em 1968, ainda em plena luta armada, em uma das zonas libertadas); e a *Cooperativa 29 de Setembro*, em homenagem à data de nascimento de Samora Machel.

Existentes desde 1983, as cooperativas têm em seu quadro organizacional uma presidenta, uma chefe de produção, uma de venda e uma contábil. Cada cooperativa conta com uma área comum e cada membro tem uma área particular para sua família e, no geral, são as mulheres quem assumem as tarefas. O trabalho é organizado de forma que todos os dias as associadas executam as tarefas em suas machambas numa parte do dia e na outra nas áreas comuns. O resultado do trabalho na área comum é entregue para o custeio da UGC, responsável pelo apoio técnico e social às suas membras, apoio este que não tem existido mais, segundo minhas interlocutoras.

Após o encontro, ao voltar para casa, fui convidada a almoçar e passar o resto do dia com os amigos Pedro e Teresa, que bom! Longe de casa, somente eles e eu sabíamos bem o que estava sentindo naquele momento, já que lhes havia comunicado as tantas dúvidas e medos de como seriam estes encontros. Aproveitei também para avaliar toda aquela empatia com mamã Etel e a oportunidade de uma promissora coleta de informações sobre as cooperativistas.

Estes medos estiveram presentes durante todos os momentos em que estivemos juntas, eu e as cooperativistas, estava ansiosa e preocupada em como encontrar com aquelas pessoas, no sentido da *Outra*⁶⁸, tão idealizadas por mim e outras pessoas, com os estereótipos, preconceitos que alguns de nós, brasileiros e brasileiras, temos em relação a povos Africanos, especialmente em relação às mulheres, devido a nossa formação etnocêntrica.

⁶⁸ O *Outro de Todorov Tzvetan*, sobre a “descoberta da América” e o encontro de culturas diversas, o não reconhecimento desta diversidade cultural entre os povos, neste caso, o velho e o novo mundo.



Figura 12 - Assembleia ordinária mensal de final de ano
Fonte: Autora, 2013

3.2. CONHECENDO AS MULHERES DA MACHAVA

Passo a descrever as minhas interlocutoras com as próprias palavras delas:

mamã Etel:

Eu me chamo Ettl Filipi, tenho 65 anos, fui a primeira presidente das cooperativas daqui. Eu frequento a igreja Santidade de Moçambique, estudei até a quarta classe, a minha mãe era camponesa e não tinha como ajudar os dois filhos. Eu sou casada, mas já sou viuva, não tenho filhos, mas o meu marido, quando viu que não nascia filho, decidiu casar com outra mulher. Trouxe uma outra mulher prá casa. Esta segunda esposa teve 13 filhos mas faleceram 7. Ela vive comigo, é minha irmã. Os filhos dela são os meus filhos. Eu não reclamei dele arranjar outra mulher, até foi bom, pois quando eu não queria sexo, ele tinha a outra mulher e também nós duas dividíamos o trabalho em casa e na machamba.

Paula

Meu nome é Paula, tenho 50 anos, sou casada, o meu marido trabalhava na Swazilândia, mas antes na RDA (Alémanha Oriental), mas agora está reformado (aposentado) era canalizador mas agora já voltou. Tenho 4 filhos.

As minhas filhas estão casadas e concluíram os estudos. Eu estudei até a quarta classe.

Leonor

Sou casada oficialmente há 33 anos, nasci em Chibuto província de Gaza, nós crescemos não na cidade mas sim no campo, estudei na escola sagrada família até 4ª classe em 1977, somos uma família de 8 irmãos, 2 homens e 6 meninas. Todos trabalham na África do Sul. Das irmãs, uma é professora e a outra não faz nada, é doméstica. Outra casou na África do Sul. Eu tenho 49 anos, só que me casei aos 16 anos, os meus pais tiveram que fazer declaração. O meu marido tem 57 anos. Nós vivemos bem, somos cristãos, estou feliz no meu casamento. Sou da Assembleia de Deus.

Isabel

Tenho 4 filhos a primeira casou oficialmente em 2010. Ela estudou professorado. Ele, o meu marido, teve problemas ficou muito tempo sem emprego por volta de 15 anos e também vinha apoiar na cooperativa, só que este ano começou a trabalhar como guarda. Participo da igreja, sou da Assembleia de Deus.

Lina

Tenho 3 filhos, meu esposo ja morreu, vivo só com os meus filhos e netos. Eles estudaram até a 6ª classe, feita em 1986. Não estudei. Acho que tenho 60 anos. Sou da religião Zione.

Conceição

57 anos, casada com cinco filhos, o mais novo tem 21 anos. Marido desempregado que faz biscate. Na minha casa vivem 11 pessoas, entre elas, o meu marido, alguns filhos com esposa e netos. Sou da Assembleia de Deus. Sei escrever e estudei até a 4ª. classe. Sou da Igreja Santidade de Moçambique.

Hortência

Sou viúva, tenho 49 anos e cinco filhos, estudei até a 6ª. classe, o meu marido foi militar e recebo indenização.

Gilda

Tenho 45anos, sou viúva, tenho 4 filhos, estudei até a 4ª classe.

Maria Alice:

Tenho 4 filhos, sou separada, vivo sozinha, pois os meus filhos estão fora, ou estudando ou já trabalhando. Fui da cooperativa, mas agora sou comerciante, por causa de não conseguir um bom emprego com salário decente, pois gostaria de receber uns 15 mil meticais.



Figura 13 – Almoço festivo de encerramento do ano e festa de despedida da pesquisadora
Fonte: Autora, 2013

3.3. O LEVANTAMENTO DE CAMPO: AS ENTREVISTAS

As entrevistas aconteceram, em sua maioria, nas cooperativas onde as mulheres eram presidentes, apenas a entrevista com mamã Etel, deu-se em sua própria machamba.

Na semana seguinte, no dia agendado, iniciei a conversa com mamã Etel, na sua machamba, onde ela produz beterraba, couve e cria frangos, sendo uma das poucas a criar frango na Machava. Mamã Etel chegou em um automóvel da organização com o motorista.



Figura 14 - Mama Etel, durante a entrevista
Fonte: Autora, 2013

Mamã Etel é de fato uma presidente com “cara” de autoridade. Esta foi a primeira impressão que tive dela. Por ser a mais antiga das cooperativas, pode nos informar o quadro geral sobre a sua criação, produção no início e atualmente, inclusive o esvaziamento de membros das cooperativas e também diminuição da produção, principalmente com o fim da criação de frangos. Segundo ela⁶⁹:

[...] depois do IV Congresso da Frelimo, quando decidiram que seria importante criar as cooperativas, aí fizeram reuniões nos bairros, abrimos inscrição e logo criamos as cooperativas, fui a primeira eleita, começamos com as verduras, depois criação de porcos, mas estes demoravam a crescer e aí, em 1985 passamos a criar frango, fizemos as capoeiras, mas hoje estão sem utilidades pois na maioria das cooperativas, não estamos conseguindo criar os frangos, desde quando o país começou a comprar frango do Brasil e nos falta dinheiro para a compra da ração, dos remédios e dos pintos, não temos quem compre os nossos frangos e aí, só restou plantar couve, beterraba, alface e milho...[...]

⁶⁹ As entrevistas foram transcritas por mim e as alterações gramaticais produzidas apenas quando atrapalhavam de alguma forma a leitura no Brasil.



Figura 15 - Mama Etel em sua machamba onde produz beterraba (mostrando as lagartas), cenoura e couve
Fonte: Autora, 2013

A conversa com mamã Etel foi interrompida por várias vezes por causa dos telefonemas, familiar e de trabalho, afinal ela é uma expoente do movimento cooperativo da UGC desde o seu início. Um dos telefonemas foi o da sua mãe, que falando em changana, percebi que, sorrindo, falava da entrevista para uma brasileira sobre mulheres cooperativistas.

No intuito de responder as indagações feitas no início desta tese, as entrevistas organizadas em um roteiro semiestruturado, aliadas a uma versão aproximada da técnica de grupo focal e a observação permanente enquanto estivemos juntas, foi o material fundamental para a elaboração do presente trabalho.

Para analisar as questões propostas, solicitei às interlocutoras desta pesquisa que falassem ou refletissem e, apresentassem informações sobre a criação da cooperativa; sobre a participação delas na cooperativa; sobre as dificuldades da produção; sobre os ganhos financeiros, antes e atualmente; decisão sobre a utilização do ganho financeiro; a escolaridade delas; o estado conjugal; educação de filhos; relação sexual com o seu cônjuge; divisão do trabalho doméstico em casa; desemprego; violência doméstica; violência doméstica na região da Machava; sobre como vivem as mulheres em seu país; relação com outros movimentos sociais.

Pelas respostas é possível verificar que nem todas as mulheres comentaram todas as questões e, como a minha opção foi manter uma relação mais de conversa, baseada na metodológica utilizada, deixei-as livres para responder minhas indagações.

A seguir passo a descrever e analisar as informações colhidas.

3.3.1 Sobre a criação das cooperativas e a geração de renda das mulheres

Sobre a criação das cooperativas, sua estrutura e a participação de cada uma, mamã Etel confirma os estudos de Casimiro (2004), Santana (2006) e de Silva (2005), de que as cooperativas da UGC foram uma deliberação política da Frelimo, no pós-independência, para a construção deste novo país. Opção esta direcionada às mulheres que, como em outros países do continente, são responsáveis pela produção de alimento. Confirmando esse raciocínio, mamã Etel destaca que:

Pra organizar as cooperativas, fez-se uma reunião depois do IV congresso, onde deliberou se cada bairro deve se organizar em cooperativas agrícolas. Na altura, o nosso secretário do bairro convocou uma reunião no bairro e motivou as mulheres a aderirem às cooperativas e a primeira cooperativa aqui na Machava foi a de 7 de Abril e todos nós fomos apoiar a primeira cooperativa.

Com o que mamã Etel falava, percebi que as mulheres assumiram o desafio colocado pela independência de construção de espaços coletivos de produção de alimento e socialização da vida, conforme também destacado por Casimiro e Souto (2010).

Continuando, mamã Etel, realça a mobilização que houve para a criação das cooperativas:

No meu bairro abrimos a cooperativa chamada 16 de Junho, no bairro Bonhissa. Todas as pessoas contribuíram com produtos como feijão nhemba, milho, amendoim donde o secretariado do bairro, que tinha representantes da OMM e nos deu os terrenos para nós trabalharmos, cultivarmos e semearmos e criou-se a União da Zona, em 1983. Depois disso, informamos para as estruturas que no bairro Bonhissa já tinha uma cooperativa e os responsáveis da zona vieram ver e daí se criou as estruturas e eu fui nomeada presidente adjunta, eramos 7 pessoas nomeadamente, presidente, vice presidente, Ação Social e Finanças.

Sugerindo o protagonismo das mulheres na criação dessas organizações mamã Etel confirma estudos de Casimiro (2004) sobre o envolvimento coletivo das mulheres na resolução dos problemas da comunidade em que viviam. Confirma também a presença das participantes da OMM, que foi a responsável em seu início, por incentivar a criação das cooperativas, em nome do governo, com a distribuição da matéria-prima fundamental, que foi a terra.

Mamã Etel descreve ainda a capacidade de organização das instituições citando, inclusive, parte do seu organograma de funcionamento, demonstrando toda a habilidade das mulheres para irem além das tarefas de produção, com a criação de porcos e mais tarde, a criação de frangos, pois perceberam que somente a produção agrícola de hortaliças não seria suficiente.

Como foi possível perceber, as exigências próprias para criação deste tipo de organização serviu de motor ao aprendizado dessas mulheres, ampliando desta forma, a capacidade técnica para outros ofícios, como o de gestoras, contabilistas e alfabetizadoras, o que é possível perceber também na reflexão de mana Paula:

Desde 1986, estou nas cooperativas, primeiro trabalhei na Prodac, fábrica de ração que a UGC comprou na Bom Suino, mas comecei na fábrica de ração, depois vim para cá nas cooperativas através duma transferência, entrei como monitora de alfabetização e depois comecei a aprender cozer sacos com máquinas. Depois criávamos frangos e depois da falência do projeto dos frangos entrei na machamba, aqui agente faz tudo que existe. Como presidente, quando chego cumprimento as minhas colegas, não estou aqui para mandar, mas também estou envolvida nas atividades. Usamos medicamentos contra bichinhos, eles não causam problemas à nossa saúde. Existiam técnicos que vinham nos treinar. Existiam, mas agora já sabemos tudo.

Mana Paula confirma estudos de Nobre (2003), sobre a eficiência das mulheres em executar um conjunto ampliado de tarefas e funções, fora e dentro de casa. Mas também, corrobora com a perspectiva da tese de que estas tarefas executadas por mulheres, são conhecimentos ausentes da economia clássica, pois não existe o hábito de incluí-las quando se estuda produção de riqueza de um país.



Figura 16 - Mana Paula
Fonte: Autora, 2013

A interlocutora também destaca que, anteriormente, existiam técnicos do ministério da agricultura que vinham orientá-las, sobre o cultivo agrícola, mas logo elas aprenderam o manejo da sua plantação e não precisaram mais deles. Paula, com esta resposta, talvez esteja nos indicando um possível empoderamento e autonomia das mulheres, visto que estas adquiriam não somente os ganhos para a sua subsistência mas também algum conhecimento que poderia torná-las autônomas.

Mana Paula informa, ainda, a possibilidade de uma gestão horizontal e possivelmente mais solidária dessas organizações, quando diz que não é presidente para mandar, confirmando as ideias de Casimiro (2004) de que o projeto neoliberal ainda não corroe todas as formas comunitárias, vivenciadas historicamente, pelas mulheres, na resolução dos seus problemas.

Outra interlocutora também argumentando que, do mesmo modo, já exerceu várias tarefas nas cooperativas da UGC, segundo mana Isabel:

Entrei na cooperativa 7 de Abril, em 1990, como protocolo, e depois queria uma contabilista e vim aqui trabalhar, e depois fui trabalhar no setor de criação de poedeiras (frango) por 8 anos. E tinha juntamente minha machamba e até hoje em dia, sou presidente.

Para Isabel, apesar do alto grau de analfabetismo no país, algumas delas tiveram acesso à alfabetização e a uma formação técnica, por isso foram elas mesmas quem atuaram como alfabetizadoras das outras mulheres e exerceram as funções de contabilistas das suas organizações, confirmando o que apresentou Santana (2006), sobre a alfabetização das mulheres em Moçambique ser um dos objetivos do governo para que as mulheres se emancipassem.

Descrevo a seguir depoimento de mamã Lina⁷⁰, uma das cooperativistas mais antigas, juntamente com mamã Etel e que também exerceu tarefas variadas, incluindo a função de segurança da sua organização geral:

Ela planta couve, salada e entrou em 1982, já foi presidente, chefe de produção, responsável pelas finanças, recursos Humanos e contabilista. Disse que, inicialmente a OMM chamou elas em suas casas para uma reunião na qual elas já vieram com suas enxadas, onde depois começaram a trabalhar nas machambas. De seguida a OMM perguntou o que faziam, se tinham algum trabalho, então ela respondeu que fazia bebida tradicional e explicou quanto tempo levava até fermentar, depois perguntaram a outra pessoa, que respondeu que vendia produtos numa banquinha, como cigarros, em seguida outra pessoa, que respondeu que não tinha nenhuma ocupação, e eles iam tomando nota das respostas. Então marcaram um novo encontro no qual todos deviam ir semear milho, feijão, amendoim, batata doce, para que quando chegasse a fase da colheita, uma parte dos produtos fosse para a venda e outra parte para a alimentação. Com a venda dos produtos, iriam comprar novas sementes para a plantação, como cenoura, alface, beterraba, cebola, e outros. Compram muitas sementes com aquele valor que guardaram nos cofres feitos de lata.

⁷⁰ A entrevista com mamã Lina se deu em changana com a ajuda de mana Isabel, que fez a tradução para o português.



Figura 17 - Mamã Lina e mana Isabel
Fonte: Autora, 2013

Mamã Lina, confirmando informações já apresentadas por mamã Etel, descreve, ainda, sobre a formação das cooperativas a partir do incentivo e mobilização da OMM.

Chamou-me atenção a capacidade didática da OMM, no ensinamento de como organizar reuniões, partindo do que cada mulher já trazia de capacitação ou de atividade profissional, e principalmente, como organizaram toda a cadeia de produção, divisão e comercialização coletiva dos seus produtos. Essa atuação confirma os objetivos estabelecidos nas orientações ideológicas do primeiro governo do pós-independência, para a criação dessas organizações que, além da produção para a subsistência das mulheres e seus familiares, o espaço da cooperativa deveria servir à sociabilidade e emancipação destas mulheres. Mamã Conceição confirma e ressalta esta análise:

Entrei na cooperativa porque estava sofrendo, isolada na minha casa, quis me juntar com outras mulheres, com mamã Etel e com outras mamas, estou aqui desde 1982.



Figura 18 - Mamã Conceição
Fonte: Autora, 2013

Nesse sentido, nota-se que o cooperativismo também serviu para sociabilidade dessas mulheres que, antes dessa experiência, viviam cada uma em suas casas e machambas, *esperando o marido chegar*, mesmo que estes demorassem, pois alguns estavam em trabalho na África do Sul, conforme nos apresenta Santana (2006) e também destacado por mamã Etel:

Nos anos 1950 as mulheres só casavam e não prestavam prá outras atividades e esperavam tudo dos seus maridos.

Ainda no intuito de compreender o entendimento que as cooperativistas têm sobre o trabalho delas nessas instituições, é interessante também destacar a fala o destaque de mana Paula:

As cooperativistas se dividem entre a cooperativa e suas próprias machambas. Um dia para a nossa cooperativa da UGC e outro dia para cada machamba nossa. As terras onde estamos pertencem ao estado. Todas as cooperativas pertecem a UGC. E as nossas machambas também pertecem a UGC.

A possibilidade das cooperativistas terem ainda as suas machambas familiares, além da produção coletiva com os resultados direcionados à UGC, para que esta pudesse ter condições de assessorar as suas organizações, foi de grande motivação para essas mulheres.

Quando mana Paula diz que as cooperativas e as machambas pertencem à UGC, talvez esteja apenas dizendo que a terra é coletiva, pertencendo à organização geral que é a UGC, esse fato lhes garante, inclusive, que individualmente ninguém possa vendê-la. Além do mais, é mais uma questão que reafirma o projeto político ideológico do primeiro governo pós-independência, empenhado na construção dessas organizações com a finalidade de emancipação das mulheres, segundo seus documentos.

As cooperativas produzem hoje, a partir de 2014, hortaliças e legumes, porém já produziram porcos e frangos, conforme atestado por várias das interlocutoras, mas com a mudança de rumos da economia política econômica nacional, essas organizações viram-se obrigadas à diminuírem sua produção, adaptando-se aos novos tempos. mana Hortência, que entrou como educadora em meados dos anos 1980, denuncia o estado atual das cooperativas:

Entrei na cooperativa como educadora, na creche da cooperativa, em 85, produzo couve, alface, cebola, milho, mas criava frango anteriormente, tenho 24 capoeiras (galpões) ociosas. Não dá prá criar frango por causa do preço da ração, das vacinas, da lenha pro calor e não tem mais apoio do governo e nem ajuda da UGC, além da competição dos frangos congelados da África do Sul e do Brasil. A nossa cooperativa tem 24 capoeiras/pavilhões ociosos e tem outras cooperativas que têm 14 também ociosos. As cooperativas que tem frango, não são delas, elas alugam as capoeiras para outras pessoas que não são cooperativistas, mesmo assim não tá facil arranjar quem queira alugar as nossas capoeiras.



Figura 19 - Mana Hortência
Fonte: Autora, 2013

Todas as cooperativistas destacaram a dificuldade ou impedimento estrutural para a criação de frango. A diversificação nas atividades das cooperativas surgiu da percepção da insuficiência da produção agrícola, então, com a criação de frangos, toda uma cadeia de infraestrutura física, como os aviários (poedeiras, capoeiras) familiares, matadouros, fábrica de ração, encubadora, aviário de produção de ovos, centros comerciais, foi construída; o frango da UGC, conseguiu ser um importante produto na alimentação do sul do país até o período da abertura dos mercados e em que passou a concorrer com outras produções, incluindo estrangeiras, como salienta Conceição:

Eu produzo cacana, matapa, couve, alface, milho. Não crio mais frango, mas já criei nos anos de 1992, quando a UGC ajudava, mas agora não dá mais, ainda tenho capoeira ociosa.

e, Paula acrescenta:

Agora já não criamos frangos por falta de fundo, se houvesse, havíamos de criar, não existe nenhum projeto que apoie, e a nossa Cooperativa de Poupança e Crédito – CPC, só da pouco dinheiro. Esta é a cooperativa que tem maioria de homens.

Paula destaca que a falta de dinheiro prejudica a criação de frango e que elas não têm crédito suficiente na CPC, única cooperativa de poupança e crédito da UGC. Parece-me ser esta uma das contradições na realidade dessas mulheres, visto que, apesar das cooperativistas demonstrarem que conseguiram até então custear a sua subsistência e da sua família com o trabalho, quando o montante financeiro é maior, ele não está nas mãos delas. Um dos exemplos é a que tem a maioria de homens como membro, inclusive gerenciada por um homem e nesta as mulheres das outras cooperativas têm dificuldade de acessar o crédito necessário para as suas organizações. Sendo assim, talvez seja este o motivo do esvaziamento das cooperativas, pois ainda segundo mamã Etel, somente na cooperativa dela houve uma evasão de cerca de 90 % das mulheres:

[...]quando começamos eramos 250, mas agora só ficamos poucas, algumas saíram e as que ficaram já estão velhas e algumas morreram.

As interlocutoras relataram que, no início, as cooperativas chegaram a agregar, cada uma, cerca de 200 mulheres a partir de 2014, contam com cerca de 15 participantes, em média, desde quando o governo nacional diminuiu o seu apoio, mas também após as enchentes.

De acordo com Santana (2006) esta situação de ausência de apoio governamental às cooperativas começou a ser efetuado logo após as alterações de rumo econômico do país, com a abertura de mercados, pelo fato de Moçambique ter sido um dos países que obteve apoio do bloco socialista (URSS, Cuba e China), contra o colonialismo português e a África do Sul, por seu regime do apartheid (apoiado pelos EUA), assumindo assim um dos lados na chamada guerra fria.



Figura 20 - Gilda em sua cooperativa com as amigas de trabalho
Fonte: Autora, 2013

Nesse período também é construída uma contra revolução, uma resistência às independências, não somente, à moçambicana. Com apoio dos países pro apartheid sul Africano e também dos Estados Unidos da America, na Rodésia, é criada a RENAMO⁷¹, produzindo no país uma guerra civil de 16 anos, deixando marcas, não somente, nas paredes do imóveis, mas, principalmente, no corpo e na alma moçambicana.

Apesar das participantes não se referirem a esses episódios, eles são preponderantes para compreensão do atual quadro das suas instituições públicas e privadas. Como o depoimento a seguir de Paula, ainda sobre o esvaziamento por causa do pouco ganhos, apesar da sua importância na subsistência familiar:

agora o número reduziu muito, acho que o problema é que antes pagava-se salários, mas agora não, mas nós decidimos ficar para conseguirmos sustentar as nossas famílias. Sim, havia salários, mas agora há mais ganhos que antes, agora com 10 canteiros por 1500 meticais⁷² cada gente faz bom

⁷¹ Sobre a Renamo ver capítulo I, dessa tese.

⁷² Meticais é a moeda nacional, na época, em 2014, 1.500 meticais equivalia a 50 dólares americanos.

vencimento, o dinheiro em particular, mas também existe parte da cooperativa.

Paula reconhece a dificuldade em trazer mais mulheres, porém reflete que ter continuado nas cooperativas a possibilitou sustentar sua Família, inclusive com um ganho não tão diferente do que tinha anteriormente, pois agora também cada família tem a sua machambinha que garante alguma subsistência.

Nesse sentido, as mulheres da Machava foram unânimes quanto à questão da obtenção de ganho financeiro por meio das cooperativas ou, pelo menos, possibilidades de subsistência para suas famílias por causa desse trabalho. Algumas cooperativistas ainda destacam que até o ano de 2014, esse trabalho possibilitava certa segurança e maior ganho financeiro, como destacado por Leonor, sobre o acerto da sua decisão de entrar na cooperativa:

Decidimos ir para a cooperativa porque é um emprego seguro, e vi que posso criar meus filhos através da machamba, eu, por exemplo, não compro quase nada⁷³ além, para nossa refeição, pois com azeite de couve, beterraba, amendoim, folha de abobra e feijão nhemba, tenho o que preciso pra nossa mesa. Cooperativa é um sítio mais importante para mim como mãe. Só compro arroz e sal veja que esta manha ja tenho 300⁷⁴ meticais. Nós vendemos bastante, eu tenho cerca de 40 canteiros⁷⁵.

A certeza de que entrando nas cooperativas conseguiria criar os seus filhos, foi um dos objetivos assinalados por minhas interlocutoras, pois disseram que o trabalho lhes possibilitou um ganho financeiro, como também uma vida mais coletiva, solidária e autônoma, conforme exposto por Maria Alice:

eu entrei na cooperativa pra criar o meu primeiro filho, esse cooperativismo custeou a minha vida e a dos meus filhos, pois só quando eles estavam crescendo é que o meu ex-marido começou a ajudar.

⁷³ A refeição da manhã, nesta região de Moçambique é à base de verduras cruas e tomate, como salada e às vezes com pão. O café da manhã em Moçambique é chamado de mata bixo. O almoço costuma ser também à base de salada com alface e beterraba ou cenoura, cozidas. Às vezes, no almoço, é servido um creme, com o amendoim socado transformando em farinha que acompanha o refogado de verdura, em geral, com as folhas da beterraba. Em algumas residências o frango grelhado é a opção, esta é a forma mais comum de cozinhar o frango no país. Observamos que a população empobrecida, por exemplo, neste caso, o empregado doméstico e a empregada doméstica da residência onde me hospedei, pela manhã, mais ou menos às 10h., tomavam o seu matabixo, era alface ou outra verdura com um pouco de xima ou um pedaço de pão. Este era o café da manhã. Em geral, a patroa, uma moçambicana com ascendência chinesa, lhes dava as sobras da sua mesa.

Sobre o horário do café da manhã, eu perguntei por que tomam tão tarde, se acordavam às 5 ou 6 horas? Responderam-me que esse era o horário que costumavam ser autorizados a comer durante o período da colonização, por isso acostumaram-se a esse horário.

⁷⁴ Trezentos (300,00) meticais equivalem no ano de 2014 em 10 dólares norte americanos. Valor que daria pra comprar uns 6 quilos de arroz ou um frango de cerca de 2,50/kg.

⁷⁵ Capoeiras e poedeira são os galpões ou espaço de criação dos frangos.

E mamã Etel, concorda e complementa:

o meu marido não levava meu salário, eu juntava com o dele pra comprarmos os mantimentos de casa.

Interessante que, apesar de mamã Etel dizer que juntava o dinheiro dela com o do marido, constatei que é *nas mãos* das mulheres, que o pouco dinheiro permanece, - mesmo quando algumas mulheres conseguem juntar com o dinheiro do esposo, quando este tem -, afinal, elas são as produtoras, as comerciantes, as compradoras, e as poupadoras, e é para as mães que os filhos pedem socorro quando precisam de dinheiro ou para comprar algo para a escola, por exemplo, pois é elas quem têm as reservas. No depoimento de Hortência é possível confirmar um desses casos:

As cooperativistas estão velhas, algumas viúvas, ou estão sozinhas porque os maridos estão na África do Sul e não mandam nada, outros estão velhos também e não fazem mais nada e outros não trabalham, só fazem biscate. Assim mesmo, nós vivemos das cooperativas mesmo, eu, por exemplo, ganho mais dinheiro da machamba do que da indenização do meu marido militar. Compro energia, água, sabão, óleo, caderno e uniforme pros meus filhos, além de médico prá gente. Ganhamos uns 15 mil meticais⁷⁶ por ano e comemos as verduras que plantamos.

⁷⁶ A quantidade de 15 mil meticais dizia respeito a 500 dólares no ano de 2014.



Figura 21 – Divisão da renda mensal para as cooperadas e pequenos empréstimos
Fonte: Autora, 2013

Nesse sentido, as mulheres são as poupadoras do país, pelo menos desta região sul, concordando com informação de uma representante da OMM, citada por Américo (2015), dizendo que a mulher em Moçambique é a mais econômica no país:

[...] pois temos visitado mulheres que diz ter pedido empréstimo, construído o seu comércio, com o lucro, comprado ou construído sua casa e depois comprado um automóvel para carregar a mercadoria e ainda veio devolver o empréstimo (p. 135).

Hortência também comprova que os ganhos do seu trabalho na cooperativa lhes deram e ainda dá condições de subsistência, visto que a renda média já chegou a 1,5 vezes superior ao salário mínimo do país e, no caso dela, hoje recebe mais do trabalho na cooperativa do que na indenização do esposo que era militar. Outras cooperativistas chegam a afirmar que gostam mais deste momento em que vivem, conforme diz mamã Etel:

Eu gosto de agora, ora vejamos, o meu marido faleceu há 8 anos, mas eu não fiquei de braços cruzados. A minha irmã, a outra mulher do meu marido também tem a sua machamba e conseguimos nos alimentar sem o nosso marido.

Talvez não haja elementos suficientes para compreender todo o significado desse *eu gosto de agora* explicitado por mama Etel, pode ser que ela apenas se refira ao momento atual, distante do período das lutas de libertação contra o colonialismo português, bem como distante dos anos de reconstrução do país, no qual ocorreram os 16 anos de guerra civil, para manutenção da independência que haviam conseguido com tanta luta.

Para ampliação da reflexão acima valelembrar que, Moçambique, logo após uma longa luta armada, contra a escravidão colonial e todos os seus horrores, não conseguindo tempo suficiente para degustar esta vitória, viu-se envolto em uma outra luta para garantir a independência e seguir gestando um novo país ou tentando sobreviver a uma conjuntura econômica que privilegia o mercado.

Retomando a fala de mamã Etel, ela deixa claroque, por meiodo trabalho nas cooperativas da UGC, as mulheres conseguiram manter a a subsistência delas e a das famílias, inclusive, sem a presença dos seus maridos. Assim, é possível perceber que, o trabalho as ajuda conquistar autonomia econômica, favorecendo oportunidades de possível negociação em sua sociedade.

As cooperativas possibilitaram às mulheres trabalhar, tomar parte no processo de decisão, dirigir as cooperativas e estão a retirar os frutos do seu trabalho em igualdade e democracia. O que significa que as cooperativas estão a contribuir para quebrar definitivamente com a base social do estatuto tradicional subserviente das mulheres. Esta situação cria novas relações na família, porque uma mulher, ao contribuir para a família em pé de igualdade ou duma forma mais importante que o marido e dum modo que é reconhecido socialmente, deixa de ser um *ser familiar*, transforma-se num *ser social* (Comunicação pessoal, Sr. Ricardo, 2013).

Outro fator destacado por, mamã Etel é o protagonismo da mulheres:

Nessas cooperativas só participavam mulheres e não homens, os homens só trabalhavam como guardas das cooperativas e agora há rapazes, não é como nos anos passados.

Minhas interlocutoras já informaram que os poucos homens que trabalharam nas cooperativas eram e ainda são, somente funcionários. Eles, em sua maioria, não se interessaram em participar, como cooperativista, como já dito anteriormente. São as mulheres, as suas maiores participantes, especialmente, pelo seu caráter comunitário, experiências vividas por elas ao longo da história, experimentando outras formas de poder, um poder do tipo mais horizontal, mais participativo. A fala de mamã Etel confirma estudos de Guerin (2005), sobre a presença da mulher no cooperativismo em várias partes do mundo.

Mamã Etel acrescenta ainda que o protagonismo das mulheres não é somente em relação aos homens, mas também em relação aos jovens. Estes, segundo ela:

não querem trabalhar nas cooperativas, eles são preguiçosos, eles só querem fazer trabalhos de segurança, como contabilistas e criadores de frangos.

A ausência de jovens na cooperativa é um sinal de que ela pode estar com os dias contados, visto não ter quem substitua as cooperativistas que estão envelhecendo. Tanto homens quanto mulheres jovens não querem participar desse tipo de trabalho, por não entendê-lo como um trabalho digno e preferir outros, eles preferem os de segurança ou criação de frangos e elas mulheres, o serviço de contabilidade, dizendo ser o trabalho na cooperativa, *um lugar de gente sem instrução*.

A ideia das cooperativas como lugar dos velhos, mas precisamente das velhas, parece ser anterior, mas tem sido combatido, conforme exposto por mana Leonor, quando entrou na cooperativa:

E fomos transferidos para aqui porque viram que ainda somos jovens para ajudar as mamas velhas, mas todas as cooperativas pertencem.

A ideia de que o trabalho no campo é uma atividade menor, é “coisa de velho e de quem não estudou” parece ter prevalecido entre a juventude, dado apresentado pelas entrevistadas. Este é um dos grandes desafios destes empreendimentos, pois as mamas estão ficando velhas e não conseguiram trazer os mais jovens para o trabalho.



Figura 22 – Demonstração de orgulho pelo trabalho na cooperativa
Fonte: Autora, 2013

Mana Leonor informa que no passado elas conseguiram resolver esta questão geracional, relocando mulheres mais jovens onde estavam as mais velhas, porém neste momento, em 2014, as cooperativas voltam a reviver esta problemática, o que também é apresentado no depoimento de mana Paula:

Antes havia muita gente. Sim em 1986 eramos muitas, as mais novas deixaram porque achavam que iam envelhecer porque é um trabalho pesado e pensam que é trabalho de pessoas que não estudaram. Mas pelo contrário nós estudamos e conseguimos plantar e fazer muitas coisas.

É perceptível como na fala delas dá pra perceber como valorizam o que fazem, é visto como algo muito sério, fruto de um investimento de pesquisa e ação. A hierarquização geracional é um fenômeno da maioria das grandes cidades em vias de urbanização e o tipo de

trabalho nas cooperativas, que é um trabalho agrícola, não costuma ser um tipo de trabalho aceito por jovens, normalmente são os mais velhos quem trabalha no campo em Moçambique.

Outras formas de hierarquização também foram analisadas e observei que, nas cooperativas, a divisão e a hierarquização sexual parece não ter existido, pois segundo depoimento de mamã Lina, que exerceu a função de segurança armada da UGC durante o início da organização, esta também era tarefa da mulher:

trabalhei como miliciana da União Geral, tinha arma, ficava no portão. Precisava usar arma para questões de proteção uma vez que criávamos frangos. Na UGC não havia segregação do sexo nos trabalhos, hoje eu sou chefe da produção.

O depoimento de mamã Lina, indica que nas cooperativas não havia uma divisão sexual do trabalho com seus aspectos hierarquizantes, entre homens e mulheres, talvez porque as cooperativas eram e são formadas majoritariamente por mulheres, assim elas desenvolvem quaisquer tarefas.

Contudo, apesar de ter possibilitado (e ainda possibilitar) renda para a maioria das cooperativistas, esse não é o quadro de todas as mulheres cooperativistas da Machava, como é possível inferir com o depoimento de mamã Lina sobre sua situação atual:

Eu consigo rendimento, mas não é muito não, não é suficiente para todo mês. Eu vivo bem com a minha família, mas faltam alimentos suficiente para dar à família, pois não tenho ajuda de ninguém, concretamente de um marido ou de um filho adulto que trabalhe, que ajudasse.

A falta de ajuda apresentada por Lina e a ausência de marido e filhos em condições de trabalho é a própria ausência de apoio governamental ou da própria UGC, que anteriormente disponibilizava assessoria técnica e financeira. As cooperativas da UGC estão fechando suas portas, além da evasão de participantes, a estrutura física está sucateada ou ociosa, apesar de novas construções, como o aviário de reprodução na cidade da Mamaacha.

O auge das cooperativas da UGC foi entre os anos de 1983 e 1988, quando inclusive conseguiram construir toda uma rede de proteção social, educacional e de saúde para suas cooperativistas e a população em geral, além de toda uma estrutura física de produção, principalmente, para a produção avícola, como os aviários familiares, a fábrica de ração, o

centro comercial, a encubadora e o aviário de reprodução (comunicação pessoal, Sr. Ricardo, 10/12/2015).

Conforme já destaquei, a abertura de mercados, o crescimento da cidade de Maputo, o grande êxodo rural e a necessidade de expansão das zonas residenciais, com impacto imobiliário, levaram à ocupação da cidade, principalmente das regiões onde localizavam-se as cooperativas. Essas regiões transformaram-se em zonas industriais e residenciais, não sobrando muito espaço para as cooperativas, um dos motivos pelos quais foram se esvaziando. Embora toda a emancipação proporcionada pelas cooperativas, alguns fatores levaram ao esvaziamento delas. O depoimento da mana Paula indica como essas organizações encontram-se.

O padre Prosperino nos ajudou muito, mas depois da morte dele, as cooperativas estão falindo marjoritariamente. Nós fizemos muitas coisas através delas, algumas cooperativistas ainda fazem, mas são poucas.

Paula foi mais adiante explicando que as cooperativas apesar de estarem falindo, ainda possibilita renda para algumas. A constatação de que as instituições faliram também confirma informação de outros depoimentos “podemos dizer que o movimento cooperativista afundou-se” (comunicação pessoal, Sr. Ricardo, 2013).

Analisando os depoimentos de algumas das minhas entrevistadas, como mana Paula e Hortência, observei que suas análises são bastante pessimistas, dizendo sobre o que sobrou de estruturas ociosas e a falta de apoio técnico e financeiro para a demandas das pragas nas hortaliças, como também da qualidade do solo e para a continuidade das cooperativas sem a criação de frangos.

Buscando responder as perguntas desta pesquisa, passo agora à descrição e análise do grau de autonomia que a renda obtida no trabalho das cooperativas possibilitou às mulheres da Machava, pois uma primeira conclusão é a de que as entrevistadas confirmaram que viveram deste trabalho coletivo, apesar do seu fraco desempenho.

3.3.2. Sobre a autonomia das mulheres em relação à divisão sexual do trabalho, violência doméstica e sexualidade

A ideia de que as mulheres em regiões Africanas trabalham muito, não é novidade, o que parece ser novo é a possibilidade de essa mulher ter algum grau de autonomia na definição da sua vida independentemente do homem. As entrevistadas deram tais sinais que indicam essa possível autonomia, conforme informado por mana Paula:

As mulheres trabalham em toda parte, elas podem fazer de tudo, inclusive construir a sua casa e ficar com o seu dinheiro.

Apesar de trabalhar muito, inclusive em áreas tidas como masculinas no ocidente⁷⁷, as mulheres indicam ter autonomia sobre o dinheiro, resultado do seu trabalho, o que confirma a observação de que o dinheiro está nas mãos das mulheres nesta região do país, quando as vemos trabalhando, mas também comprando, por exemplo, as lindas capulanas para as festas de casamento.

⁷⁷ Ana Loforte nos fala que, no caso Africano, a diversidade cultural, na organização econômica, as influências das ideologias locais, a separação entre papéis masculino e feminino e as outras variáveis culturais requerem um maior rigor na compreensão da subordinação e autonomia da mulher. Ver Loforte (2003).



Figura 23 - Maria Alice, ex cooperada
Fonte: Autora, 2013

Maria Alice é um exemplo dessas mulheres que vivem sozinhas, conseguindo criar os seus filhos com a renda do trabalho na cooperativa. Muitas mulheres vivem sozinhas, entretanto, parece que o fato de viverem sozinhas responsáveis pelos seus filhos, lhes dá condições de desenvolver estratégias próprias de sobrevivência. Pois, sem a tutela do homem, organizam-se na busca de gerenciar sua própria vida, o que lhes confere certa autonomia. Foi o que disse Maria Alice e Paula, respectivamente, sobre viver sozinha, criando seus filhos, casadas ou separadas:

Eu tenho 4 filhos, sou separada e vivo sozinha, assim criei os meus filhos, hoje estão fora, estudando ou já trabalhando. Fiz a minha casa e tenho automóvel.

e Paula:

O meu marido saiu em 86 para RDA(ex-Alémanha Oriental) e em 91 foi a Suazilândia, podemos ficar muito tempo sem fazer nada, ele viveu fora porque estava a trabalhar, na RDA estava numa fábrica de montagem de luzes e depois foi para a Suazilândia, vivi quase solteira com as minhas

filhas. Quando uma casou, tivemos que mandar chamar, ele vinha uma vez por ano. E as meninas antes de casar ajudavam nos trabalhos domésticos.

As mulheres do sul de Moçambique estiveram por muito tempo sozinhas com os seus filhos, pois além da viuvez ou do divórcio, ocorreu uma imigração masculina para o trabalho nas minas da África do Sul, mas também para outros países, como a Suazilândia, ocasionando povoados inteiros com família de velhos e crianças chefiados por mulheres. A maioria das entrevistadas vive sozinha com seus filhos e filhas.

Aqui é relevante relembrar os estudos de Bernardo (2003) sobre a matrifocalidade, quando identificou aspectos dessa organização familiar como uma alternativa que teve suas origens em regiões Africanas que na diáspora no Brasil foi ressignificada, possibilitando igualmente certa autonomia à mulher.

No entanto, esta não é somente a causa do número de mulheres chefiando suas famílias, pois mesmo com a presença masculina nos lares, nesta região, os homens continuam ausentes no que tange à contribuição para o provimento financeiro familiar, conforme se pode constatar pelo depoimento de Paula:

[...] os homens andam nas ruas, nas bebedeiras, mas as mulheres não, elas estão sempre trabalhando.

Com a fala de Paula, lembrei-me que ao caminhar pelas ruas da cidade, tanto da Matola quanto de Maputo, chamou-me a atenção enormes aglomerações masculinas, pois enquanto alguns homens cuidavam do seu pequeno comércio⁷⁸, um grupo em volta, acompanhava-os nas conversas, dando a impressão de que, realmente, os homens não fazem nada por lá, ou por falta de um mercado de trabalho ou porque são mesmo, as mulheres, quem trabalham. Outro depoimento de Paula permite confirmar minhas observações, sobre a predominância do trabalho feminino em várias áreas:

As mulheres são livres hoje, mas antes eram escravizadas, só ficavam em casa, fossem ricas ou pobres, mesmo no tempo colonial. As pobres só iam pra machamba. As mulheres fazem muitas coisas, constrói casas mais que o homem. Agora a mulher está livre de fazer tudo o que quiser, a mulher

⁷⁸ Em geral, comércio de roupas e calçados, eletrônicos, além dos costureiros com suas máquinas na frente das lojas de capulanas.

agora tem mais dinheiro que o homem, veja nos mercados grandes negócios são feitos pelas mulheres.

É possível observar que, no geral, minhas interlocutoras têm a percepção de agora serem livres, diferentemente do período colonial, apesar das amarguras sofridas pelos momentos difíceis após a independência. Essa constatação também é confirmada por Isabel que diz que as mulheres hoje são livres para fazerem, inclusive, grandes negócios:

Sim, nos dias de hoje as mulheres são livres, trabalham, pagam as suas contas, custeiam as despesas dos filhos na escola, para estudar na faculdade, compram seus carros, antigamente não era assim, a mulher tinha que ser submissa ao homem.

Custear sozinhas os estudos dos seus filhos e sustentar a sua casa, apesar de toda carga de trabalho, as mulheres, já sabendo que estão sem os seus maridos, assim, criam maneiras de organizar a vida de uma forma a garantir o sustento delas e dos familiares. Nesse sentido, são elas as responsáveis pela decisão de onde e como utilizar o dinheiro e de como gerir a sua casa e cooperativa, demonstrando desta forma, uma autonomia econômica e política.

Essa capacidade provedora da família, de construir sua moradia, comprar o complemento alimentar, providenciar a eletricidade, a água, a produção das verduras e legumes, além das condições escolares para seus filhos e filhas, garantiu a essas mulheres uma autoestima que contribuiu para maior autonomia e empoderamento.

Contudo, as entrevistadas afirmam que nem sempre foi assim, comparando com o período colonial, conforme dito acima, que *as mulheres eram escravizadas pela metrópole e só ficavam em casa e iam às machamba* mamã Etel também confirma essa comparação de fases:

Nos anos 1950 as mulheres só casavam, não faziam outras atividades e esperavam tudo dos seus maridos.

As mulheres só casavam e não faziam outras atividades, essa não é posição somente de mamã Etel sobre a ideia do casamento como uma das tantas *atividades* reservadas às mulheres, em um Estado moderno. Tal afirmação confirma minhas observações a respeito do prestígio dado ao casamento atualmente em Moçambique, como reflexo do período indicado pela interlocutora, referente ao período colonial.

A última legislação da família em Moçambique que deu lugar ao último Estatuto da Família, aprovado em 2004, tinha como referência o código civil português de 1966, que mantinha alguns dispositivos do código dos anos de 1867, quando a instituição casamento⁷⁹, nos moldes do Estado moderno, era entendida como célula base da sociedade, espaço do afeto e compreensão. Entretanto, esse parece ser muito mais o espaço no qual são estruturadas as desigualdades entre homens e mulheres e também apreendidos modelos hegemônicos e hierárquicos do feminino e do masculino, com o casamento e a maternidade como único destino da mulher (ARTHUR *et al* 2012).

Desta forma, a ideia de que o trabalho na machamba e o trabalho em casa, não é um trabalho, parece indicar o quanto desvalorizada são as tarefas executadas por mulheres nesta sociedade, inclusive sendo internalizado, também, por elas mesmas. Assim, por causa do trabalho na agricultura, historicamente ser ligado à mulher, estando no entorno da casa, no seu quintal, se confundindo com o trabalho doméstico, também ligados à mulher, não é visto como gerador de renda e produção de riqueza à sociedade.

Entretanto, concordando com várias das minhas interlocutoras, as pesquisas de Osório (2006) corroboram que fatores da modernidade, influenciaram não apenas a constituição destas famílias, mas inspirou também o surgimento das novas formas de famílias monoparentais, com as mulheres sendo as suas responsáveis.

Ainda sobre a divisão do trabalho doméstico, a maioria das interlocutoras disseram não conseguir partilhar as tarefas com os seus maridos quando estes estão em casa, somente conseguem dividi-los com os seus filhos e filhas, conforme exposto por mana Paula:

Eu faço tudo em casa não tenho empregada porque as pessoas aqui não respeitam o trabalho doméstico, não valorizam o seu trabalho. Comecei a trabalhar em 1983, aos 20 anos, e nunca tive empregada, só ficavam com minhas irmãs mas quando cresceram foram viver nas suas famílias. Os nossos maridos não nos apoiam nos trabalhos, mesmo para lavar pratos não conseguem, esperam tudo de mim.

Antes de continuar na análise sobre a divisão do trabalho doméstico, é importante ressaltar que Paula apresentou-me uma característica da sociedade moçambicana que é o seu aspecto hierarquizado, uma herança do período colonial de transferir para uma outra pessoal, entendida como inferior, as tarefas que são desvalorizadas socialmente, como o trabalho

⁷⁹ Sobre o estatuto da família, ver estudo de Santana (2006) e de Arthur et.al (2012).

doméstico. Assim, nesse país, pelo menos nesta região sul, ter empregada ou empregado, doméstico confere à família um status. Em Moçambique, a função de trabalhador doméstico é tanto de homens⁸⁰ quanto de mulheres, que majoritariamente são as moçambicanas e os moçambicanos negros, isto prá dizer que, pelo grau de hierarquização neste país, não existe emprego doméstico com pessoas não negras.

Retornando à reflexão sobre a divisão sexual do trabalho, Paula diz que os maridos não fazem nada, *nem a louça, lavam*, e que esta tarefa às vezes é dividida com a ajuda das irmãs mais novas, antes de formarem suas famílias, ou seja, o trabalho doméstico é tarefa de mulher. Sendo assim, neste país, parece que é a conclusão que posso ter, apesar da aparente alteração com a nova juventude, pois depoimentos de outras interlocutoras indicam que tais ideias podem estar se alterando entre a juventude, visto que nas famílias onde os homens não executam o trabalho doméstico, são os filhos e filhas quem o fazem. Sob esse aspecto Isabel também confirmou:

Eu é quem varro o quintal e o meu filho lava a louça, em relação à comida quando não sou eu a cozinhar, quem cozinha é a minha filha mais velha, raramente o meu marido ajuda.

Na interpretação de Isabel, parece que aos homens caberia ajudar ou não, neste caso, raramente o seu marido à ajuda, pois quem lava a louça e cozinha são o seu filho e filha, respectivamente. Os dois depoimentos trouxeram informação de que a nova geração de jovens pode estar se alterando nesta sociedade, visto que homens e mulheres executam tarefas domésticas⁸¹.

O depoimento de Maria Alice confirma esses dados corroborando a hipótese sobre a nova geração:

Os jovens já procuram moças prá casar que estudem e trabalhem, dizem: quando casarmos, cada um vai pro seu emprego e arranjam uma empregada.

⁸⁰ O trabalho doméstico assalariado, em Moçambique, é executado tanto por mulheres quanto por homens. Ver estudo de Zamparoni (1999).

⁸¹ Ver: Rede HOPEM <http://www.hopem.org.mz/>

A interlocutora Maria Alice apresenta um aspecto importantíssimo no comportamento de homens jovens na contemporânea Maputo no que se refere à ideia de igualdade de acesso ao trabalho fora de casa para homens e mulheres, mesmo que, transferindo a tarefa, para uma outra pessoa, a empregada doméstica, conforme analisamos anteriormente.

A Moçambique contemporânea, mais especificamente sua capital Maputo, considerada uma metrópole dentro do seu país, possibilita mais rapidamente estas mudanças de comportamentos, especialmente da juventude. Por a região circular vários estrangeiros e estrangeiras, talvez pelo seu grande número de sedes de organizações sociais, nacional e internacional, talvez estes fatos, expliquem as alterações nesta geração jovem.

Mas também, o fato da existência no país de uma organização não governamental, a *Rede HOPEM*, cujo objetivo primeiro é o de envolvimento dos homens com a finalidade de lutar pela igualdade de gênero e promoção dos direitos humanos, saúde e bem-estar das mulheres e meninas.

Dessa perspectiva, observamos ainda que algumas das nossas informantes conseguem ter uma divisão de trabalho no espaço doméstico mais igualitário, porém são com os filhos e filhas. Em algumas casas não é difícil encontrar os meninos desenvolvendo as mesmas tarefas domésticas como o cuidado com os irmãos menores, lavagem da louça, buscando a água e varrendo a casa.

Porém, ainda a maior parte do trabalho especialmente, dentro de casa, para a família, o não remunerado ou, o remunerado informalmente, o fora de casa, continuam sendo executados pelas mulheres, pois são longas e diversas jornadas de trabalho, conforme exposto por Isabel:

[...] uma mulher moçambicana tem que ser uma mulher mãe, produtiva, educadora, paciente e que luta para vencer qualquer problema, ela tem a carga de cuidar dos filhos, da igreja, dos netos, ir fazer campanha para o seu partido político, então é muita carga para uma única cabeça, mas hoje em dia, somos livres.

Porém, parece que trabalhar demais, inclusive no ativismo partidário, não é o maior problema das mulheres, desde que sejam livres, mesmo que sozinhas paguem as suas contas, é o que parece bastar para nossas interlocutoras. Segundo Santana (2006), algumas mulheres parece compreender o sentido de emancipação da mulher proposto pelas lutas de

independência do país e pela OMM, por isso, seguem em busca desta emancipação. Maria Alice confirma nossa análise, pois apresenta algumas das tarefas executadas por mulheres na esfera política:

Hoje muitas mulheres têm poder, tem a presidente da assembleia nacional, primeiras ministras, mulheres empresarias, numa sala de aula já se encontram 1/3 de meninas estudando.

A presença acentuada de mulheres (chegando em média a uns 30%) nos cargos parlamentares e no executivo,⁸² foi o que nos impulsionou à pesquisa neste país, entretanto, pois segundo Osório (2010), apesar do grande número de mulheres em cargos públicos, estes ainda não são os lugares, centro do poder ou da definição de políticas públicas de alteração das desigualdades de gênero.

Maria Alice também nos apresenta que o número de meninas nas escolas pode estar aumentado, ampliando assim a possibilidade futura de mais mulher nestes espaços e quem sabe em melhores condições de alteração da sua situação desigual. Maria Alice, informando que as mulheres têm dinheiro, demonstra também o que para ela é uma demonstração deste fato:

As mulheres têm dinheiro, existem homens que andam atras de mulheres mais velhas/adultas, exatamente por causa disto

Como podemos verificar parece que a possível autonomia financeira das mulheres esta provocando alterações nos comportamentos, indicando uma tendência de seu protagonismo no sustento da família.

Dando sequência na busca de compreender a possível autonomia destas mulheres, percebemos que as questões referente à divisão das tarefas doméstica estão de alguma forma relacionadas com outros aspectos que dizem respeito à opressão da mulheres, como por exemplo, a violência sexista. Conceição exemplifica, vejamos:

⁸² Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH do PNUD de 2013, sobre as desigualdades de gênero, países Africanos estão entre os 40 países que as mulheres estão muito bem posicionadas, Moçambique é um destes.

O meu marido é calmo, não bebe, mas também não faz nada, não dá nada pros filhos....

O depoimento de mamã Conceição não só concorda com as avaliações por parte das outras, de que os homens nada fazem na divisão das tarefas domésticas, porém nos traz um novo dado que é muito importante nos estudos sobre a vida das mulheres, que é sobre a violência doméstica. Quando minha interlocutora diz que ele *é calmo*, pode ser que esteja dizendo que - *ainda bem que o meu marido não é violento* -, isto pode nos indicar o nível de violência doméstica nesta região, pois Paula também chama atenção de que o seu marido, *é muito calmo*:

Sim mas no meu caso nunca me bateu, é muito calmo não fala muito, mas também respeito meu marido Os homens moçambicanos batem.

Mana Paula acrescenta que ele é calmo, porém diz que ela o respeita, talvez se não respeitasse, ela não fosse tão calmo assim. Nos estudos sobre a violência sexista, mas propriamente a doméstica, estão alguns dos motivos justificados pelos agressores e por parte da sociedade, a saber: *ela me deixou nervoso, ela não me respeitou, ela não limpou a casa direito e fiquei nervoso, ela não fez a comida direito, ela nunca quer sexo*. Estes são motivos, pelos quais, os homens justificam baterem na mulher, desta forma, parece que o que acontece em Moçambique não difere do mesmo que acontece noutras partes do mundo⁸³.

Domesticamente há muita violência contra a mulher, ainda as mulheres são violadas (agredidas) pelos maridos.

⁸³ A este respeito, na Europa a cada três mulheres uma já sofreu algum tipo de abuso (assédio, abuso sexual, estupro, violência doméstica), sendo que a maior percentagem de violência contra a mulher está na Dinamarca, Finlândia e Suécia, as mulheres são mais abusadas, 33%.



Figura 24 – Leonor na plantação de couve
Fonte: Autora, 2013

Segundo a interlocutora Leonor, a responsabilidade dos maridos e esposas não se darem bem, é das esposas, por elas não saberem tomar conta dos seus homens.

Algumas pessoas não se dão bem com os maridos por não saber como tomar conta.

Leonor, parece justificar o papel indicado para as mulheres no casamento que é o cuidado e a responsabilidade, pelo bem estar da família, responsável por mantê-la unida, nos moldes do Estado moderno. Assim, os familiares e a própria comunidade torna-se responsável por controlar se esta mulher está ou não repetindo o seu marido.

Minhas interlocutoras confirmam estudos de Loforte (2000) de que na divisão sexual do trabalho dentro de casa, entre os povos Tsonga, povos que vivem no sul deste país, cuidar dos diferentes membros da família, como crianças, idosos, produção de bens e serviços para consumo do próprio agregado, compete à dona de casa, ou seja, na divisão de papéis sociais

entre gêneros se atribui às mulheres, as tarefas de reprodução doméstica, uma boa parte do seu tempo é dedicado à atenção dos familiares, segue Leonor:

O meu marido ajuda-me, às vezes ele vem me ajudar aqui na machamba. Ele tem máquina de costura e entendemo-nos muito bem em troca de ideias sobre como criar nossos filhos.

O marido de Leonor, parece ser exceção, pois divide o trabalho na machamba, inclusive dividindo a educação dos filhos. Além de também trabalhar, o esposo de Leonor faz biscate. Ele tem máquina de costura⁸⁴, por isso executa estes biscate, ou seja, não é assalariado, mas trabalha. O depoimento de Leonor nos indica ainda, outro fator de preocupação das mulheres que é o desemprego masculino.

Os homens são maioria no emprego formal e como não há emprego, este é um dos maiores problemas das mulheres na Machava, segundo nossa interlocutora Isabel, este é de fato, o maior problema das mulheres, o desemprego masculino:

A vida da mulher está melhor agora e o problema das mulheres é que não tem emprego pros homens.

Contudo, mama Etel, confirmando nossas análises, diz que as mulheres, por estar em todos os lugares, mesmo que trabalhando muito, pode significar um grau de autonomia, inclusive podendo viajar sozinhas ou com outras mulheres, para os países vizinhos, mesmo que para o trabalho, na busca de mercadorias para o comércio local.

A vida da mulher antigamente era difícil, mas agora é mais ou menos, agora muitas mulheres trabalham muito, algumas nos mercados, nas cooperativas, e outras vão a África do Sul para conseguir a sua subsistência.

A mobilidade nos deslocamentos entre regiões, inclusive, países diferentes, falada por mamã Etel, só ocorre por causa desta possível autonomia, contribuindo assim para ampliação desta emancipação. A maioria das minhas interlocutoras, vive sozinha, sendo responsáveis por sua família e, somente uma parte, vive com o seu marido, que encontra-se desempregado, apenas *fazendo biscate*. Outras são viúvas, que é a situação de mamã Etel, que divide com a

⁸⁴ Em Moçambique como em outras regiões do continente Africano, os homens costuram em casa e na rua.

outra esposa o trabalho em casa e na machamba, único caso de poligamia entre minhas entrevistadas, vejamos:

A minha irmã, a outra mulher do meu marido também tem a sua machamba e conseguimos nos alimentar sem o nosso marido.

Refletinho sobre o exercício da sexualidade, mamã Etel nos traz um dos temas recorrentes nos estudos sobre a vida das mulheres ou estudos feministas no continente Africano que é a poligamia. Ela é o único caso, entre as nossas entrevistadas, que viveu a experiência da poligamia, vejamos:

Eu sou casada, mas ja sou viuva, nao tenho filhos, mas o meu marido,quando viu que não nascia filho, decidiu casar com outra mulher. Trouxe uma outra mulher prá casa. Essa segunda esposa teve 13 filhos mas faleceram 7. Ela vive comigo, é minha irmã. Os filhos dela são os meus filhos. Eu não reclamei dele arranjar outra mulher, até foi bom, pois quando eu não queria sexo, ele tinha a outra mulher.

Em seu depoimento, a nossa interlocutora apresenta a poligamia como uma possibilidade de alívio na vida das mulheres, frente as responsabilidades sexuais e na divisão do trabalho doméstico, como disse mama Etel, *somos amigas*.

Sobre a poligamia em Moçambique, essa tese verificou que o casamento poligâmico não faz parte da legislação atual da família, entretanto em nome de um *superior interesse da cultura* continua a realizar-se, principalmente no sul do país, região sob maior influência patriarcal⁸⁵, local também da nossa pesquisa (CHIZIANE, 2004).

Algumas das práticas culturais do país, como o casamento prematuro, a kutchinga/pitakufa e a poligamia, embora não estimuladas pelas instituições governamentais, também não são identificadas como violação dos direitos humanos, igualmente não são impedidas e nem punidas como uma violação da Lei da Família em vigor (ARTHUR, 2012).

⁸⁵ Segundo Casimiro (2003), apesar do país sofrer influências do patriarcado, é no sul, onde muito mais estão presente as ideias patriarcais, por exemplo, a gestão da família como uma chefia do homem. No norte de Moçambique o sistema é mais matrilinear, onde a ascendência materna é centrada na mãe, diferentemente do sul, onde é muito mais patrilinear. No norte também após o casamento os maridos passam a viver na região da família da mulher, enquanto que no sul do país a mulher ao se casar passa a viver nas terras da família do marido. Para Isabel Casimiro, no norte do país, ainda existem esses aspectos do sistema matrilinear.

Mama Etel, não vê problemas com a poligamia, apesar de saber que as outras mulheres, no geral, não gostavam:

É verdade que tem mulher que não gosta de que o marido tenha outras mulheres, mas eu não ligava, até era bom, pois eramos amigas. Eu não tinha problemas sexual com o meu marido, mas não gostava de fazer sexo todos os dias. O meu sangue não aguentava de fazer sexo todos os dias, então, tinha outra mulher.

Moçambique como tantas outras regiões não ocidentais convivem com a existência de tipos normativos, que são os direitos consuetudinários (direitos costumeiros), que continuam a prevalecer e legislar a vida das pessoas. Mamã Etel, parece confirmar esta ideia, apresentando tipos que poderíamos interpretar como de resistências e de negociação das mulheres com seus maridos, quando estes não as estão respeitando.

Ele não era mais velho quando casamos, eu tinha 20 anos, mas eu não gostava de sexo, mas depois eu já gostava, mas não queria fazer sexo todos os dias, nem 3 vezes ao dia.

Parece que no caso de mama Etel, a forma encontrada para não ter uma vida sexual forçada ou no mínimo opressora, o jeito foi aceitar a poligamia, diferentemente de Leonor, que segundo seu depoimento

Vivemos bem, mas antes ele traiu-me mas agora ele já voltou, sexualmente estamos bem e amamo-nos bem. Nós fazemos relações sexuais duas vezes por semana, eu também peço a ele quando sinto desejo.

Para Leonor, ela e seu esposo conseguem negociar muito bem os seus desejos, visto que perguntado por mim, quem mais solicitava a relação sexual, ela citou uma passagem da bíblia, dizendo que: *o meu corpo pertence ao meu marido, igualmente o corpo dele pertence a mim, assim, solicita sexo quem o deseja.*

Interpretando as falas das minhas interlocutoras, pudemos inferir que, pelo menos, com o depoimento de mamã Etel e com alguma exceção a vida sexual destas mulheres pode estar ligada à uma possível vida com menos condição de negociação no que diz respeito ao relacionamento sexual, após vejamos a fala de mamã Etel

Antigamente os maridos batiam nas mulheres só por causa de não querer fazer sexo, não queriam fazer sexo três vezes em cada noite, antigamente os maridos batiam só por isso.

Com base na fala de mama Etel, podemos considerar que a relação sexual com o marido não parece ser tal tranquila, para o conjunto das mulheres, visto o que nos disse ela, de que um dos motivos da violência contra a mulher no espaço doméstico era o fato das mulheres não quererem sexo mais de uma vez por dia.

Parece que ambos, convivem com um desejo desenfreado masculino, demonstrando que, os homens e as mulheres têm interesses e expectativas diferentes sobre a vida sexual, para um é o espaço de troca de prazer, mas também de demonstração da masculinidade, como um poder masculino e para a outra, um espaço de trocas de carinho, intimidade, conversa e atenção, a penetração e o orgasmo seria apenas, a consequência (*CUMBI, 2015*).

O resultado de tal disparidades é uma vida conjugal marcada por violência verbal, física, psicológica e simbólica, contra a mulher que se vê numa relação sexual não desejada. Nossas interlocutoras confirmam esta análise, citando novamente, mama Etel:

eu nao gostava no começo, mas depois gostei, mas não queria várias numa noite e nem todos os dias...

A violência contra a mulher é vista como uma questão de saúde pública no país, assim, como tal, é combatida com estratégias e ações contra o ato da violência e contra os processos que geram e a mantém, como por exemplo, as hierarquias de gênero na sociedade, pelo menos estes são os objetivos escritos nos documentos governamentais e não governamentais do país e também nas ações permanentes do movimento feminista em Moçambique.

Observamos entre nossas interlocutoras que o sentido de emancipação, ou autonomia não diz respeito a ter ou não, um marido ou a ter ou não, dinheiro, apenas diz respeito, a poder viver de forma que se respeitem, um ao outro, respeito aqui podendo significar uma vida sem violência, o que parece terem conseguido, algumas destas, relacionando sua participação na igreja como responsável por viverem, marido e mulher, em harmonia, vejam o que dizem Isabel e Leonor:

Isabel

Ultimamente tem sido calmo porque contamos com a ajuda da igreja, já passamos por uma fase difícil na qual o meu marido ainda tinha muitas brincadeiras não levava a vida de casado com responsabilidade. Não, violência não, em algum momento podia haver falta de respeito, não se comportava como um pai ou chefe de Família, mas violência física não, hoje dirigimos juntos a Família e ele assume o papel de chefe da Família.

e Leonor:

Os maridos respeitam as mulheres, especialmente nós os crentes, como eu, que frequento a igreja.

Algumas destas mulheres falaram sobre violência doméstica, mas nenhuma delas disse ter passado por tal situação e sim, apresentaram saber da sua existência na região, mas acham que a situação está melhorando por causa da ação das organizações, como a OMM, juntamente com delegacias de polícia, que neste caso, priorizam muito mais um caráter educativo para com os homens do que punitivo.

Mana Isabel, em seu depoimento nos pediu ajuda sobre um caso de violência doméstica em sua família, envolvendo o seu irmão e sua cunhada, esposa dele, vejamos:

Violência tem até agora em casa dos meus pais, o meu irmão bate na mulher, na família, algo que não é normal, às vezes parece que bebe ou droga se, tentamos levar ele ao hospital para exames médicos mas não conseguimos levá-lo, não entendemos o que esta acontecendo com ele. Eu falei com a minha mãe para que no momento em que praticasse essa violência, era para correr pra esquadra (delegacia), mas ela não entende e acha que ele vai ser preso, eu estando casada no meu lar não posso fazer nada sem o consentimento deles, mesmo na semana passada bateu na minha sobrinha que desmaiou 3 vezes, de fato a violência doméstica ainda existe aqui em moçambique e esta situação pode nos trazer muita tristeza.

Mais uma vez, esquecemos que a nossa pesquisa não era participante e conversamos com nossa interlocutora sobre como entendíamos a violência doméstica contra a mulher, Isabel pediu-nos para levar o gravador para que a sua mãe pudesse ouvir o que dissemos sobre a violência do seu irmão na família dele, com a esposa e a filha.

Maria Alice ao fim do seu depoimento nos falou de outros dois temas recorrente nos estudos sobre as mulheres em regiões Africanas, que para algumas pesquisadoras e

pesquisadores, além do movimento de mulheres, é também compreendido como forma de violência, oprimindo a mulher, que são dois recorrentes ritos de passagem, o lobolo e ainda, no caso de Moçambique o kutchinga. Sobre o lobolo, Isabel nos informa que sentiu muito não ter sido lobolada:

Eu não fui lobolada, mas queria sim, pois acho que é uma forma de agradecer nossos pais, pois a mulher não tem preço. Antigamente era problema, pois os homens entendiam que estavam comprando, diziam, *eu te comprei, eu paguei por você*, ou *teus pais comeram o meu dinheiro*, mas hoje é simplesmente um símbolo, acho a festa super bonita e depende da família.

Mesmo não entendendo o significado do *antigamente* de Maria Alice, que pode ser no período colonial ou no após a independência, período que o primeiro governo, combatia as tradições, *como um atraso para a modernidade*, minha interlocutora, discorda de que o lobolo seja opressor em relação à mulher, segundo Maria Alice, depende das famílias. A mesma opinião têm as outras interlocutoras.

Entretanto, sobre o kutchinga ou kupitakufa, um ritual de purificação que a viúva teria que passar, tendo relação sexual com um irmão do viúvo, como forma de purificar-se, para Maria Alice, nesta região, sul do país, mais influenciada pelo patriarcado, em geral, são as mulheres, que ao casar, vão viver próximo ou na casa da família do noivo, pois esta é uma forma dos parentes do marido, se apoderar dos bens dela, incluindo os filhos do casal.

Esta é uma situação de maior vulnerabilidade das mulheres, é tida como pandemia por órgãos governamentais, movimentos dos direitos humanos, incluindo a Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique, vejamos o que diz Maria Alice:

Quando a mulher casa e vai viver na casa dos pais dele, aí é problema, pois se o marido morre a mulher fica na mão do sogro e tendo que submeter-se ao kutchinga, mas as mulheres da cidade já não aceitam, principalmente por causa da contaminação do HIV.

Apuramos que além das mulheres da cidade não mais aceitem participar de tal ritual, os movimentos sociais do país e também os profissionais de saúde tem orientado e indicado uma possível alternativa ao ritual de purificação que são uma série de banhos com folhas apropriadas como forma de contornar os riscos de propagação do HIV.

Mas parece que a vida de algumas destas mulheres cooperativistas da Machava é também de experiências de felicidade junto ao seu marido, como no caso da Hortência, diz ela:

Eu e meu marido eramos felizes, só nos separamos por causa da morte, ele ajudava na machamba também, vivíamos bem.

E Leonor:

O meu marido ajuda-me, às vezes ele vêm me ajudar aqui na machamba. Ele tem máquina de costura e entendemo-nos muito bem, trocamos de ideias sobre como criar nossos filhos. Há mulheres que não respeitam seus maridos, mas também maridos que não respeitam suas mulheres.

Pudemos identificar ao longo das nossas conversas que as mulheres de alguma forma, têm consciência da sua opressão e conseguem produzir estratégias de resistência as vezes individual, na convivência com o seu esposo, como não cozinhar bem para o marido, citado por mamã Etel:

Há também outras mulheres que violam (agridem) seus maridos, cozinham bem e não dão para seus maridos. Quando fazem a comida deles, cozinham mal.

Um dos critérios utilizados por mim na análise do grau de autonomia das mulheres nesta região foi a sua capacidade de geração de renda, também a possibilidade desta renda conseguir custear a sua vida e da sua Família melhorando as condições de negociação com os homens, numa vida sem violência em casa e fora de casa.

Percebi com os depoimentos destas mulheres cooperativistas da UGC que este trabalho possibilitou romper algumas destas barreiras patriarcais, graças as suas ações e lutas individuais e coletivas, aproveitando as políticas de ações afirmativas adotadas pelo Estado Independente de 1975, políticas estas defendidas por sua participação na sociedade.

3.3.3. Participação nos espaços políticos

Um dos motivos que nos levou a pesquisar mulheres em Moçambique, foi a capacidade destas criarem vários movimentos sociais, através da orientação e apoio governamental, mas também através de movimentos e organismos governamentais internacionais, como a Marcha Mundial de Mulheres e a Via Campesina ou as conferências internacionais dos direitos sobre a mulher.

Foi possível constatar que participar destas organizações sociais possibilitou às mulheres certo grau de conhecimento e autonomia para gerir renda e melhor condições de vida, pelo menos, identificado nas minhas interlocutoras, sobre a questão da violência doméstica, segundo disse mamã Etel:

Sobre a violência contra a mulher, aqui na Machava, agora está mais ou menos, porque existe a Associação contra Violência doméstica. Essa associação ajudou muito as famílias e agora trabalha em conjunto com a polícia local. As pessoas ou homens que cometiam violência doméstica eram presas, mas agora são sensibilizados (passam por formação).

Com a ausência do Estado na resolução dos problemas sociais, são as ONGs, as responsáveis pelo desenvolvimento de políticas frente à violência contra a mulher. Na Machava, conheci a Associação Contra a Violência Doméstica que é uma organização não governamental e que trabalha junto aos órgãos do governo local, como a polícia e segue orientação da OMM, responsável socialmente pelo trabalho com as mulheres, no país. Apesar da grande ligação com as mulheres das cooperativas da UGC, a OMM se preocupa também com todas as mulheres, foi o que disse mana Paula:

As mulheres conhecem sim a Associação, porque a associação não existe só para as mulheres das cooperativas, mas também para as mulheres, nos bairros. A OMM foi muito importante para as cooperativas. Antigamente apoiava mais, mas agora não. Sim, já ouvi falar do Fórum Mulher e da Marcha Mundial de Mulher.

Minhas interlocutoras confirmam observações e informações colhidas por mim durante a preparação e a própria coleta de dados na Machava, quando estivemos nos dois anos (2012 e 2013) no país enquanto ocorria a *Campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da*

*violência contra a mulher: 20 de novembro a 10 de dezembro*⁸⁶. Esta é uma campanha internacional que Moçambique tem participado ativamente. Durante uma das idas à Machava, neste período, tivemos a oportunidade de conhecer a Associação Psicossocial às Vítimas da Violência contra a Mulher.

Segundo comunicação pessoal com a colaboradora da instituição, com sede em Maputo e na Matola, onde fica a região da Machava, o serviço desenvolvido pela instituição é o de atender as denúncias de violência contra mulher e crianças, possibilitar suporte psicossocial e jurídico às mulheres. A instituição trabalha em conjunto com a polícia, quando o caso assim o exigir, por este motivo, as minhas interlocutoras reconhecem o trabalho destas instituições (comunicação pessoal, 25/11/13).

O país mantém uma articulação política internacional com vários movimentos, a Marcha Mundial de Mulheres é um destes. Esta é uma organização feminista internacional, anti capitalista e de esquerda⁸⁷ que desde o ano de 2014 tem como sua direção internacional, as feministas de Moçambique. Foi possível aferir que as minhas interlocutoras não conhecem esta organização, no caso de mamã Etel, apenas ouviu falar. As mulheres das cooperativas são atuantes na OMM, afinal foi quem as ajudou criar as cooperativas, além de ser uma espécie de organismo interno do partido Frelimo, responsável pelas mulheres, como também participam do partido, Isabel e Lina, confirmam:

Participamos da OMM porque a OMM é a nossa madrinha então vamos as reuniões marcadas. Participamos também do partido.

Lina:

Apesar de não precisar participar mais, por causa da idade, eu ainda participo do partido e também da OMM.

Todas as minhas interlocutoras participam da OMM, indicando assim, aproximação da UGC com a OMM, no entanto, apesar da OMM e da FRELIMO terem entre seus fundamentos a emancipação da mulher como horizonte, o termo feminismo, não é muito

⁸⁶ A Campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres: 20 de novembro a 10 de dezembro foi iniciada em 1991, por iniciativa de um centro de liderança global - CWGL nos EUA, fundado por uma feminista norte americana. Vários países participam desta campanha, incluindo o Brasil.

⁸⁷ Esquerda nesta tese é entendido como o termo que localiza um movimento de luta anticapitalista, anti imperialista, pode ainda compreender a luta antirracista, antipatriarcal, anti-homofóbico, anti lesbofóbica e anti transbofóbica.

conhecido ou utilizado, por minhas interlocutoras, visto que ao ser perguntadas apenas se conheciam o feminismo ou se já tinham ouvido falar, todas elas disseram apenas que tinham ouvido falar, não senti muito firmeza nas respostas, assim, optei por não continuar o assunto.

Parece que a possibilidade destas mulheres saberem sobre o feminismo é através do Fórum Mulher, uma entidade que agrega outras organizações sociais como sindicatos e entidades de direitos humanos, como disse mana Paula:

Eu sou da OMM. Quando estou livre participo sim. Sim há muitas pessoas do Fórum Mulher, que vêm aqui vem falar sobre direito das muitas mulheres. Já ouvi sim, falar sobre feminismo.

Assim observei que minhas interlocutoras conhecem o Fórum Mulher, Paula diz que o Fórum faz atividades com elas e também que já ouviu falar do feminismo.

Constatei que o termo feminismo no combate à opressão patriarcal não é muito utilizado nas ações da OMM. Penso que os motivos devam ser de várias ordens, um deles é o fato do termo feminismo ter se originado no norte global, Europa e EUA, provavelmente, um dos maiores motivos, afinal a luta contemporânea das mulheres no continente, se deu no bojo da luta contra o colonialismo europeu, na mesma medida, uma outra luta, em seguida, contra os opositores deste colonialismo, que no geral, foram os revolucionários socialistas.

Destarte, tanto na luta contra a opressão patriarcal colonial ou depois, na convivência com os *camaradas do partido*, sobreviveu a ideia de que o feminismo não é Africano⁸⁸ ou a ideia de que este feminismo pudesse fazer coro com o imperialismo capitalista, contra o qual o país estava em luta.

Este é o caso de Moçambique, apesar da utilização do termo feminismo, nos documentos governamentais e não governamentais e nos acordos internacionais, além da sua utilização nos estudos acadêmicos das Universidades do país, estranhei assim, o desconhecimento por parte desta população.

Porém, nesta questão entendi que para minhas interlocutoras, faz sentido, a não familiarização com o termo *feminismo*, pela origem da OMM, sua madrinha, ser juntamente

⁸⁸ A ideia de que o feminismo não é Africano refere-se à ideia de que existe uma autenticidade Africana. Ver estudos de BAMISILE, Sunday Adetunji. *A procura de uma ideologia afro-centrica do feminismo ao afro-centrismo*.2013.

com a Frelimo, no movimento revolucionário soviético e do movimento socialista internacional, problemas no qual, as socialistas Alexandra Kollantai e Clara Zetkin, também enfrentaram, além dos motivos já tratados no capítulo II, sobre o termo ser entendido como uma ingerência europeia, local de origem do termo feminismo.

Além do mais, independente da utilização do termo *feminismo*, o importante é que as formas de resistência da mulher à sua opressão é tão antiga quanto a sua própria existência enquanto um grupo social submetido e excluído do poder.

3.3.4. Grupo Focal

Num esforço para compreender aspectos da vida destas mulheres, propus um exercício, que permitisse melhor oportunidade para maior diálogo com minhas interlocutoras, além de condição mais adequada à observação direta e indireta, sobre os temas da nossa pesquisa.



Figura 25 - As cooperadas durante a atividade do grupo focal

Fonte: Autora, 2013

Deste modo propus ao conjunto das mulheres dividi-las em três grupos para que em alguns minutos cada grupo conversasse e depois encenasse aspectos da sua vida cotidiana, na produção e comercialização; na sua vida no espaço de casa com o seu marido e filhos; na sua vida com o seu marido.

O resultado deste exercício foi bastante esclarecedor, pois confirmou parte fundamental dos dados colhidos nas entrevistas com as minhas interlocutoras de que o trabalho coletivo nas cooperativas garantiu a essas mulheres um jeito horizontal e solidário de construção das suas vidas, como também gerou renda, porém trouxe aspectos silenciados durante as entrevistas, que talvez não digam respeito à vida delas, das cooperativistas, porém deve fazer parte da vida de mulheres nos bairros onde moram, ampliando minha pesquisa para a convivência destas mulheres em seu ambiente de moradia além da vivência no ambiente de trabalho.

Sobre a produção, negociação e comercialização, as mulheres encenaram o seu dia a dia, relatando como se organizam para dividir as tarefas do cultivo de hortaliças. Todas

contribuem na decisão do que plantar, como plantar e quem deverá colher. Percebi uma prática bastante horizontal no funcionamento deste trabalho. Elas também apresentaram como definem o preço das mercadorias para a comercialização na cidade, que envolve uma negociação com as compradoras locais que podem ser as vendedoras diretas ao consumidor ou apenas intermediárias entre a produção na Machava e as consumidoras em Maputo, fechando todo o canal de distribuição destas mercadorias da produção até o consumidor final.

Neste grupo foi bastante interessante brincarem sobre a dificuldade de comunicação com as compradoras em Maputo, por causa das diferentes línguas, nesta mesma província, demonstrando que este problema não é um obstáculo na realização dos seus negócios, de compra e venda do produtos das cooperativas.

Essas mulheres evidenciaram uma autonomia no conhecimento das técnicas do cultivo de hortaliças, com o cuidado com o solo, a separação das sementes, a colheita, bem como, o conhecimento de contabilidade, no que tange conhecer os aspectos para a definição do preço final da mercadoria, como preço das sementes, dos remédios, por causa das lagartas, o preço dos adubos e o tempo total gasto para a produção, aspectos estes fundamentais para gerenciar tais organizações, em todas as suas fases. Entendendo aqui preço como o valor que o mercado coloca nos produtos.

Sobre o grupo que representou um relacionamento conjugal, as duas mulheres encenaram um casal, com o marido chegando em casa e sendo indagado pela esposa, por não ter lhes deixado dinheiro. Na cena a personagem da esposa se ajoelhou para conversar com o personagem do marido, que estava sentado na cadeira. Além disto a esposa estava reclamando com o marido, o fato deste não lhes deixar algum dinheiro.

Depois de muito reclamar com a esposa, por pedir-lhes mais dinheiro, o marido mudou de ideia e dá o dinheiro para a esposa, que em seguida, prepara-lhe o banho. O marido de banho tomado chama a mulher para *transar*. A mulher, tenta negociar com ele, para que o sexo seja seguro, com camisinha, mais ele fica nervoso com a cobrança da esposa. Ele não conseguindo nada, disse-lhe que irá sair, o que não a preocupou, pois esta apenas se resignou.

Percebemos neste grupo, a hierarquia existente entre o marido e a mulher, esta o tratando como senhor e ajoelhada em sua frente para entregar-lhes, por exemplo um copo d'água. Observei também, que neste caso, estranhamente, o dinheiro estava nas mãos do

homen e não da mulher, inclusive porque este tentou utilizá-lo para agradá-la e talvez conseguir sexo com a esposa.

A sociedade moçambicana, especialmente na Província de Maputo, mostrou-me uma região marcada por várias hierarquias sociais. Não somente de gênero e raça/etnia, como geracional e de posição econômica. Nas atividades coletivas com as mulheres esta hierarquia se apresentou fortemente, como nos horários das refeições a primeira a servir-se era eu, a convidada, seguida da presidente e somente após as duas, as outras mulheres poderiam se servir, o mesmo ocorrendo na utilização da palavra.

Os estudos sobre hierarquia, em geral, associados à ideia de prestígio e honra social, são estudados a partir do *conceito nativo e analítico*. No formato nativo como sendo uma categoria que faz sentido ao mundo prático e que são desenvolvidos historicamente pelo grupo, determinando e organizando a forma como as pessoas deste grupo se classificam e são classificadas e na forma analítica é analisado dentro de uma teoria científica que origina-se, de qualquer forma, nos estudos científicos sobre estes grupos sociais (GUIMARÃES, 2003).

Desta forma, as hierarquias presentes na região das minhas interlocutoras são provavelmente ideias provenientes dos contatos culturais, reformulados e influenciados pelas experiências históricas porque passam quaisquer povos no mundo, neste caso, tais como: os contatos comerciais, com outros povos do continente Africano, num primeiro momento e depois com povos, árabes e indianos; em seguida, com a submissão durante o colonialismo português, mais recentemente com a prática burocrática do chamado socialismo soviético, no pós independência, e atualmente com os valores de obediência próprios de uma sociedade de classe. Portanto, essa hierarquia pode ser proveniente destes aprendizados.

Por outro lado, não consegui perceber os possíveis privilégios reservados à mamã Etel, a não ser o de falar e servir-se primeiro. Talvez neste caso, ainda permaneçam possíveis valores provenientes das raízes culturais de seu povo, no respeito ao mais velho devido a experiência de vida que reflete o conhecimento e sabedoria adquiridos através dos anos.

Ainda sobre a análise das apresentações das encenações, confirmou-se os relatos destas mesmas mulheres durante a fase das entrevistas, no entanto na questão do dinheiro houve discrepâncias, porque elas destacaram que eram as provedoras da casa, em sua maioria, com a presença ou não do marido, já na encenação, ele é quem ficava com o dinheiro.

Sobre a mesma apresentação, as mulheres disseram que o mais comum sobre o pedido do esposo para fazer sexo, é o dele a obrigar e não optar por sair de casa, à procura de outros divertimentos, normalmente ele a obrigaria a fazer sexo, às vezes de forma violenta, segundo minhas interlocutoras.

O terceiro grupo que encenou a família com as filhas, apresentou a esposa reclamando do marido porque ele estava sumido de casa e que já faziam dois dias. O curioso é que as filhas ficaram do lado do pai. Em seguida, o grupo apresentou um marido irritado por ter chegado em casa e ter encontrado-a toda desarrumada e suja, neste momento a esposa manda as filhas limparem a casa o que deixa o marido mais bravo, chamando a mulher de preguiçosa e dizendo que ficou fora *dois dias e ela não faz nada em casa*. O marido decide sair dizendo que é sexta feira, dia do homem, mas as filhas conseguem fazê-lo mudar de ideia e aí, ele diz que ficará, atendendo os seus pedidos. Estranhamente as filhas têm um papel apaziguador na família.

Porém, na discussões que feitas após as apresentações, minhas interlocutoras confirmaram o que já tinham falado sobre a ideia de que algumas mulheres *não fazem nada* e ficam somente esperando o seu esposo chegar, o que os deixam aborrecidos. Esta atitude, acaba tentando justificar o fato do por que os maridos são agressivos com as suas esposas.

Entendi que esta forma de coleta de dados me aproximou muito mais das minhas interlocutoras, apesar da não convivência diária, com uma participação profunda e permanente com o grupo, no tempo de um trabalho de campo, conforme recomenda Geertz (1989) para a pesquisa de orientação etnográfica.

Entretanto, participei de alguns aspectos importantes destas cooperativas, principalmente quando nos envolvemos na busca por soluções ao cultivo da couve e da beterraba em algumas plantações na Machava. Mamã Etel havia me mostrado que um dos problemas na sua cooperativa eram as lagartas que estavam impedindo uma boa produção.

Achei que era um problema muito básico e fácil de solução, então fotografei a plantação e enviei ao Brasil, às estudantes, solicitando sugestões para mitigar a atuação nociva das lagartas, que após as mariposas colocarem os ovos, levam de 3 à 5 dias para destruir 30 % da produção.

Na semana posterior, um aluno e uma aluna, da Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo, Esalq/USP digitalizaram um livro e um manual da Faculdade de

Agronomia com sugestões alternativas e orgânicas de como cuidar dessa lavoura, tais como: regar chá de boldo e água de sabão de cinza nas folhas para expulsar as lagartas da beterrada, e a construção de armadilhas para as mariposas (lagartas adultas) com garrafas pets cheia d'água e velas.

Entreguei o material para as cooperativistas e expliquei o processo de expulsão das lagartas. Nasceria uma forma embrionária de futuro convênio entre as cooperativas da UGC, as Universidade em Moçambique e a Universidade no Brasil, quem sabe!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desse trabalho foi o de compreender a produção da vida material e da possível autonomia de mulheres no sul de Moçambique através do trabalho coletivo nas cooperativas da União Geral das Cooperativas.

O pressuposto é o de que as mulheres, nas várias partes do mundo fazem parte da população vulnerável, sendo as que mais trabalham, as que menos são remuneradas e, que também vivem em situação de quase nenhuma negociação com o seu cônjuge, ou com outros homens da sua família. Entretanto, é também pressuposto sua capacidade reativa na resistência individual e coletiva contra tal situação.

O interesse no estudo da autonomia de mulheres foi fruto da minha vivência com as questões ligadas às relações raciais e de gênero no Brasil, da atuação no movimento de mulheres e, dos questionamentos sobre a ausência dos problemas enfrentados pelas mulheres negras e indígenas no feminismo.

Porém, a decisão do estudo em Moçambique, foi por causa das mulheres, nesse país, estarem à frente de um conjunto de associações para a geração de renda e de ajuda mútua. Por estas serem uma forma de organização que adota os valores da solidariedade, sendo esses valores experimentados historicamente pelas mulheres, nas atividades comunitárias e na solução das problemáticas familiares, principalmente na maior parte da África.

Também foi instigante por analisar a grande participação das mulheres moçambicanas nos *espaços públicos*, do executivo e do parlamento, além de terem uma forte atuação em organizações de mulheres, incluindo o movimento feminista nacional e internacional.

Assim as interlocutoras dessa pesquisa são as cooperadas da UGC, cooperativas criadas após as lutas de independências contra a colonização portuguesa, cooperativas que tiveram o apoio estratégico do primeiro governo de orientação socialista, com os objetivos de emancipação da mulher para juntamente com os homens, reconstruírem o seu país.

Nesse sentido, são perguntas que permearam toda a tese, foi saber se as mulheres dessas organizações conseguiram alcançar sua emancipação através do trabalho cooperativo. Como estariam as cooperativistas da UGC? Conseguiram subsistência para si e sua família? Conseguiram algum nível de autonomia para melhor negociação com os homens? Como

estariam as mulheres dessas organizações em relação às responsabilidades com o trabalho doméstico, a violência doméstica e a sua participação nos movimentos sociais?

As respostas desta pesquisa, que dão suporte as minhas conclusões, partem de alguns lugares: o primeiro são os estudos realizados sobre a condição de vida das mulheres e suas formas de resistências, através do questionamento de feministas que denunciam a persistência da opressão e exploração das mulheres, posto que, para continuar a acumulação de capital em escala global, amplia-se o desemprego, os postos de trabalho precários, os desastres ambientais, as doenças, as migrações, atingindo sobremaneira as mulheres, uma vez que há aumento de trabalho precário- incluindo o não pago -, e a manutenção da violência contra a mulher.

Também levo em consideração o questionamento das feministas que discute ainda o modelo de desenvolvimento, como sendo o de apenas um crescimento econômico, servindo de horizonte à maior parte dos países. Pois, no caso de Moçambique, ao ter alterando o seu modelo econômico entrou numa economia de mercado onde o cooperativismo não mais serviria, levando as cooperativas ao seu esvaziamento.

O segundo lugar é o dos estudos de feministas questionando a não competência da economia clássica na percepção ou incorporação do trabalho das mulheres, seja o trabalho doméstico e o cuidado com as pessoas, como também todo um conjunto de outros afazeres executados pelas mulheres que estão, no chamado, trabalho informal.

Um terceiro lugar é o dos estudos das feministas negras, Africanase da diáspora, denunciando a visão do feminismo europeu, como o feminismo universal, não incorporando a realidade de todas as mulheres, as latinas, as Africanas, as asiáticas e as negras da diáspora. Esses estudos trazem assim, a perspectiva de um feminismo interseccional, o que incorpora a diversidade das mulheres. A ciência, nas suas várias áreas do conhecimento não tem dado conta de perceber a complexidade das relações humanas se não repensar os seus pressupostos universalizantes que partem somente de um lugar, a Europa e/ou o norte da América.

Um quarto e fundamental lugar é o das interlucuras da pesquisa, a partir dos seus depoimentos e das minhas observações. Desenvolver a pesquisa nesse referido país, indicou as possíveis estratégias que levaram essas mulheres a um conjunto de atuação econômica e política, o que permitiu a sua subsistência e da sua família.

O estudo concluiu que o trabalho associativo das mulheres gerou renda, que possibilitou (e ainda possibilita) *alguma* forma de empoderamento para si e sua família, garantindo *certa* autonomia na gestão da sua vida e de seus familiares. O aprendizado para as tantas tarefas do negócio cooperativista assegurou a essas mulheres maior conhecimento, tornando-as autônomas para gerir as suas cooperativas. Como a maioria delas vive sem o marido, são elas mesmas quem assumem a responsabilidade na gestão das organizações e na gestão da família, inclusive nas famílias onde existe o cônjuge elas também são as responsáveis pelo sustento, na quase maioria dos lares. Ou seja, a sua liderança familiar independe da existência do homem na casa.

Atualmente essas mulheres cooperativistas estão conseguindo dividir o trabalho doméstico com as filhas e os filhos, o que pode constituir num promissor vetor de transformação das próximas gerações. Porém a tese depreendeu, também, que as mulheres das cooperativas, na Machava, fazem parte da população vulnerável, pelo excesso de trabalho, uma vez que ainda são as responsáveis por todo o trabalho doméstico além do trabalho fora de casa.

Além disso, o fato desse trabalho não proporcionar nenhum excedente para poupar, algumas estão em situações sociais precárias, tudo isso por viverem em um país que teve (e tem) o seu curso histórico alterado por pilhagens, guerras e calamidades naturais, por ter passado nesse período, além da luta pela independência, uma outra luta de 16 anos, contra os opositores da independência, além das catástrofes naturais.

Concluo ainda que, o fato do país ter alterado os rumos econômicos e políticos para uma economia de mercado, determinou o esvaziamento dessas cooperativas da UGC, pois esses espaços coletivos são difíceis de serem mantidos num mercado altamente competitivo, como o é, em uma sociedade para o lucro.

Entretanto, concluo da mesma maneira, que esse não foi o único motivo do esvaziamento dessas cooperativas, pois a pesquisa identificou que por ser um dos objetivos estratégicos da construção do país, após a independência, essas organizações estiveram presas formalmente ao partido e ao governo. E com as mudanças ideológicas do partido e do governo, as cooperativas continuaram apenas com a ligação burocrática e não mais com todo o apoio que obtiveram em seu início. Ademais, percebeu-se certo caráter paternalista, visto

que com a morte de um dos mais importantes apoiadores, o Pe. Prosperino, as cooperativas ressentiram e ressentem sobremaneira a sua ausência.

Sobre a possibilidade de uma vida sem violência, as interlocutoras da pesquisa ao retratar a violência doméstica, na região, não incluíram momentos de violência vivenciados por mulheres do grupo, talvez pelo motivo de sentirem vergonha, mas também, pode ser, por serem mulheres que se algum dia enfrentaram violência, não enfrentem mais tais situações, já que conseguiram construir uma vida mais autônoma, por causa da sua história de luta, no movimento revolucionário contra o colonizador, na guerra civil contra os opositores, que apesar da dureza desses momentos, acabam também servindo de aprendizado e empoderamento.

As cooperativistas, apresentaram que sabem da existência de bastante violência contra a mulher, mas acham que a situação está melhorando por causa da ação das organizações, como a OMM (Organização das Mulheres Moçambicanas), juntamente com delegacias de polícia, que nesse caso, priorizam ações educativas para com os homens, muito mais do que a ação punitiva.

As cooperativas da UGC continuam ativas, apesar de ter diminuído bastante o número de membros por cooperativa, o que demonstrou o seu esvaziamento. A produção tem se reduzido a verduras e legumes. Quanto ao frango, pelo menos na Machava, as cooperativas que conseguem criar, são porque conseguiu alugar a sua capoeira e ceder espaço para outra pessoa fora da cooperativa produzir seu sustento.

O estágio de esvaziamento humano e estrutural que encontrei nessas organizações é bastante negativo, pensando no que representou a UGC no final dos anos 1980. Assim, por causa dessas questões e também com a exigência desse tipo de desenvolvimento, presente na maior parte do mundo, nessas regiões periféricas ampliam-se as chances de as mulheres viverem em situações de maior vulnerabilidade, pelos motivos analisados nessa tese.

Além disso, como o estudo partiu ainda da perspectiva de que as mulheres ao longo da sua história reagem e resistem, por meio de ações locais, regional e global, será oportuno que elas se envolvam igualmente, nos movimentos de mulheres que existem no país, incentivando as jovens para que se sintam motivadas a continuar essas experiências cooperativistas. A pesquisa percebeu que as jovens não estão nas cooperativas, pois as entendem como um trabalho para as idosas.

Apesar dessas mulheres não parecerem conhecer o termo feminismo, a forma como organizam e retratam suas vidas indica o quanto a experiência no trabalho cooperativo contribuiu para uma vida mais autônoma e independente, questões que dizem respeito à luta feminista. Sabe-se que o termo *feminismo*, bem como sua origem e história são responsáveis pelo preconceito que o próprio termo sofre, pois a luta contra a opressão das mulheres, em regiões do continente Africano, esteve sempre junto à luta contra a colonização e escravização europeia, por isso, não é difícil compreender a resistência quanto a utilização do termo feminismo por parte de algumas moçambicanas e outras Africanas.

Em alguns momentos das entrevistas, com as dificuldades sofridas por estas mulheres, lembrei do meu papel de ativista social, extrapolando os objetivos acadêmicos da minha estada no país, tornando estes, momentos também de sugestões, sobre como resolver algumas das dificuldades enfrentadas pelas minha interlocutoras.

Na entrevista com mana Hortência, foi um destes momentos, quando ela mostrou-me toda uma estrutura ociosa, onde poderia existir criação de frangos. Foi uma das imagens mais desoladoras das minhas entrevistas, pois essas mulheres sabem e têm vontade de trabalhar. Existe a estrutura física, porém falta agora, acesso a outros elementos fundamentais para a criação do frango, como os pintos, a energia, os remédios. Além disso, precisariam de alguma garantia para a comercialização, uma vez que, para atender aos acordos do comércio internacional, Moçambique iniciou importação de frango congelado de outros países, como a vizinha, África do Sul e o Brasil.

Mediante essas preocupações, penso que existem alguns desafios colocados para as cooperativas na Machava, nesses anos vindouros, a saber: que o governo nacional, através do Ministério da Agricultura volte a oferecer políticas públicas com atenção técnica sobre a gestão interna, bem como a problemática do controle orgânico das doenças relacionadas ao cultivo das verduras e legumes; subsídio financeiro para que a estrutura física das cooperativas seja utilizada na criação de frango, não precisando entrar *em choque* com a política de importação, pois poderia ser apenas uma produção para a região ou algumas cidades, como a própria Matola, onde fica a Machava e a cidade de Maputo.

Outro fator preponderante é que as cooperativas da Machava consigam se envolver através do Fórum Mulher, com as mulheres organizadas na Marcha Mundial de Mulheres para

maior aproximação com as jovens desse movimento, bem como para uma maior troca de experiências sobre a luta das mulheres nessa região do país.

Muitos relatos da vida das mulheres da Machava que registrei, assim como, muitas das minhas anotações, não foram analisados, foram sim apontadas como possibilidades futuras de pesquisa. Essas mulheres são as protagonistas, o meu esforço foi apenas o de cumprir o papel de pesquisadora, o mais honesta possível, dentro das possibilidades de uma pesquisa qualitativa, produzida por uma pesquisadora ativista do movimento de mulheres que não esqueceu em nenhum momento o *seu lugar de fala*, no caso, *de escuta*, porém não caindo no engodo da neutralidade da ciência.



Figura 26 - As cooperativistas ouvindo a entrevista que Isabel e Lina tinham acabado de participar.
Fonte: Autora, 2013

Em alguns momentos das entrevistas fui chamada a dar *palpites* em relação a situações vivenciadas por elas, como por exemplo, “o que faço com o meu irmão que bate na minha cunhada e a nossa mãe ainda, o apoia”? Ou, como fazemos para combater as lagartas da nossa couve?

A minha passagem por Moçambique foi sim momentos de muita emoção, de encontros felizes e sofridos, porém vivos, pois encontrei companheiras de luta contra a opressão secular sobre as mulheres. As hipóteses da minha aceitação por parte dessas mulheres da Machava demonstrou-me essa nossa ligação.

Termino esta etapa da minha vida acadêmica, com a imagem (figura 26), que melhor representou o nosso encontro.



Figura 27 – Aprendendo a dançar marrabenta com as mulheres da cooperativa. A troca cultural aconteceu após o a assembleia de encerramento do ano com um almoço festivo, muita música e dança e a despedida dessa pesquisadora.

Fonte: Autora, 2013

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADESINA, J. Práticas da Sociologia Africana: Lições da endogeneidade e gênero na academia. In: SILVA, T; COELHO, J; SOUTO, A. **Como fazer ciências sociais e humanas em África**: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas. Dakar: CODESRIA, 2012.

ADICHIE, C. **Sejamos todas feministas**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2014.

AMADIUME, I. **Reinventing África**: Matriarchy, Religion, Culture. Zed Book Ltd, London & New York, 1997.

AMÉRICO, C. **Ivaporunduva e Macuanda**: Estudo Etnográfico sobre Educação, Trabalho e Modos de Sociabilidade. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, 2015.

ANAMM - Associação Nacional dos Municípios de Moçambique. **Perfil das Primeiras 33 Autarquias de Moçambique**. 2009.

AMPCM - Associação Moçambicana de Promoção de Cooperativismo Moderno. **Plano estratégico (2012-2015)**. Novembro, 2011. Disponível em: <<http://ampcm-mz.com/documentos/ampcmpeportugues22102011xx.pdf>>. Acesso em agosto de 2015.

APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização**: a modernidade sem peias. Lisboa: Teorema, 2004, p. 99.

ARTHUR, M; SILVA, T; SITEO, Y; MUSSA, M. **A Lei da Família e a Igualdade de Direitos**: balanço da sua aplicação. Maputo: WLSA, 2012.

AUAD, D. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BADOU, G. **l'enigme de La Vênus Hottentote**. Paris: J. C. Lattès, 2000.

BAIROS, L. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BAMISILE, S. A. A procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 24, p. 257-279, dez, 2013.

BAZIMA, A. Mulher e Desenvolvimento. In: AFONSO, A. (Coord.). **Eu Mulher em Moçambique**. Comissão Nacional para a UNESCO em Moçambique: Moçambique, 1994.

BERNARDO, T. **Memória em Branco e Negro**. São Paulo: EDUC: Editora Unesp, 1998.

BERNARDO, T. **Negras, mulheres e mães: lembranças de Olga de Alaketu**. São Paulo e Rio de Janeiro: EDUC: Editora Unesp e Pallas, 2003.

CABAÇO, J. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CARDOSO, C. Da possibilidade das ciências sociais em África. In: SILVA, T; COELHO, J; SOUTO, A. (orgs). **Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas**. Dakar: CODESRIA, 2012.

CARRASCO, C. **Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres**. Tradução José Valenzuela Perez. São Paulo: SOF, 2012.

CARVALHO, E. (Org.) **GODELIER, M. (1934) Antropologia**. São Paulo: Ática, 1981.

CASIMIRO, I. **“Paz na Terra, Guerra em Casa”**: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique. Maputo: Edição Promédia, 2004.

CASIMIRO, I. **Cruzando lugares, percorrendo tempos mudanças recentes nas relações de gênero em Angoche**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.

CASIMIRO, I. Mulher, Pesquisa, Acção e Mudança In: SILVA, T; COELHO, J; SOUTO, A. (orgs) **Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas**. Dakar: CODESRIA, 2012.

CASIMIRO, I. **Paz na Terra, Guerra em Casa**. Serie Brasil & África, Coleção Pesquisas 1. Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

CASIMIRO, I; SOUTO, A. **Empoderamento Econômico da Mulher: movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local**. Maputo: Centro de Estudos Africanos/ Universidade Eduardo Mondlane, 2010.

CHAVES, R. **Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários**. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2005.

CHIZIANE, P. **Niketche: uma história de poligamia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COSSA, M. Persistência da desigualdade: quando é que as mulheres poderão decidir por si mesmas?. **Revista Outras Vozes**, Maputo, n. 23, p. 7-9, Mai. 2008.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CUMBI, A. **Percepções sobre a sexualidade entre os cônjuges**. Disponível em: <http://www.hopem.org.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=45%3Apercepcoes-sobre-a-sexualidade-entre-os-conjuges&catid=27%3Aartigos&Itemid=37>. Acesso em novembro de 2015.

CUNHA, T. **Para além de um Índico de desesperos e revoltas**: Uma análise feminista pós-colonial das estratégias de autoridade e poder das mulheres de Moçambique e Timor-Leste. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Coimbra, 2010a.

CUNHA, T. **As Memórias das Guerras e as Guerras de Memórias Encontros e Desencontros da Narração do Sofrimento de Mulheres em Moçambique e em Timor-Leste**, Centro de Estudos Sociais, Laboratório Associado, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2010b.

CUNHA, T. Feminismos de-lá-para-cá-e-para-além do Sul e do Norte. In: CUNHA, T. et. al. (Orgs.) **Elas no Sul e no Norte**. Santa Maria da Feira, Portugal: Editora AJP, 2011.

DELGADO, M. **Estrutura de Governo e Ação Política Feminista**: A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

EQUATTORIA. **Conheça Moçambique através de notícias**. 28/02/2011. Disponível em: <<http://equattoria.blogspot.com.br/2011/02/conheca-mocambique-atraves-de-noticias.html>>. Acesso em setembro de 2013.

FALL, N'Goné. **Criando um espaço de liberdade**: mulheres artistas de África. Jan. 2009. Disponível em: <<http://www.artÁfrica.info/html/artigotrimestre/artigo.php?id=16>>. Acesso em Setembro de 2015.

FANON, F. **Pele Negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FURTADO, C. Desenvolvimento In: SANSONE, L; FURTADO, C. (Orgs.) **Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa**. Salvador: Edufba, 2014.

GEERTZ, C. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, N. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica 2006.

GUÉRIN, I. **As Mulheres e a Economia Solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GUIMARÃES, A. A. Como trabalhar com raça em Sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, Vol. 29, n. 1, Jan/Jun, 2003.

HAMPATÉ BÂ, A. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Palas/Casa das Áfricas, 2003.

HERNANDEZ, L. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea, São Paulo: selo negro, 2005.

HIRATA, H; LABORIE, F; LE DOARÉ, H; SENOTIER, D. (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: editora UNESP, 2009.

HOUNTONDJI, P. Conhecimento de África, conhecimentos de Africanos: duas perspectivas sobre estudos Africanos. In: SANTOS, B; MENEZES, M. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: editora cortes, 2010.

HOOK, B. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, nº 2, 1995.

INE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. **Levantamento por gênero em Moçambique**. 2010. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/populacao/estatisticas_genero/Mulheres_Homens_7_Oct_Final_2010.pdf>. Acesso em: julho de 2011.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, **Sistema de Indicadores de Percepção Social, Igualdade de Gênero**. 2010. Disponível: <<http://www.ipea.gov.br/portal>>. Acesso em: abril de 2013.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África?**. Entrevista com René Holenstein. Tradução Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focal. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004.

KLAVEREN, M. V.; TIJDENS, K.; HUGHIE-WILLIAMS, M.; MARTIN, N. R. **Visão geral do trabalho e emprego das Mulheres em Moçambique**, Amsterdams: Amsterdams Instituut Voor ArbeidsStudies, 2009. Disponível: <http://www.wageindicator.org/documents/dfl-country-reports/Decisions_for_life-Country_Report-Mozambique-Portuguese.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

LAPLATINE, F. **Aprender Antropologia**. Tradução: Marie Agnès Chauvel, 8ª edição. São Paulo: editora brasiliense, 1994,

LATOUCHE, S. A África pode contribuir para resolver a crise do Ocidente?. Tradução Acácio Sidenei Almeida Santos. **Espaço Plural**. Ano XVI. Nº 28. 1º Sem., p. 175-197, 2012.

LEITE, F. **A Questão Ancestral**. África Negra. São Paulo: Palas Athenas: Casa das Áfricas, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. **O olhar distanciado**. Lisboa: edições 70, 1983.

LOFORTE, A. **Gênero e Poder entre os Tsonga de Moçambique**. Lisboa: Elas por Elas Editora, 2003.

MAE/USP - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. **Mapa Político e Mapa Étnico do continente Africano**. Arquivo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2006.

MACHEL, S. **Discurso do Presidente na II Conferencia da Organização da Mulher Moçambicana**. República Popular de Moçambique, 1976.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. (Col. Pensadores. v. 43). São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MAMA, A. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, B; MENESES, M. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

MAPUTO, **Conselho Municipal. Perfil Estatístico**, 2011. Disponível em: <www.cmmaputo.gov.mz>. Acesso em abril de 2013.

MARIAMA BÁ. **Uma carta tão extensa** (original: Une si longue lettre). Paris: editora Le Serpent à Plumes: 1979.

MATSINHE, C. **Percepções e representações sobre trabalho doméstico de mulheres donas de casa no bairro das Mahotas em Maputo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Letras e Ciências Sociais e Antropologia. Universidade Eduardo Mondlane, 2012.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.

M'BOKOLO, E. **África Negra: história e civilizações**. Tradução de Alberto Margarido, Salvador: Edufba/ São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MEILLASSOUX, C. **Mulheres, Celeiros & Capitais**. Porto: Edições Afrontamento, 1976.

MIES, M; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Coleção Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MISOÁFRICAPT. Mapa atualizado da África – 2012. Disponível em: <<https://misoÁfricapt.wordpress.com/tag/mapa-África-novo/>>. Acesso em Setembro de 2013.

NGUNGA, A; BAVO, N; MOISÉS, L; LANGA, J; CHIRINZE, H; MUCAVELE, J. **Educação Bilíngue na Província de Gaza**: Avaliação de um modelo de ensino. Coleção: As Nossas Línguas II. Centro de Estudos Africanos (CEA)-UEM. Maputo, 2010.

NGUNGA, A; BAVO, N. **Práticas Linguísticas em Moçambique**: Avaliação da vitalidade linguística em seis Distritos. Coleção: As Nossas Línguas IV. Centro de Estudos Africanos (CEA)-UEM. Maputo, 2011.

NOBRE, M. Diálogos entre Economia Solidária e Economia Feminista. In: FARIA, N; NOBRE, M (Orgs). **A produção do Viver**. (coleção Cadernos Sempreviva. Serie Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 7). São Paulo: SOF, 2003.

OLESEN, V. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio In: DENZIN, N. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed editora S.A., 2006.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Relatório sobre a Situação da População Mundial 2010**. ONU, 2010.

OSÓRIO, C. **Identidades Sociais/identidades sexuais: uma análise de gênero**. Maputo: editora WLSA, 2006.

OSÓRIO, C. **Gênero e Democracia: as eleições de 2009 em Moçambique**. Maputo: Editora WLSA, 2010.

PAULA JUNIOR. A. **Educação e oralidade no oeste Africano pela representação de Amadou Hampaté Bâ**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2014.

PEREIRA, E. **De missangas e catanas: a construção social do sujeito feminino em poemas angolanos, cabo-verdianos, moçambicanos e são-tomenses**. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, 2010.

PINHO, O. A Antropologia na África e o Lobolo no sul de Moçambique. **Revista Afro-Ásia**, n. 43, Universidade Federal da Bahia, 2011, p. 9-41.

PERROT, M. **Os Excluídos da História - Operários, Mulheres, Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano - 2013**. Disponível: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3703>>. Acesso em maio de 2013.

ROBATE, S. A. **Currículo de Formação de Professores Primários na Disciplina de Língua Portuguesa em Moçambique: um repensar de seus fundamentos teóricos**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 23 n°. 66. São Paulo, 2008.

SADER, E. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: editora moderna, 1987.

SANTANA, J. **Mulher e Notícias**: os discursos sobre a mulher de Moçambique na revista Tempo (1975 – 1985). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2006.

SANTOS, A. **Percepção das Formandas e dos Formandos do ano de 2003 do Curso de Pedagogia da Unimep, sobre questões referentes às Relações Raciais na prática docente**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2003.

SANTOS, A. S. A. Notas sobre a Solidariedade e o Fenômeno da Orfandade na Sociedade Akan-Agni Morfofoé da Costa do Marfim (África Do Oeste). **Saúde e Sociedade**, v. 15, n.3, p. 40-56, set/dez 2006.

SANTOS, A.; BAHIL, A. **Sociedade Civil e ação Política na Costa do Marfim, África do Oeste**. 2013. (no prelo).

SANTOS, B. (Org.) **Produzir Para Viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, C. O que é que elas têm que ele não tem – Economias Solidárias e Capitalismo. In: CUNHA, T; SANTOS, C; MOURA, T; SILVA, S. (Orgs.). **Elas no Sul e no Norte**. Santa Maria da Feira, Portugal: Editora AJP: 2011.

SANTOS, M. **Um olhar racial para violência conjugal contra as mulheres negras**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, PUCSP, São Paulo, 2013.

SCHIAVINOTTO, C. **Microcrédito - Moçambique**: Papel das mulheres. Disponível em: <<http://www.além-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFZpZAFppvJicQtAJ>>. Acesso em: março de 2002.

SCHMIDT, S. Como e por que somos feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, 2004.

SILVA, L. **Trilhas e tramas**: percursos insuspeitos dos tecidos industrializados do continente Africano: a experiência da África Oriental. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Campinas. Campinas, 2008.

SILVA, S. **Resistência feminina e feminismo Africano em Without a Name de Yvonne Vera**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, 2014.

SILVA, T. União Geral de Cooperativas: Um sistema alternativo de produção? In: SANTOS, B. (Org.) **Produzir Para Viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidaria no Brasil. In: SANTOS, B. (Org.). **Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: editora Brasiliense, 1991.

TAIMO, J. **Ensino Superior em Moçambique: História, Política e Gestão**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

TELES, N. A Mulher no Universo dos Direitos Humanos In: TELES, N; BRÁS, E. (Orgs). **Gênero e Direitos Humanos em Moçambique**. Maputo: editora do Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, p. 13-56. 2010.

THOMAZ, O; PASSADOR, L. Raça. Sexualidade e Doença em Moçambique. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.263-286. janeiro-abril, 2006.

TEMBA, E. O significado da viuvez para a mulher. **Revista Outras Vozes**, Maputo, n. 09, p. 1-2, Nov. 2004.

TOZI, G. **Anotações sobre a História Conceitual dos Direito do Homem**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/pbunesco/i_01_annotacoes.html#_ftn1>. 2008. Acesso em: agosto de 2015.

TRINDADE, C. C. **Convívio e Solidariedade: Práticas de Xitique em Moçambique**. Apresentado no XI Congresso Luso Afro brasileiro de Ciências Sociais, Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307115849_ARQUIVO_Catarina_Trindade_texto.pdf>. Acesso em setembro de 2012.

TRIVINOS, A. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. **Relatório sobre a Situação da População Mundial - 2011**. Disponível: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2011/1111.unfpa.worldpopulationreport.pdf>>. Acesso em maio de 2013.

UNILAB - **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**. Unilab comemora Independência de Moçambique com programação especial. 20/06/2013. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2013/06/20/unilab-comemora-independencia-de-mocambique-com-programacao-especial/>>. Acesso em setembro de 2013.

ZAMPARONI, V. **Entre ‘narros’ & ‘mulungos’: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, 1890-1940**. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 1998.

ZAMPARONI, V. Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, 1900-1940. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 23, 1999, p. 145-172.

WOORTMANN, K. **A família das Mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ZIMBA, B. (coord.) **A mulher Moçambicana na Luta de Libertação Nacional**: memória do destacamento feminino. /Organização da Mulher Moçambicana. Centro de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional/Ministério dos Combatentes, Papiro Editora, CSR Media, Maputo, 2013.